

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

**MULHERES NEGRAS QUE NÃO PODEM PASSAR EM BRANCO: TRAJETÓRIAS,
ESCRITAS E A PARTICIPAÇÃO ATIVA NAS PÁGINAS DE “O CLARIM DA
ALVORADA”.
(1924-1940)**

Ingrid Andresa Neles de Aquino

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**MULHERES NEGRAS QUE NÃO PODEM PASSAR EM BRANCO: TRAJETÓRIAS,
ESCRITAS E A PARTICIPAÇÃO ATIVA NAS PÁGINAS DE “O CLARIM DA
ALVORADA”.**
(1924-1940)

INGRID ANDRESA NELES DE AQUINO

Sob a orientação do Professor

Carlos Eduardo Coutinho da Costa

e Coorientação da Professora

Fernanda de Oliveira da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre **em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura. *O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001 This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001*

Seropédica, RJ
(Maio, 2020)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

A657m

Aquino, Ingrid Andresa Neles de Aquino,
MULHERES NEGRAS QUE NÃO PODEM PASSAR EM BRANCO:
TRAJETÓRIAS, ESCRITAS E A PARTICIPAÇÃO ATIVA NAS
PÁGINAS DE "O CLARIM DA ALVORADA". (1924-1940) /
Ingrid Andresa Neles de Aquino Aquino. - Rio de
Janeiro, 2020.
158 f.: il.

Orientador: Carlos Eduardo Coutinho da Costa.
Coorientadora: Fernanda de Oliveira da Silva.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em
História, 2020.

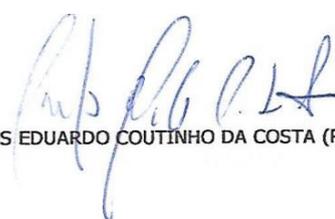
1. Imprensa Negra. 2. Intelectuais negras. 3. Pós
abolição. 4. Interseccionalidade. I. Costa, Carlos
Eduardo Coutinho da, orient. II. Silva, Fernanda de
Oliveira da, Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós Graduação em História. IV.
Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

INGRID ANDRESA NELES DE AQUINO

Dissertação/Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Curso de Pós-Graduação em História, área de Concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 11/ 05 / 2020



Doutor (a) CARLOS EDUARDO COUTINHO DA COSTA (Presidente e Orientador)

Carlos Eduardo Coutinho da Costa. (Doutor) UFRRJ
(Orientador)

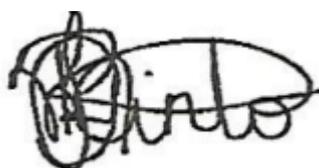


Doutor (a) ÁLVARO PEREIRA DO NASCIMENTO – UFRRJ

Álvaro Pereira do Nascimento. (Doutor) UFRRJ



Renata Figueiredo Moraes. (Doutora) UERJ



Ana Flávia Magalhães Pinto (Doutora) UNB

AGRADECIMENTOS

São muitas pessoas que passaram em minha trajetória e que de alguma forma contribuíram para que chegasse até aqui. Agradeço a Deus por ter me conduzido durante todo esse processo. Para os meus familiares essa titulação tem um significado expressivo, já que sou a primeira pessoa da família a chegar ao Mestrado. Logo, agradeço por todo apoio e por compreenderem a minha ausência em diversos momentos. Agradeço imensamente aos meus pais, Meiri e João, por acreditarem em minha capacidade e me ensinarem a não desistir da docência e da carreira acadêmica. Meu obrigada a minha prima Isabelle Neles, que participou comigo das andanças por São Paulo, atrás dos rastros de minhas investigadas.

Não posso deixar de falar daquele que dividiu comigo as angústias e alegrias da vida da pós-graduação, aulas em colégios, coordenação e afins. Obrigada Cris, por seu companheirismo, amor e por não me deixar desistir. Dividir essa caminhada com você foi o que tornou esse trabalho um pouco mais leve.

Agradeço imensamente ao meu amigo Vitor, que conheci de uma forma inusitada e, mesmo sem me conhecer, foi o meu primeiro incentivador a fazer a inscrição no Programa. Agradeço pelas ajudas nos trabalhos, pelas conversas, e pelas andanças até a Rural. Que luta, meu amigo. Mas chegamos até aqui...

Também gostaria de agradecer ao meu orientador, Carlos Eduardo Coutinho, pelas orientações no Shopping, no dia do seu aniversário, pelas diversas mensagens; enfim, obrigada por ser tão acessível quando mais precisei. Além disso, a vida me presenteou com a co-orientação de Fernanda Oliveira da Silva. Mesmo com a distância entre cidades, sempre foi atenciosa e cuidadosa durante as suas

orientações. Muito obrigada pelas dicas, indicações preciosas de leituras e por dividir comigo tanto conhecimento.

No decorrer da Pós-Graduação, pude contar com disciplinas que me ajudaram a construir este trabalho, ressalto aqui “Gênero, Raça e Classe”, ministradas pelo professor Álvaro Nascimento e pela professora Fernanda Oliveira. Toda a Bibliografia apresentada, juntamente com as discussões, fez-me perceber os problemas da minha pesquisa e assim reescrevê-la. De igual modo, o tempo em que pude frequentar o Grupo de Pós-abolição da UFRRJ também foi de muito enriquecimento para o meu crescimento acadêmico. Realço o meu “muito obrigada” ao mestre Gustavo Durão pelas longas conversas e indicações de leitura sobre afrocentrismo.

Agradeço, enfim, a minha ancestralidade, que possibilitou a minha existência. E principalmente às mulheres negras da minha família, Meiri Neles, Andressa Menezes, Neli Menezes, tantas tias e primas queridas, que tanto me ensinaram e me motivaram de diversas formas a chegar até aqui.

“A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio. Ecoou lamentos de uma infância perdida.

A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela.

A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome. A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes, recolhe em si as vozes mudas caladas engastadas nas gargantas. A voz de minha filha Recolhe em si a fala e o ato. O ontem – o hoje – o agora. Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância o eco da vida-liberdade.”
(Poema “Vozes-mulheres”, de Conceição Evaristo)

RESUMO

Esta investigação intenciona contribuir com os estudos do pós-abolição no Brasil, sobretudo no que tange à historiografia das mulheres negras e à Imprensa Negra brasileira. O objetivo central consiste em problematizar como elas eram afetadas pelo moralismo durante as primeiras décadas do século XX em São Paulo, e como as questões relativas à raça, classe e gênero perpassavam os cotidianos. Somado a isto, elas tiveram vozes ativas, e suas demandas e mobilizações pela causa negra serão elucidadas com o intuito de observar o protagonismo dessas personagens dentro daquela imprensa. Entre as dezenove escritoras do periódico, selecionamos Evangelina Xavier de Carvalho a fim de conhecer a sua trajetória de vida dentro daquele meio social, assim como suas principais demandas, que se relacionavam à educação, racialização, beleza e embates de gênero. Ademais, também serão analisadas as ações e contextos criados pelos indivíduos, dentro de cenários sociais conturbados, como é o caso do início do processo de industrialização na cidade de São Paulo. Refletiremos sobre as estratégias utilizadas pela população negra, dentro do campo de possibilidades que possuíam, para conseguir empregos e melhores modos de vida. E, sobretudo, como se dava o trabalho feminino e negro naqueles tempos e quais as problemáticas enfrentadas por aquelas mulheres. Assim, ambiciona-se com tais análises tirar da invisibilidade a intelectualidade de mulheres que contribuíram para a formação e existência do movimento negro naqueles tempos, assim como levar o leitor a refletir sobre os embates de gênero presentes nos bastidores daquela imprensa.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa negra. Intelectuais negras. Pós-abolição. Interseccionalidade;

ABSTRACT

This investigation intends to contribute to post-abolition studies in Brazil, especially with regard to the historiography of black women and the Brazilian Black Press. The central objective is to question how they were affected by moralism during the first decades of the 20th century in São Paulo, and how issues related to race, class and gender permeated everyday life. In addition, they had active voices, and their demands and mobilizations for the black cause will be elucidated in order to observe the protagonism of these characters within that press. Among the nineteen writers of the periodical, we selected Evangelina Xavier de Carvalho in order to know her life trajectory within that social environment, as well as her main demands, which were related to education, racialization, beauty and gender clashes. Furthermore, the actions and contexts created by individuals will also be analyzed, within troubled social scenarios, such as the beginning of the industrialization process in the city of São Paulo. We will reflect on the strategies used by the black population, within the field of possibilities they had, to get jobs and better ways of life. And, above all, how did black and female work take place in those times and what were the problems faced by those women. Thus, the aim of such analyzes is to remove the intellectuality of women who contributed to the formation and existence of the black movement in those times from invisibility, as well as to lead the reader to reflect on the gender clashes present behind the scenes of that press.

KEYWORDS: Black press. Black intellectuals. Post-abolition. Intersectionality.

Lista de Ilustrações

Figura 1: “O Clarim da Alvorada”, São Paulo, 1924.....	29
Figura 2: A tipografia do “Clarim da Alvorada”, São Paulo, década de 1920	31
Figura 3: José Correia Leite, São Paulo, 1927.....	33
Figura 4: Jayme de Aguiar, São Paulo, 1927.....	33
Figura 5: Edifício da Escola Normal do Brás, São Paulo, 1912	123
Figura 6: D. Banta de Oliveira, líder do Clube negro “Brinco das princesas”	132
Figura 7: Lavinia Horta, presidente do “Grupo das Margaridas”	132

Lista de Tabelas

Tabela 1: Jornais de Imigrantes, São Paulo, Primeiras décadas do séc. XX.....	23
Tabela 2: Periódicos da Imprensa Negra Paulista, São Paulo, 1889-1932.....	25
Tabela 3: Relação de redatores do “Clarim da Alvorada”, São Paulo, 1924-1940.	35
Tabela 4: Escritoras do “Clarim da Alvorada”, São Paulo, 1924-1940	42
Tabela 5: Inquéritos registrados na Delegacia de Jogos e Costumes, São Paulo, 1928.	100
Tabela 6: Nacionalidade das Escolas de São Paulo – 1917	126
Tabela 7: Jornais da Imprensa Negra integrados aos Clubes Negros, São Paulo, 1900- 1940.....	129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I “O CLARIM DA ALVORADA” E SUAS REDATORAS.	18
1.1 Breve balanço historiográfico sobre a Imprensa Negra brasileira	18
1.2 “O Clarim da Alvorada” e seus redatores	28
1.3 As leitoras e escritoras d’ <i>“O Clarim da Alvorada”</i>	40
1.4 Debate historiográfico acerca da Interseccionalidade e Feminismo Negro	55
CAPÍTULO II PURITANISMO NO “CLARIM DA ALVORADA”: COMO AS REFORMAS MORAIS IMPLANTADAS PELO ESTADO BRASILEIRO AFETARAM A VIDA DE NEGROS E NEGRAS EM SÃO PAULO	69
2.1 Estado brasileiro e seus jogos de interesses: a inserção da população negra e paulista no trabalho fabril	70
2.2 O projeto “civilizador”: a família como a base do Estado e o papel social da mulher dentro deste processo	76
2.3 A difícil convivência com os imigrantes: racismo e trabalho feminino negro.	82
2.4 Os anos 1930: Palco de reformas trabalhistas e morais. Qual o lugar social da mulher negra neste cenário?	91
CAPÍTULO III OS DESAFIOS DE SER MULHER E NEGRA EM SÃO PAULO: A TRAJETÓRIA DE VIDA DE EVANGELINA XAVIER DE CARVALHO.	110
3.1 O Estudo sobre a trajetória de vida de intelectuais negras do pós-abolição.	110
3.2 Evangelina Xavier de Carvalho	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145

Introdução

Antes mesmo de discorrer sobre esta pesquisa, acredito ser interessante que você, leitor(a), conheça brevemente sobre a minha trajetória acadêmica a fim de que compreenda as intencionalidades e motivações que me levaram ao presente tema de pesquisa. No decorrer da minha graduação, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/2016), tive a oportunidade de trabalhar em pesquisas voltadas para o período escravocrata no Brasil, utilizando periódicos como fonte. Todavia, o meu interesse maior sempre foi pelo pós-abolição, sobretudo pelos movimentos de resistência de cunho intelectual. Ao conhecer mais a fundo a historiografia da Imprensa Negra brasileira, obtive a surpresa de verificar a existência de pouquíssimos trabalhos acerca da atuação feminina dentro desses espaços. Era quase que unânime a narrativa de que aquele era um local majoritariamente masculino.

No entanto, ao vasculhar pela fonte me deparei com a escrita de algumas mulheres no famoso periódico “*O Clarim da Alvorada*”, e por fim contabilizei a presença de 19 escritoras da folha, uma página feminina, clubes negros femininos e a atuação em diferentes formas e frentes. A minha escolha por este periódico se deve pelo fato dele obter maior período de circulação, e o recorte temporal desta pesquisa se dá seguindo justamente o tempo de existência do jornal. Ademais, possui muitos exemplares disponíveis e digitalizados, além de ser amplamente estudado, mas ainda assim permanece invisibilizando a produção feminina negra. Juntamente com ele, é feito uso de outros periódicos, de estatutos de clubes negros e a análise da entrevista concedida pelo

redator do jornal ao jornalista Luiz Cuti, nos anos 1980.

O primeiro questionamento foi sobre os motivos de tal silenciamento em relação a esse protagonismo, e a primeira parte desta dissertação tem por objetivo justamente apresentar e caracterizar a imprensa negra para, logo após, analisar os motivos da invisibilidade para as escritas negras e femininas. Quanto à caracterização, nesta parte da dissertação o leitor irá compreender como se dava o funcionamento daquela imprensa, seus objetivos, seus principais idealizadores, suas demandas e, sobretudo, os nomes das nossas personagens e sobre o que de fato escreviam.

A problemática principal que perpassa toda a pesquisa consiste na reflexão sobre como as relações de gênero, raça e classe afetavam a vida daquelas mulheres e delineavam as suas identidades. Desse modo, vale frisar que o segundo capítulo visa analisar como se davam as relações entre homens e mulheres negros, sobretudo como as reformas morais do Estado brasileiro afetaram as suas vidas. Isso porque não há como ignorar que após a abolição e com o crescimento urbano e industrial de São Paulo, o estado brasileiro voltou a sua atenção para a população mais pobre, sobretudo negra, a fim de exercer o controle e enquadrá-la seguindo uma lógica moral pró-trabalho, aos moldes e agrado do grande capital. Desse modo, no primeiro momento, analiso como se deu a entrada da população negra no trabalho fabril, juntamente com as barreiras raciais que sofriam nas relações cotidianas nesses espaços, assim como os discursos do Estado para tratar de forma pejorativa esses indivíduos. Feita esta análise, observa-se a narrativa estatal em torno da construção familiar e com isso o reforço do papel social da mulher dentro deste processo. Além disso, qual era o tipo de trabalho desempenhado pelas mulheres negras? Como se dava a sua relação com

a mão de obra imigrante? Qual o lugar social que foi destinado a elas dentro desses espaços? Como o “Clarim da Alvorada” de certo modo reforçava a lógica moral burguesa ao ditar as regras de vida das mulheres negras? Como essas mulheres refletiam acerca dessas problemáticas? Esses são os questionamentos que integram este capítulo.

Por fim, no terceiro e último capítulo, parto para um olhar mais cirúrgico ao investigar a trajetória de vida de Evangelina Xavier de Carvalho. Confesso que, no primeiro momento, o interesse era de fato averiguar a vida das 19 escritoras que compunham a folha. Todavia, até o momento, poucas pistas foram encontradas sobre elas, o que não impossibilitou a análise de alguns de seus textos que aparecerão em diferentes momentos da dissertação. A intenção foi de fato tirá-las da invisibilidade, apresentar as suas existências e mostrar, mesmo com algumas limitações bibliográficas, os seus feitos. Utilizando a metodologia mais microscópica, e partindo para a busca a partir do nome como um fio condutor dentro da documentação, foi possível encontrar inúmeros rastros sobre Evangelina.¹ De acordo com Geovani Levi, no decorrer da análise, “*devemos observar as formas de solidariedade e cooperação seletiva adotadas para organizar a sobrevivência e o enriquecimento, ou seja, as amplas fontes de favores, dados ou esperados, através dos quais passam informações e trocas, reciprocidades e proteções*”². A partir disso, foi possível averiguar os

¹ Metodologia que utiliza o nome como uma forma de encontrar demais documentos ou informações sobre um indivíduo; foi utilizada por Carlo Ginzburg, sendo explicada em: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. **O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico**. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

² LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

vínculos familiares e, mais além, as redes de sociabilidade que foram tecidas e que permitiram a existência e fortalecimento daquela comunidade negra.

Além da análise da trajetória da vida de Evangelina, juntamente com as suas demandas que são problematizadas, é feito um breve debate acerca do uso de biografias e trajetórias de vida para se estudar o passado e, por fim, são apresentadas as vidas de diferentes mulheres negras do pós-abolição, que conviveram praticamente no mesmo recorte temporal que Evangelina. Objetivou-se com isso, apresentar ao leitor outras histórias de vida contemporâneas à personagem, ou seja, que conviviam por vezes com os mesmos problemas frutos de um mesmo período histórico. Além disso, visou-se também apresentar as estratégias que construía para agir em meio às brechas do sistema patriarcal e racista que as cercava.

Mesmo com todas as questões de gênero, raça e classe que perpassavam o cotidiano de mulheres negras, elas não assistiram de forma passiva a essa opressão, uma vez que transgrediam a ordem social posta, a partir de pequenos gestos e atitudes na vida prática. Ademais, produziram diversos tipos de saberes ao longo do tempo e que serão salientados ao longo desta dissertação. Todavia, a historiografia do pós-emancipação não contempla de forma plena as suas lutas, falas e mobilizações. Como pode-se observar, este trabalho surgiu de uma inquietação, ao perceber a maneira com que a narrativa histórica silenciou o protagonismo dessas mulheres. Vale ressaltar que há carência de pesquisas e necessidade de renovação historiográfica no que tange à temática, até mesmo para que não se perpetue a visão errônea de um movimento negro criado e organizado apenas por homens, como se não tivesse contado com o trabalho e mobilização feminina. Levando em

consideração a importância de um saber histórico com pertinência e enraizamento na sociedade³, a construção da memória destas mulheres enquanto sujeitos e produtoras intelectuais poderá contribuir para o fortalecimento da identidade dos movimentos de mulheres negras da atualidade, assim como o preenchimento de lacunas dos estudos sobre o pós-abolição no Brasil.

³PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p.82-84

CAPÍTULO I

“O CLARIM DA ALVORADA” E SUAS REDATORAS.

Este capítulo inicial tem por finalidade nortear o leitor(a) quanto à Imprensa Negra. Ou seja, no primeiro momento é apresentado um apanhado geral sobre a Imprensa Negra brasileira, é dada a sua caracterização, os motivos de sua existência, as suas contribuições, assim como é feito breve debate historiográfico acerca das produções acadêmicas sobre o assunto. Na segunda parte do capítulo “*O Clarim da Alvorada*”, é analisado, de forma mais densa e técnica, o modo como os seus redatores e todos os contribuintes diretos são apresentados. Adiante, será a vez de conhecer as mulheres negras que escreviam no jornal, descobrir um pouco de suas demandas e como se davam as relações de gênero nos bastidores daquela imprensa. O último ponto discutido se relaciona aos estudos sobre gênero, raça e classe no Brasil, a fim de compreender os avanços no debate e como a mulher negra, do pós-abolição, permanece pouco estudada pela historiografia.

1.1 Breve balanço historiográfico sobre a Imprensa Negra brasileira

Por um longo período, a historiografia do pós-abolição no Brasil se voltou para a questão da inserção socioeconômica dos libertos, problematizando-se os seguintes aspectos: a não inclusão do negro no mercado de trabalho de forma plena, a questão fundiária, o papel do Estado e dos ex-senhores e os projetos excludentes da elite para a construção da nação. Essa análise também se estruturou a partir da referência ao tema da imigração europeia, que por vezes assumiu amplo destaque, deixando os ex-escravos como um anexo da história. Os

conceitos de cidadania e liberdade também são amplamente debatidos para refletir tal temática. Vale ressaltar que todos estes problemas são necessários para entender o cenário político, econômico e social do período do pós-emancipação. Já na década de 1980, em virtude do contexto político⁴ e movimentos sociais da época, muitos trabalhos foram desenvolvidos a fim de refletir sobre o pensamento social dos brasileiros. Com isto, buscou-se o protagonismo de operários, escravizados, libertos, enfim, da classe trabalhadora que por vezes ficou silenciada dentro da narrativa histórica. Pesquisadores brasileiros da escravidão como Hebe Mattos, Sidney Chalhoub, entre outros, apresentaram o escravizado como sujeito da história, ou seja, dotado de racionalidade, indo contra a ideia do “escravo-coisa” moldado pelo dominador, e partindo para um olhar mais apurado, percebendo a sua fala e resistência.⁵

Para dar voz a esses personagens do passado, fez-se uso de diferentes fontes documentais, assim como análise metodológica. No que tange ao pós-abolição, trouxeram-se as visões de liberdade dos ex-escravizados rurais e urbanos, desenvolvendo trabalhos de história oral com seus descendentes para perceber a memória histórica destes grupos, assim como seu protagonismo na luta por direitos. Por vezes, suas falas não foram contempladas nos “documentos oficiais” ou em outras fontes, o que fez com que fossem investigados em documentos judiciais. Todavia, mesmo com todo o aparato metodológico e com as fontes disponíveis, a produção de periódicos por homens e mulheres negras

⁴No Brasil, a década de 1980 foi marcada por fortes movimentos sociais pelo fim do regime militar, movimento de anistia (1979) e o processo de redemocratização expresso através da campanha “Diretas já” (1984)

⁵RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe. **O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas.** Topoi, v. 5, n. 8, jun. 2004, p 172.

ficou invisibilizada por um longo período. Clássicos da história da Imprensa, como “A história da Imprensa no Brasil”, por exemplo, de Nelson Werneck, e “História da Imprensa em São Paulo”, de Paulo Duarte, não contemplam a Imprensa Negra no Brasil. De acordo com Clóvis Moura, esse fator se deve à marginalização cultural em que a população negra foi submetida, na qual a sua cultura era tratada como inferior em relação às demais culturas. Logo, as suas produções intelectuais eram tratadas como irrelevantes, ou então, não se tinha o interesse em estudá-las.⁶

Todavia, em 1951, o sociólogo Roger Bastide explorou os jornais da imprensa negra e produziu o artigo “A Imprensa Negra do Estado de São Paulo”. Ao buscar as características de tais escritos, observou o senso de união entre aqueles grupos, a solidariedade e a luta através das letras por igualdade social. Seu companheiro de pesquisas e trabalhos acadêmicos, Florestan Fernandes, em “A integração do Negro na sociedade de Classes”, acreditava que a Imprensa negra possuía dados importantes para serem analisados, mas que ainda eram insuficientes para explicar a vida dos negros paulistas no pós-abolição. Todavia, os jornais serviram como fonte primária em muitas de suas pesquisas, sobretudo, no primeiro volume da obra citada. Após a publicação desses trabalhos, há uma lacuna de algumas décadas. Em 1980, Miriam Nicolau Ferrara lançou “A Imprensa Negra Paulista” e desenvolveu sua análise percorrendo periódicos negros de diferentes estados, tais como Minas

⁶ LARA, Silvia H; MENDONÇA, Joseli. **Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social**. Campinas, Sp: Editora da UNICAMP, 2006. p.10; SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. (Rretratos do Brasil, 51); DUARTE, Paulo. **História da Imprensa em São Paulo**. São Paulo: ECA/USP, 1972. (Série Jornalismo, 27); e MOURA, Clóvis. “**A Imprensa Negra em São Paulo**”. In: Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática. 1988, p. 204-217. (Série Fundamentos, 34).

Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Suas principais questões eram sobre o pensar daqueles homens e se voltou para os significados que a África possuía para eles. Além disso, organizou a documentação e formou o acervo de periódicos na USP, estando atualmente digitalizados e disponíveis na página da USP. Outro intelectual que estudou a fundo a Imprensa Negra foi Clóvis Moura, que buscou caracterizá-la e compreender as principais reivindicações daqueles grupos. Assim, os trabalhos pioneiros empreendidos por esse primeiro grupo de intelectuais foram fundamentais para diversas pesquisas, uma vez que mapearam a imprensa paulista, a caracterizaram e até mesmo contribuíram na organização do acervo documental das fontes.⁷

A partir disso, nasceram dissertações de mestrado e teses de doutorado com diferentes problematizações acerca da Imprensa Negra. Todavia, observa-se que muitos trabalhos se ancoraram nos periódicos paulistas a partir do século XX. De fato, houve um aumento expressivo nesse período e, principalmente, na cidade de São Paulo, o que não exclui a existência de tantos outros periódicos negros pelo país. A historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto, em suas pesquisas, trouxe renovação historiográfica quanto ao assunto, e em sua dissertação traçou o perfil dos periódicos negros em finais do século XIX em diferentes cidades do Brasil, no qual reflete sobre a construção identitária de libertos que conviviam com a escravidão, racismo científico e os preconceitos decorrentes. Já em sua tese de doutorado buscou as experiências de literatos negros, livres, atuantes nos meios culturais e

⁷ FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978, v.1, p.144; FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963)**. São Paulo, Ed. FFLCH-USP, Coleção Antropologia, no 13, 1986; MOURA, Clóvis. "A Imprensa Negra em São Paulo". In: **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática. 1988, p. 204-217. (Série Fundamentos, 34).

políticos do Rio de Janeiro e São Paulo em meados do século XIX. Através dessas trajetórias se percebe que o diálogo e as escritas eram uma forma de resistência ao preconceito racial. Desse modo, observa-se que a existência de uma comunidade negra com resistência intelectual remonta aos tempos da escravidão e que permaneceu e se alastrou no pós-abolição.⁸

É interessante refletir também nos motivos que teriam levado ao aumento considerável da Imprensa Negra na cidade de São Paulo após a abolição. De acordo com Petrônio Domingues, os jornais da grande imprensa retratavam o negro de forma pejorativa, ou seja, como desordeiros, bêbados, e não mencionavam os desejos e feitos da comunidade negra. Além disso, as colônias de imigrantes possuíam os seus próprios periódicos, e alguns procuravam ridicularizar a população negra. Conferindo a quantidade de periódicos produzidos por imigrantes, pode-se ver que 49 jornais circulavam pela cidade enaltecendo a cultura e os feitos dos imigrantes e, sempre que possível, inferiorizando a população negra. O redator do “*O Clarim da Alvorada*”, em entrevista concedida a Luis Silva, afirmou que: “*A Comunidade Negra tinha necessidade dessa imprensa alternativa. Não se tinha outro meio a não ser copiar o que as colônias estrangeiras faziam. O negro, de certa forma, era também uma minoria como os italianos, os alemães, os*

⁸Alguns trabalhos sobre a Imprensa Negra brasileira, ou que fazem uso como fonte de pesquisa: LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. **Beleza e ascensão social na imprensa negra paulistana (1920-1940)**. São Paulo: PUC, 2001. Dissertação (Mestrado em História); PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas; FAPERJ, 2013; PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: A imprensa negra do século XIX (1833-1899)**. Brasília: UnB, 2006. (dissertação de mestrado); PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes Laços em linhas rotas – Literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX**. Campinas: UNICAMP, 2014, Tese (Doutorado História).

espanhóis. E todos eles tinham jornais e sociedades. As publicações negras davam aquelas informações que não se obtinha em outra parte.”⁹

Naqueles tempos era comum que as classes subalternas se organizassem em grupos para reivindicar melhorias na condição de vida e afins. O pesquisador Ubirajava Motta também considera que a Imprensa Negra brasileira pode ter recebido influências dos jornais operários e anarquistas, que desde finais do século XIX se articulavam por São Paulo. Há de fato algumas semelhanças quanto ao conteúdo e ao formato gráfico. Ademais, as pautas também eram de reivindicação e de denúncias aos abusos sofridos. Assim, devido às desigualdades sociais sofridas, e para que a comunidade negra obtivesse voz, negros e negras resolveram, através das letras, noticiar ao mundo seus feitos e narrar as suas trajetórias. Formava-se, assim, a referida Imprensa Negra, composta por diversos jornais e escritos por intelectuais negros.¹⁰

Tabela 1: Jornais de Imigrantes, São Paulo, Primeiras décadas do séc. XX

Nacionalidade	Quantidade de Jornais
Portuguesa	39
Italiana	3
Espanhola	1
Francesa	2
Árabe	4
Total	49

Fonte: Anuário Estatístico de São Paulo – 1917, Primeiro Volume.

⁹LEITE, José Correia Leite e Cuti; ... **E disse o velho militante**. São Paulo: Noovha América, 2007.

¹⁰DOMINGUES, Petrônio; **A nova abolição**. São Paulo: Selo NEGRO, 2008. p.30 -31; MOTTA, Ubirajara Damaceno da. **Jornegro: um projeto de comunicação afro-brasileira**. 1986. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo.

Por vezes, os sujeitos não se descolam por territórios, mas as ideias estão sempre em constante deslocamento. O Atlântico deve ser entendido como um lugar de trocas culturais, uma vez que as culturas se fundem, e daí pode se observar esse fator através das falas dos indivíduos, suas festas, danças e ideais. Observa-se com isso que a Imprensa Negra brasileira recebeu influências consideráveis da Imprensa Negra Norte Americana. Periódicos como o *Chicago Defender*, por exemplo, foram recebidos pela comunidade negra, assim como o “*Clarim da Alvorada*”, que também chegou a ser exportado. Os redatores dos periódicos nutriam amizade e se comunicavam por cartas e trocavam as experiências raciais que viviam no Brasil e nos Estados Unidos. Nota-se que, em alguns momentos, alguns redatores norte-americanos chegaram a escrever colunas n“*O Clarim da Alvorada*”. Desse modo, a comunidade negra se fortalecia e se nutria para além das fronteiras nacionais, criando uma rede de sociabilidade e trocas de experiências mútuas.¹¹

O pesquisador Petrônio Domingues conseguiu catalogar os periódicos negros de São Paulo com o recorte temporal de 1889 a 1930. Ele salientou que a sua listagem não está completa, pois existem alguns indícios de publicações de jornais negros no interior da cidade.¹² Além

¹¹ GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. Rio de Janeiro:Universidade Cândido Mendes, 2002, p. 38; FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. **O novo negro em perspectiva transnacional. Representações afro-americanas sobre o Brasil e a França no jornal Chicago Defender (1916-1940)**. 2014. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo; Os senhores norte-americanos que enviaram seus artigos para publicação se chamavam Booker e Marcus Garvey.

¹² De fato, há pesquisas sendo desenvolvidas a fim de rastrear o movimento negro no interior de São Paulo. A UNICAMP está desenvolvendo o trabalho de catalogar e digitalizar a documentação. Até o momento, foram catalogados e digitalizados os documentos de clubes negros, como o clube Sociedade Beneficente 13 de Maio (Piracicaba) e Grêmio Recreativo Familiar Flor de Maio (São Carlos), por exemplo.

disso, há também alguns que circularam em Campinas, mas que foram de curtíssima duração, como “Luiz Gama”, “O discípulo”, “A juventude”, “A Renascença” e o “Raio”, por exemplo. Segue abaixo a relação com os periódicos catalogados no período mencionado.

Tabela 2: Periódicos da Imprensa Negra Paulista, São Paulo, 1889-1932.

Título	1ª Edição	Último Ano Encontrado	Informações
A Pátria	1889	-	Fundado em São Paulo pelo tipógrafo abolicionista Ignácio Araújo.
O Clarim da Alvorada	1924	1940	Fundado em São Paulo por José Correia Leite e Jaime de Aguiar
O Baluarte	1903	1904	Fundado em Campinas por Benedicto Florêncio, jornalista, e Francisco José de Oliveira.
O Propugnador	-	1907	Fundado em São Paulo.
A Pérola	1911	1916	Fundado na cidade de São Paulo por Benedito Prestes, funcionário da Cia. De Gás.
O Combate	1912	-	Fundado em Campinas.
O Patrocínio	1913	-	Fundado pelo dr. Olímpio Gentil de Arruda.
O Menelik	1915	1916	Fundado na cidade de São Paulo por Deocleciano Nascimento (na época, fundador e estudante do curso noturno de contabilidade do Liceu Salesiano).
Binóculo	1915	-	Fundado na cidade de São Paulo por um grupo de rapazes na Barra Funda, era chefiado por Teófilo de Camargo, alfaiate.
A Princesa do Oeste	1915	-	Fundado na cidade de São Paulo.
A Rua	1916	1916	Jornal lançado no bairro do Brás, em São Paulo,

			por Domingos José Fernandes.
O Xauter	1916	1916	Fundado na cidade de São Paulo por Deoclecio Miné.
A União	1917	-	Fundado em Campinas.
O Alfinete	1918	1921	Fundado na cidade de São Paulo por Augusto Euzébio de Oliveira, solicitador.
O Bandeirante	1918	1919	Fundado na cidade de São Paulo por Antônio dos Santos e Joaquim Cambará (militar do exército), entre outros.
A Liberdade	1919	1920	Fundado na cidade de São Paulo por Gastão R. Da Silva, fiscal municipal.
A Protetora	1919	-	Fundado em Campinas.
A Sentinela	1920	1920	Dirigido por Ernesto A. Balthasar na cidade de São Paulo.
O Kosmos	1922	1925	Fundado na cidade de São Paulo sob a chefia de Frederico Batista de Souza.
Getulino	1923	1926	Fundado em Campinas por Lino Guedes e Gervásio Moraes, jornalistas.
Elite	1923	1924	Fundado na cidade de São Paulo por Alfredo E. Da Silva, funcionário da Recebedoria de Rendas.
O Tamoio	1923	1923	Fundado por Alberto Orlando, jornalista e considerado distinto "orador da raça".
A Princesa do Norte	1924	-	Editado por Antônio Silva, na cidade de São Paulo.
Nosso Jornal	1924	1924	Fundado na cidade de São Paulo por Teófilo Camargo e Cornélio Aires
Maligno	1924	-	Fundado em Campinas.
A Auriverde	1927	1928	Fundado na Capital por João Augusto de Campos.
Tribuna Negra	1928	-	Fundado na cidade de São Paulo.

O Patrocínio	1928	-	Fundado em Piracicaba.
Progresso	1928	1932	Fundado em São Paulo por Argentino Celso Wanderley, funcionário da Companhia Telefônica.
Quilombo	1929	-	Fundado na cidade de São Paulo por Augusto Euzébio de Oliveira.

A historiadora Miriam Ferrara, ao organizar a documentação, estabeleceu uma periodização que ajuda a estudar tais periódicos, uma vez que há alguns aspectos em comum entre eles. Ela estabelece a divisão em três fases, na qual a primeira compreende o período de 1915 a 1923, sendo o segundo momento de 1924 a 1937 e, por fim, a terceira etapa, que começa em 1945 e se finda em 1963. No decorrer do primeiro recorte temporal, eram noticiados os feitos da comunidade negra, apresentando ao público as suas grandes realizações, com o objetivo de ter visibilidade e integração social. Já no período de 1924 a 1937, Ferrara e Roger Bastide conseguiram observar um viés mais combativo e que teve o seu ápice em 1933 através da criação do “A voz da Raça”, que era mais um meio de comunicação da Frente Negra Brasileira.¹³ O desejo deles era unir ainda mais a comunidade negra e levá-la a continuar lutando por melhores condições de vida. Essa fase irá ser prejudicada com a instauração do Estado Novo em 1937, que perseguiu a diversos movimentos dos grupos subalternos, sobretudo o movimento negro. Já

¹³ Grupo formado em 1931 na cidade de São Paulo, com o claro objetivo de lutar pela garantia dos direitos civis da população negra. Chegaram a pleitear cargos eletivos de representação para negros. Um dos seus principais idealizadores foi Arlindo Veiga dos Santos e José Correia Leite. O seu crescimento se deu pelo Brasil, contando com grandes núcleos na Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais e no sul do país. Realizavam atos políticos e públicos diversos contra a discriminação racial, criavam espaços educativos, caixas de auxílio para a saúde de negros, festividades beneficentes, entre outros. Maiores informações no acervo da FGV/CPDOC : <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-negra-brasileira>; Acesso em 01/02/2020.

em 1945, com a redemocratização, nasce o periódico “*Alvorada*” entre outros veículos de comunicação e luta do meio negro. Daí por diante, há diversas mobilizações de cunho político e alguns diligentes passam a se filiar a partidos políticos. Assim, observa-se que, embora por vezes a narrativa histórica tenha silenciado e não dado o devido protagonismo aos negros do passado, eles resistiram em diferentes períodos históricos através da sua intelectualidade expressa nos periódicos mencionados. Homens e mulheres que não se calaram frente ao racismo e às desigualdades sociais que assolavam àqueles que carregavam a cor.¹⁴

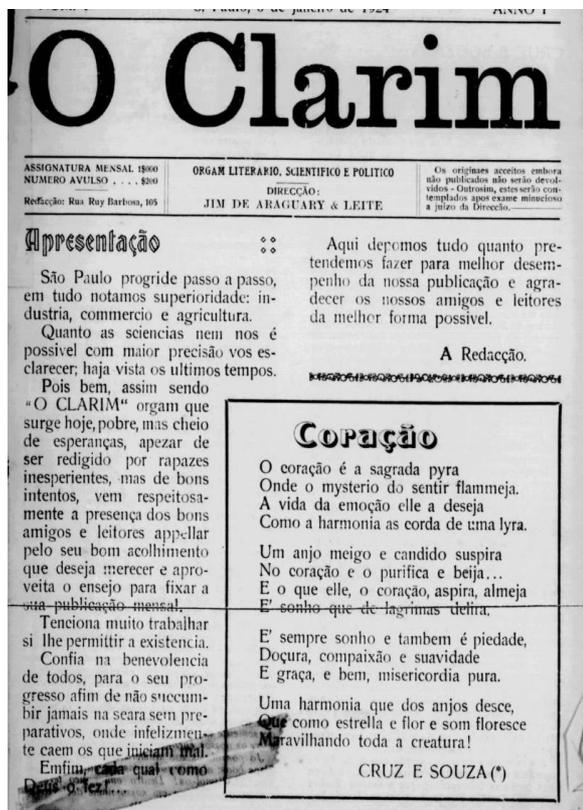
1.2 “O Clarim da Alvorada” e seus redatores

Entre tantos periódicos negros apresentados, “*O Clarim da Alvorada*” foi o que obteve maior período de circulação na cidade de São Paulo, sendo, inicialmente, o mais combativo. Em 1924, nasceu o periódico “Clarim”, a princípio sem grandes conotações políticas e com algumas notícias literárias. A mudança do nome ocorreu devido à existência de outro periódico em circulação na cidade e com a mesma nomenclatura. A escolha do nome “*Clarim da Alvorada*” se encontra na oitava edição de 25 de janeiro de 1925, e se relacionou ao desejo de ver que, ao alvorecer, o periódico seria conhecido por todo o mundo e principalmente por aqueles que eram contrários à sua existência. De fato, ele foi o periódico escrito por negros de maior duração em São Paulo (1924 a 1940), sendo redigido mensalmente e com uma tiragem que oscilou entre 1000 e 2000 exemplares. Normalmente, os periódicos da

¹⁴ FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963)**. São Paulo, Ed. FFLCH-USP, Coleção Antropologia, no 13, 1986.

Imprensa Negra eram distribuídos ou vendidos pelos redatores em suas próprias casas ou em eventos sociais. Alguns exemplares eram ofertados, o que não gerava lucro para aquele meio. Eles acreditavam que o ideal deveria estar acima de qualquer lucro econômico. Já o “*Clarim da Alvorada*” se apresentava de modo diferente, sendo vendido por \$200. Segue abaixo uma fotografia da capa da primeira edição do periódico.

Figura 1: “O Clarim da Alvorada”, São Paulo,



Fonte: Disponível na Hemeroteca Digital.

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=844918&pesq=> Acesso em 26/01/2020;

Os periódicos continham normalmente de duas a três colunas e quatro páginas. No entanto, elas aumentavam em datas comemorativas, como as edições de 13 de maio, por exemplo. Como podemos observar na fotografia, em seu cabeçalho havia a seguinte epígrafe: “Órgão literário, científico e político”.

Com o passar do tempo, o jornal foi se alastrando pelo Brasil e conseguindo representantes em Estados variados, como no Rio de Janeiro e na Bahia, por exemplo. No que tange a São Paulo, sua circulação não ficou restrita apenas à Capital, conseguindo se ampliar para Bauru, Botucatu, Sorocaba, Santos e Rio Claro. Em 1930, o redator se orgulhava da expansão do periódico:

O nosso órgão, aos poucos, vai-se infiltrando por todo o Brasil, e é sempre aceito por todos; quer pela curiosidade da finalidade, quer pelo entusiasmo dos mais interessados no problema do negro brasileiro. “O Clarim da Alvorada” está se popularizando dentro e fora do Brasil; assim, podemos afirmar que, no Estado da Bahia, esta folha conta já com um bem elevado número de amigos e leitores. Para a sua ampla divulgação, os nossos esforçados companheiros daquele adiantado Estado conseguiram colocar órgão da mocidade negra, na banca da popularíssima agência de jornais e revistas da exma. Sra. Josefa Sampaio, que já se tornou uma grande amiga da nossa folha. Graças aos esforços de nossa patrícia, a remessa do “O Clarim da Alvorada” tem sido distribuída na cidade de São Salvador com a máxima facilidade.¹⁵

Observa-se nesta edição que a venda já acontecia no Estado da Bahia, em específico na cidade de Salvador, com a venda sendo realizada pela senhora Josefa Sampaio. Em outras edições, outras mulheres apareceram realizando a venda e a divulgação das folhas, e que serão apresentadas na segunda parte deste capítulo. Na mesma edição, há também a solicitação para que fosse realizada a entrega do jornal à

¹⁵ “O Clarim da Alvorada”, São Paulo, 23. Ago, 1930.

biblioteca de Recife, em Pernambuco. Assim, “O Clarim da Alvorada” apresentava a peculiaridade de conseguir reunir a comunidade negra de diferentes estados do Brasil para lutarem por causas que por vezes eram comuns a todos, como ocorria com os preconceitos de cor e a desigualdade social que sofriam.

A forma de obtenção de recursos para que aquele meio letrado funcionasse se deu de diferentes formas. Por vezes, festas, bailes dançantes, leilões beneficentes, assinaturas, entre outros, eram realizados a fim de levantar verba para financiar a existência ou a continuidade das publicações. A escassez e o imprevisto regiam as tipografias, que na maioria dos casos estavam instaladas nas residências dos próprios editores. Inclusive, muitas vezes retiravam do seu próprio bolso os valores necessários para garantir que o jornal existisse. A fotografia abaixo foi feita em 1930, na residência do redator José Correia Leite, e para que a primeira edição existisse realizaram uma grande festa beneficente para arrecadar os fundos necessários.

Figura 2: A tipografia do “Clarim da Alvorada”, São Paulo,



Legenda: Da esquerda para a direita (Átila de Moraes), Manoel Antonio dos Santos, Luís Braga, Henrique Cunha, Raul (filho de José Correia Leite) e Gentil de Castro.

Fonte: Fotografia retirada da “Fundação Palmares”. Acesso em 26/01/2020, em <http://www.palmares.gov.br/?p=52932> .

Os integrantes do grupo por vezes possuíam pouca escolaridade, não eram jornalistas e não tinham conhecimento aprimorado em diagramação e afins. Contavam com a ajuda de alguns amigos que entendiam minimamente sobre o assunto e, através de erros e acertos, foram construindo coletivamente aquela imprensa.¹⁶

José Correia Leite e Jayme de Aguiar foram os idealizadores do “Clarim da Alvorada”. Correia Leite nasceu em Agosto de 1900 na cidade de São Paulo, filho de uma mulher negra e doméstica. O seu pai não fez parte de sua criação e sua infância foi muito sofrida, já tendo que trabalhar como entregador de marmitas, ajudante de carpintaria, entre outros trabalhos para ajudar financeiramente em casa. A sua residência era bem simples, de pau a pique, no bairro do Bixiga. Não conseguiu frequentar a escola regular, pois, além de não ter dinheiro, sua mãe não podia acompanhá-lo. Desse modo, foi autodidata, alfabetizando-se com a ajuda de amigos e ganhando alguns livros. Um dos colegas que o ajudou durante esse processo de alfabetização foi o negro Jayme de Aguiar. Ele era muito bem educado e matriculado na escola “Coração de Jesus”, colégio importante naqueles tempos. De acordo com os relatos prestados por Correia Leite, a família de Jayme de Aguiar era protegida por ex-senhores de escravizados, o que teria colaborado com a formação educacional e composição familiar de Jayme. Adiante segue a fotografia dos idealizadores do periódico:¹⁷

¹⁶DOMINGOS, Petrônio. Op.Cit, p.40.

¹⁷LEITE, José Correia Leite e Cuti. Op.Cit, p.23.



Fonte: Fotografia de José Correia Leite; fonte: “O Clarim da Alvorada,” São Paulo, 15. Jan.1927, edição 28.

Figura 4: Jayme de Aguiar, São Paulo, 1927.



Fonte: Fotografia de Jayme de Aguiar; Fonte: “*O Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 15. Jan.1927, edição 28.

A ideia da construção do periódico foi de Jayme de Aguiar, que pensou em ficar com a parte literária e Correia Leite com a tipografia. Todavia, Correia Leite escreveu inúmeras vezes no jornal, sendo a sua escrita voltada para analisar o pós-abolição no Brasil, as dificuldades da população negra, suas preocupações com a educação daquela comunidade e a tentativa de criar a consciência deles em relação à temática racial. Jayme de Aguiar também chegou a realizar algumas críticas sociais, mas diferente de Correia Leite, escrevia muitas poesias no jornal. Assim, a partir desses homens a integração de negros paulistas passou a ser possível, pois não mediam esforços para que aquele veículo de comunicação funcionasse, principalmente enquanto canal de união e formação da comunidade negra.

Jayme e Correia Leite eram os redatores principais, mas contavam com a colaboração de outros escritores e escritoras, especificamente 148 aparecem escrevendo no periódico. Suas escritas variavam: por vezes teciam críticas, em outros momentos realizavam poesias. Cabe mencionar que, ao realizar a busca na Câmara Municipal de São Paulo a fim de verificar se os colaboradores chegaram a exercer cargos naquele espaço, foi possível encontrar a presença do vereador Elias Shammas. Este homem foi vereador durante o período de 1952 a 1955, chegando a ser Presidente da Câmara. Além de advogado, participou da Revolução Constitucionalista de 1932, lecionou em vários colégios de São Paulo e contribuiu com seus artigos para jornais paulistas. Neste caso, chegou a enviar seus escritos ao “*Clarim da Alvorada*”, com três publicações no periódico, com escritas poéticas de críticas ao período escravocrata. A sua participação política foi ativa na

construção do monumento a mãe preta¹⁸ em São Paulo. O que se pretende ressaltar aqui não é o fato de ter escrito para um periódico da Imprensa Negra, mas as alianças que os jornalistas negros realizavam a fim de obter prestígio social, angariar fundos e conseguir que as suas causas obtivessem êxito. Segue abaixo, a relação com os nomes de homens ou pseudônimos que escreveram no “*Clarim*”.

Tabela 3: Relação de redatores do “Clarim da Alvorada”, São Paulo, 1924-1940.

Como assinavam no Jornal	Quantidade de vezes que escreveu
José Cruz e Souza	5
Moysés Cintra	11
José Correia Leite	31
Jim de Araguay	4
Prof, dout, Juo P Carretta	1
Aristen Silveira	1
Tuca	8
Jaime Aguiar (pseudônimo: Laly)	14
Chico Brenha da Samambaia	1
T Artagnan	2
João Lopes da Silva	4

¹ ⁸Durante a década de 1920, foi proposto nos Estados Unidos a construção da estátua *Mammy*, o que reverberou em manifestações contrárias promovidas pelo movimento negro. Já no Brasil, durante a mesma década, os afro-brasileiros se interessaram pela elevação de uma estátua, chamada de Mãe preta, que seria uma espécie de homenagem à mãe preta do período escravocrata. Jornalistas, estudantes, militantes, artistas, entre outros grupos, debatiam a construção do monumento. No Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e cruzando as fronteiras nacionais – estabelecendo relações e debates com os Estados Unidos – se articulavam ideologias diversas em torno da figura da mulher negra do passado e do presente, assim como as ondas de racismo. Uma série de narrativas foi construída em torno da mãe negra, no caso da elite branca o discurso era de saudosismo da escravidão e outros se aproveitavam para enfatizar os problemas da miscigenação para a construção da nação. No caso da imprensa negra, em alguns momentos tentavam transmitir a imagem de uma harmonia nacional no país. Mas há também a tentativa de reforçar a luta das escravizadas no passado, o seu trabalho árduo e também materno.

Joaquim três	1
Benedicto Ribeiro	3
Armando Pereira	1
J. Meirelles	1
Francisco Souza Reys	1
Praxedes do Olympo	1
Booker	7
Deoclesiano do Nascimento	1
Sabatino Daniel	2
Catulle Mendes	2
Lino Guedes	7
Othoniel Motta	1
Gervásio de Moraes	17
Cyro Costa	2
Luiz Barbosa	5
José Duarte	1
Nestor Victor	1
Horácio da Cunha	6
Luiz de Souza	7
Zé Pinto e Zelão	1
L. Asobrac	1
Geraldo Piraja Cardoso	3
Lord K. Melão	1
João Eugenio da Costa	1
Flory	1
Jose A de Oliveira	1
A J Veiga de Almeida	1
David Soares	1
Manoel Antonio dos Santos	1
Luiz Delphino	2
Luis Carlos da Fonseca	1
Zenio de Oliveira	3
Hermeto Lima	1
Mario de Alencar	1
Paulo Gonçalves	2
Ruy Barbosa	4
D. Xiquote	1
Anthero de Quintal	1
Guimarães Passos	1
D. Aquino Correa	1
Joaquim Nabuco	1

Raul	5
Alcides da Costa	3
Evaristo de Moraes	4
João Climaco	3
José Maria Monteiro	1
José Moraes	1
Vicente Ferreira	6
Benedicto Barbosa	1
G. Sandoval	1
Sebastião Gentil de Castro	1
Virginio Figueiredo	1
David Rodolpho de Castro	1
Julio Prestes de Albuquerque	1
Frederico Baptista de Souza	1
Mario Rodrigues	1
Carlos Gomes	1
Manuel Lázaro Pereira	1
J Pires do Rio	1
Antunes da Cunha	1
Elias Shammass	3
Marcus Garvey	2
José Ferreira dos Santos	1
Manoel A Santos	1
Aurellano Leite	1
ZUX	1
Dutra Mendes	1
Gil Correia	1
Braz Daniel	1
C.Vieira	1
Jim do Valle	3
Sabino Duque	1
Lourenço Passos Junior	1
Rubens M	1
Luis Barbosa	1
B. Godoy	2
Luis Souza	1
Isaltino Veiga dos Santos	2
Medeiros e Albuquerque	1
Firmo Sampaio	1
Assis Chateaubriand	1
Vicente de Carvalho	1

Orlando de Mattos Pinheiro	1
Coelho da Costa	1
Luis Sousa	2
Candido de Campos	1
Coelho Netto	1
Cezarino Cesar	1
João Lúcio Affarez	1
Ernesto Silva	1
Leopoldo de Freitas	1
Antonio B de Camargo	1
Reis de Carvalho	1
Lula	1
Helios	1
Moyses do Olimpo	1
Araujo Figueredo	1
Giovanni Papini	1
Felix Paulo Bandeira	1
Galdino	1
Arthur S. Gray	1
Alfredo Eugenio da Silva	1
Astolpho da Silva	1
Mario Theodoro de Souza	1
Euclides de Oliveira	1
Annibal Meirelles	1
A. J Veiga dos Santos	1
Alberto Orlando	1
F. Baptista de Souza	3
Claudine Florencio	1
Ricardo Daunt	1
Pedro Nunes	1
M Freire	1
Couto de Magalhães	1
Henrique A da Cunha	1
Leoncio Correia	1
Alberto Torres	1
Correa Junior	1
Total de redatores homens: 129	Total de Publicações: 284

Além de buscarem apoio com o vereador Elias Chammas, podemos observar alguns nomes da Imprensa Norte Americana que

aparecem assinando artigos no periódico, como Marcus Garvey e Washington Booker, por exemplo. Em suma, toda essa articulação visava construir alianças para o fortalecimento da própria comunidade e permanência daquele veículo de informação e união.¹⁹

Inicialmente, não havia muita fiscalização para se ter um jornal em funcionamento. Com o passar do tempo, e principalmente com a atuação da Delegacia de Costumes, as sociedades tiveram que ser registradas. O periódico se findou em 1932 e até este ano não obteve registro. Já com o “Alvorada” (1945), foi preciso garantir a sua legalização. De acordo com o próprio José Correia Leite, o término do jornal está relacionado a alguns conflitos do redator com a Frente Negra Brasileira, do qual o seu membro Isaltino Veiga dos Santos²⁰ desejava fazer uso dele. Desse modo, as publicações foram interrompidas e Correia Leite fundou outro periódico com o nome de “Chibata”, que fazia algumas críticas à própria FNB, que sofreu fortes represálias e obteve poucas publicações. Logo após, em 1940, foi lançado um único exemplar do extinto “Clarim da Alvorada”. Além da forte repressão aos movimentos negros, a partir de 1937, com o Estado Novo, Leite esclareceu que havia ficado desempregado e que não possuía recursos para manter o periódico em circulação. Assim terminava uma fase empreendida por aqueles homens, que de certo modo deram o pontapé inicial para que a Imprensa Negra paulista tomasse força nos anos de

¹⁹ Marcus Garvey, jamaicano, importante liderança do movimento negro pan-africano. Em suas viagens pela América, costumava escrever alguns artigos para jornais da Imprensa negra, ou aqueles que defendiam a luta operária. Washington Booker, educador e importante liderança dentro do movimento negro norte americano, e o *Clarim* fazia uso de seus escritos.

²⁰ Jornalista, membro ativo da Frente Negra brasileira e um dos idealizadores do Clube Centro Cívico Palmares. Inclusive, na década de 1930 chegou a ser preso por subversão e por agitações no meio negro. Seu prontuário criminal se encontra no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

democratização. Homens e mulheres que não se calaram, mas ofereceram a sua resistência intelectual frente às barreiras raciais que os cercavam.²¹

1.3 As leitoras e escritoras d“*O Clarim da Alvorada*”

Ao analisar a trajetória das mulheres negras no Brasil, nota-se que reivindicaram e lutaram em diferentes momentos da história por sobrevivência. Desde o passado mais remoto, produziram conhecimentos, ações e se mobilizaram pela causa negra como um todo. Ao percorrer as páginas do “*Clarim da Alvorada*”, observa-se a presença de diferentes mulheres como leitoras da folha, escritoras, e que se mobilizavam para que aquele meio existisse. Inclusive, em 1924, na primeira edição, José Correia Leite faz uma série de agradecimentos aos clubes negros paulistas que acolheram o trabalho desenvolvido por aquela imprensa. Ademais, destacou-se a gratidão do redator a algumas mulheres que venderam jornais nos clubes, e algumas de fato possuem seus textos publicados no periódico, como podemos observar a seguir:

Para demonstrar o nosso contentamento e gratidão pela feliz aceitação, aqui depositamos as sociedades abaixo mencionadas os nossos agradecimentos: XV de Novembro, XIII de Maio, Paulistano, Primaveras, Bandeirantes, Flor da Mocidade, União Brasil e Militar, Rio Branco e Princesa do Sul. As senhorinhas Iracema dos Santos, Valentina Miranda, Maria de Lourdes, Herminia Cruz e Nair Cruz, que se encarregam de vender no XV de novembro. Ao grupo das Margaridas, pelas senhorinhas Izaura Vianna e Lazineira Horta, e a senhora Anna Cunha da União Militar. Aos senhores Aleixo Teixeira de Barros e Eustachio José Alves, presidentes honorário e em exercício

²¹ LEITE, José Correia Leite e Cuti. Op.Cit, 99 – 102.

do XV Novembro, os nossos agradecimentos.²²

Os clubes negros (XV de Novembro, XIII de Maio, Paulistano, Primavera, Bandeirantes, Flor da Mocidade, União Brasil e Militar, Rio Branco e Princesa do Sul) possuíam ligações diretas com o periódico, assim como os demais jornais da imprensa negra. Quanto às referidas senhoras (Iracema dos Santos, Valentina Miranda, Herminia Cruz e Nair Cruz) que se encarregaram de vender o periódico no clube XV de Novembro, não há informações biográficas sobre elas. Já a senhora Maria de Lourdes, além de participar da venda, foi colaboradora direta do “*Clarim da Alvorada*”, participando na escrita de suas páginas. O referido “Grupo das margaridas” era um clube feminino, organizado por Lazineira Horta e suas amigas, que no terceiro capítulo serão estudados com mais profundidade. Quanto aos senhores que são mencionados na fonte (Aleixo Teixeira de Barros e Eustachio José Alves), integravam o quadro de lideranças principais do clube XV de Novembro. Assim, observa-se que as referidas senhoras conseguiam recursos financeiros através da divulgação das folhas nos clubes e nas ruas de São Paulo, o que garantia a sua existência e os redatores de certo modo reconheciam tal mobilização.

Além das senhoras citadas, foi possível observar a assinatura de 19 mulheres naquela folha. Cabe mencionar que alguns dados biográficos foram encontrados sobre Maria de Lourdes e Evangelina Xavier, e que serão apresentados ao longo dessa dissertação. Na tabela abaixo, podemos verificar os seus nomes e a quantidade de vezes que publicaram naquela folha:

²² “*O Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 3. fev 1924, p.1, n.2.

Tabela 4: Escritoras do “Clarim da Alvorada”, São Paulo, 1924-1940

Como assinavam no Jornal	Quantidade de Publicações
Maria de Lourdes da Silva	6
Ana Maria	1
Maria Rosa	1
Laura de Britto Santiago	1
Dirce	3
Julia Lopes	1
Lina	1
Maria Amália Leal	1
Abigail	1
Mairy	2
Diná	1
Benedicta Correia Leite	2
Maria A Silva	1
Evangelina Xavier de Carvalho	1
Adalgisa Correia Lobo	1
Maria da Glória	1
Maria Aparecida Fortes	1
Marianna Ferreira	1
Sarah de Oliveira	1
TOTAL DE ESCRITORAS: 19	TOTAL DE PUBLICAÇÕES: 28

Ao se comparar a tabela 3 com esta tabela, observa-se que 12,8% das pessoas que escreviam na folha eram mulheres, contribuindo com 9% da produção. Embora esse número seja baixo quando comparado à quantidade de publicações masculinas, ele é expressivo, uma vez que naqueles tempos a escrita feminina esbarrava com o machismo e dificilmente obtinha aceitabilidade e inserção no meio masculino. Já n^o “*O Clarim da Alvorada*”, na folha de capa, José Correia Leite apresentava ao público Maria de Lourdes Souza; inclusive, nesta edição, a personagem colabora com uma de suas poesias, sendo a última vez que Maria de Lourdes assinou as suas poesias em 1925. De fato, como podemos observar na tabela acima, foi a personagem que obteve maior destaque dentro dos periódicos pelos redatores, sendo a mulher que

publicou mais textos dentro d“*O Clarim da Alvorada*”. Todavia, essa figura se tornou misteriosa, uma vez que não há muitos dados quanto à sua vida. Ademais, o redator José Correia Leite, que inúmeras vezes ovacionou Maria de Lourdes, não mencionou a sua existência e nem de nenhuma das escritoras e leitoras do jornal em sua longa entrevista concedida a Luiz Silva. Assim, é preciso estabelecer um tipo de metodologia que possibilite rastrear a trajetória desta mulher.

Utilizando o nome como uma bússola dentro da documentação, foi realizada uma busca minuciosa em todos os periódicos da imprensa negra paulista, a fim de observar se a personagem escreveu ou foi mencionada em outros jornais correlatos. Posteriormente, foi preciso buscar outros periódicos dentro do mesmo período de circulação na cidade de São Paulo.²³ Segundo o periódico, Maria de Lourdes Souza nasceu em 24 de dezembro²⁴ e vendera jornais no clube negro XV de novembro. Ao buscar dados acerca das associadas deste clube, até o momento não foram encontradas informações concernentes ao pertencimento de Maria de Lourdes à associação. Além de ser chamada como “senhorita” representando o seu estado civil, como mulher solteira, por vezes os redatores utilizavam a seguinte expressão: “senhorinha Maria de Lourdes”, de modo que tal nomenclatura pode se referir à idade da personagem. Outras vezes, por exemplo, as mulheres eram chamadas de “a jovem”, “a moça”, entre outros termos utilizados

²³ GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. **O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico**. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

²⁴ “*O Clarim da Alvorada*”. São Paulo, 7 dez, 1924, p.4. Vale salientar que não há informações acerca do ano de nascimento da colaboradora, tendo sido realizada busca minuciosa dentro de periódicos e fora da Imprensa Negra a fim de encontrar maiores informações quanto a seu nascimento.

para se referir a mulheres de idade mediana, ou pouca idade. Desse modo, a nomenclatura “senhorinha” pode ter sido utilizada para indicar que se tratava de uma mulher idosa.²⁵

No que tange à sua produção, seus textos eram poéticos e geralmente retratavam melancolia acerca do amor. Não apenas Maria de Lourdes Souza possuía esse tipo de escrita, mas as demais mulheres também contribuía com poesias, sendo comum a existência de textos mais sentimentalistas. Vale salientar que, apesar desse tipo de gênero literário também ser realizado pelos homens, os assuntos ligados à vida política e as críticas sociais eram escritos majoritariamente por eles. No entanto, em alguns momentos, notam-se mulheres utilizando a forma poética para estabelecer críticas e conscientizar outras a participarem da causa negra. No decorrer deste capítulo, e em alguns momentos desta dissertação, tais textos serão apresentados e analisados. Ademais, há alguns motivos para a existência de escritas de cunho mais sentimental, e, para que possamos compreendê-las, cabe um recuo no tempo, sendo preciso encontrar as raízes históricas que levaram a uma onda de “sentimentalismo” dentro daquela comunidade.

Após aproximadamente três décadas de finda a escravidão, algumas marcas psicológicas foram deixadas nos ex-cativos e posteriormente transmitidas através do convívio social aos descendentes. Dentro do contexto escravocrata, as famílias dos escravizados eram separadas, seus corpos mutilados, sendo tratados de forma animalesca, desumanizados, como se não pudessem exercer afetividade. No decorrer

²⁵ Cabe ressaltar que tais nomenclaturas estão sendo observadas a partir do uso e significados atribuídos pelos atores sociais, e com isso à luz da época. Para tal entendimento foi utilizado o dicionário de Francisco Júlio de Caldas Aulete, Caldas Aulete Digital - Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, Lexikon, Editora Digital, 2007[1a ed. 1881].

do século XIX, sobretudo em finais do século, devido ao enfraquecimento da escravidão, a ciência construiu uma série de pesquisas e teorias para inferiorizar a população africana e colocá-la como sendo não humanos. Assim, na entrada do século XX, a corrente racialista continuava em voga e, entre alguns pesquisadores brasileiros²⁶ as teorias raciais faziam sentido, devendo ser estudadas e devidamente aprofundadas.²⁷

A partir de um olhar que contemple as experiências negras de modo transnacional, é possível compreender algumas similitudes entre o pensamento racialista que foi criado sobre as mulheres negras nos Estados Unidos e também no Brasil. Em ambas as localidades, observa-se que, no decorrer da escravidão e no pós-abolição, o corpo da mulher negra continuou sendo objetificado, sexualizado, de maneira que elas eram tratadas como impuras e não como mulheres. Logo, no pensamento social da época, não eram dotadas dos atributos necessários – feminilidade, afetividade e docilidade – para serem consideradas como uma mulher.

Esse complexo processo histórico de “treinamento” do corpo africano como um ícone da feiura, do primitivismo, da agressividade e do descontrole é parte da construção imagética sincrônica de mulheres brancas e negras durante a escravidão moderna. Cabe dizer que a base de tal construção desenvolveu-se através de uma racialização do gênero com dois objetivos: administrar o corpo das primeiras e conter aquele das segundas. Nesse sentido,

²⁶ Tais como: Silvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Viana. Pesquisa sobre esses “homens da ciência”, como eram chamados, foi realizada em parte da pesquisa de PEREIRA, Amílcar Araújo. **O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, ICHF, 2010, p.50-60.

²⁷ YOUNG, Robert J.C. **Desejo Colonial – hibridismo em teoria, cultura e raça**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005, p.143-172;

ambas as representações são controladas por uma raça que opera hierarquicamente através de antinomias como pureza-impureza, limpeza-sujeira, contágio-purificação, ordem-desordem.²⁸

Os escravizados eram separados brutalmente de suas famílias, conviviam com a fome, a dor da perda de companheiros e familiares, o trabalho pesado, punições cruéis, entre tantos outros horrores que despertavam sentimentos diversos nos cativos; no entanto, para sobreviver em meio a esse cenário, por vezes era preciso reprimir as emoções e sentimentos. Desse modo, a prática de sentimentos como o amor, dentro deste contexto, poderia torná-los vulneráveis às práticas dilacerantes do sistema escravista. Mesmo após a escravidão, o racismo e a supremacia branca ainda eram vigentes tanto na América do Norte como no Brasil, levando os descendentes de libertos a manterem algumas barreiras emocionais.²⁹

No que tange ao sul dos Estados Unidos, algumas famílias ensinavam às crianças a necessidade de reprimir os sentimentos. Ao analisar as folhas do “*O Clarim da Alvorada*”, nota-se algumas falas que aludem à desilusão em relação ao amor, mas que por vezes valorizavam este sentimento entre homens e mulheres. Diferentemente da experiência sulista nos Estados Unidos, escritores e escritoras do periódico convidavam a população negra a se sentirem livres para conhecer o amor; afeto esse que foi privado durante o passado escravista. A primeira

²⁸ XAVIER, Op.Cit., p.111.

²⁹ HOOKS, bell. **Vivendo de amor**. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maria; WHITE, Evelyn (Orgs). O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006, p. 189-191.

edição do periódico traz uma homenagem à Cruz e Souza³⁰ com um relato sobre a sua vida. É interessante perceber o discurso que foi realizado em torno do amor e que, segundo o redator anônimo, era um tipo de sentimento presente em todos os homens negros, assim como em Cruz e Souza. Além desta declaração, nota-se a presença de muitas poesias escritas com bastante sensibilidade.³¹

[...] Após uma pertinaz tuberculose que o atacou findou o grande Cruz e Souza; três annos depois falecia a sua esposa da moléstia que arrebatou o marido e da mesma foram os seus filhos. Grande perda para os seus amigos e para nós principalmente e mais ainda para os que não o souberam comprehender. E justo que o chamemos o <Dante Negro>, foi o homem que soube demonstrar o sentimento nobre e o amor sincero que existe no homem negro. É mister que compreendamos o quanto vale o sentimento nobre quando bem adquirido, e o amor que sempre existe num coração de um poeta. [...] ³²

Vale salientar que aquele era um contexto em que ainda havia o estigma do homem negro bruto, viril, quase que de forma animalesca. Desse modo, para apresentar ao público o contrário desses estereótipos, os redatores apresentavam homens negros dotados de cultura, educação e sensíveis às emoções e sentimentos que são comuns a todos os indivíduos.

³⁰ Seu nome era João da Cruz e Souza (1861-1898) e era filho de ex-escravizados, mas esteve sob os cuidados dos antigos donos de seus pais, após receberem alforria. Desse modo, recebeu boa educação na cidade de Santa Catarina, onde nasceu. Foi diretor do periódico abolicionista “*Tribuna Popular*” e também obteve o cargo de promotor público de Laguna (SC) e sofreu forte preconceito racial. Publicou poemas e poesias, sendo considerado uma figura importante do simbolismo no Brasil.

³¹ *Ibid*, p. 190-192.

³² “*O Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 6 Jan, 1924, p.2.

Para a mulher negra, falar do amor representava a feminilidade, humanidade e afetividade que a ciência e a sociedade brasileira tentaram negar que ela fosse capaz de possuir. Logo, observa-se a presença de inúmeras poesias, principalmente acerca do amor. Na segunda edição do “*O Clarim da Alvorada*”, na primeira página, Maria de Lourdes traz a sua poesia intitulada “Amor eterno”.

Como posso por ti eu ser amada... Se lucto contra o fado mau e rubro. Vejo que apenas sou mais desgraçada. Immenso e suave como o luar de Outubro. E este amor tão eterno e acry solado que no íntimo do peito ainda encubro. Para te dar, e vel-o despresado! Que tristeza profunda, que tristeza. Não comprehenderes nunca de minh'alma. A infinita bondade – a ideal grandeza. Este amor é tão grande, eterno e puro que embora viva nesta angustia incalma não morrerá nem mesmo no sepulcro!³³

Esta poesia traz uma série de elementos que demonstram a relação da autora com o amor. Também faz questão de ressaltar a tristeza profunda por não ter o seu amor correspondido. Além desta escrita, há tantas outras que também apontam tristeza e lamento em relação ao amor.

A partir de 1928, as poesias das mulheres são direcionadas para uma seção em específico chamada “seção feminina”, geralmente localizada na terceira página do periódico. Esta parte do jornal foi separada para a escrita das leitoras, ou seja, as suas cartas enviadas ao “*Clarim*”. Destacam-se também as exigências dos redatores em relação ao que deveria ser publicado nessa parte específica do jornal, rejeitando todo o tipo de “banalidades³⁴”, termo utilizado por eles.

³³ “*O Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 3 Fev, 1924, p.1.

³⁴ Através da análise contextual e de informações apresentadas pelos redatores, o termo “banalidades” significa para eles a publicação nas páginas de assuntos que não sejam correlatos aos interesses da comunidade negra. Observa-se a tentativa deles em estimular as escritoras, por exemplo, na produção de textos voltados para a militância política da mulher negra e sobre a figura da Mãe Negra. Assuntos que estivessem fora

Apresentamos hoje, com intimo regalo, pela segunda vez, a nossa modesta secção literaria das nossas gentis leitoras. Esta página está destinada a todas senhoras ou senhoritas, que queiram nelle collaborar, porém, sujeitando as nossas exigências; isto é, não queremos aqui, banalidades inúteis e cousas infastiosas aos leitores inteligentes. Devido a grande falta de espaço, não podemos ventilar o nosso intento, que, publicaremos vagarosamente e parceladamente neste columna. Podemos adiantar tambem, que estamos dispostos a dar um modesto premio, a qualquer senhora ou senhorita que nos enviar um trabalho mais ou menos sólido, sobre a mãe Preta, ou a questão da mulher militante.³⁵

Nota-se que o poder masculino é preponderante, uma vez que selecionavam as mulheres que seriam colaboradoras diretas da folha. Com a seção feminina, há o aumento de oportunidades para que mulheres negras participassem no periódico. Além disso, observa-se uma espécie de promoção, no qual não seriam apenas leitoras, mas a sua condição passava para escritoras de uma folha de grande relevância dentro do movimento negro. Cabe salientar que a abertura e maior participação feminina no “*Clarim da Alvorada*” não devem ser vistos como um presente do homem negro para aquelas mulheres, mas como fruto de uma luta de gênero existente nos bastidores daquele meio social.

Nos demais jornais, fora da imprensa negra, era comum a presença de uma seção feminina. No entanto, as escritas eram limitadas a temas relacionados à moda, trabalhos domésticos, fofocas sociais, entre outros aspectos que eram considerados correlatos do “mundo feminino”. No entanto, os redatores do “*Clarim da Alvorada*” apresentam uma

da temática racial, ou que não fossem pertinentes ao meio negro, eram considerados banais.

³⁵ “*O Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 3 Jun, 1928, p.3.

proposta contrária, no qual as mulheres deveriam escrever textos sólidos e que problematizassem questões reais que assolavam o seu cotidiano.³⁶

Nestas seções femininas, Maria de Lourdes não apareceu escrevendo, mas as leitoras Maria Amália Leal, Dina, Mairy, Benedita Correia Leite e Rosa d'abril contribuíram com as suas poesias e críticas sociais. Após alguns meses, nota-se a presença de homens escrevendo na seção e, geralmente são poesias ou críticas sociais em torno da figura feminina. Quanto ao concurso proposto pelos redatores, há uma nota informativa no jornal dizendo que até aquela data eles não teriam recebido trabalhos para concorrer à seleção. Após essa informação, os homens seguiram escrevendo e ditando as pautas da seção feminina. Vale ressaltar que no próximo capítulo tais escritas dos homens em relação à mulher negra serão analisadas e problematizadas.³⁷

Outro fator interessante se refere à 13ª edição de 1929, na qual o público é informado que, naquela edição, não seria publicada a página feminina por falta de espaço. Logo abaixo há uma coluna intitulada “O feminismo na Holanda marcha...”, na qual traz informações sobre uma sufragista que colaborou na luta pelo voto feminino na Holanda. É notório o discurso do redator que ressaltou os feitos de Maryka em relação à conquista de todos os direitos políticos para as mulheres e sua profissão, já que ela teria se tornado parlamentar, além de ser escritora e notável oradora. Esse tipo de notícia poderia incentivar as mulheres negras a se empenharem nas questões relacionadas à causa negra,

³⁶ CASADEI, Eliza Bacheга. **A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX.** Revista ALTERJOR:USP, Ano 2, Volume 1, edição 03, jan-jun de 2011, p.5.

³⁷ “*O Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 12 Ago, 1928, p.3.

sobretudo no que tange à vida política, uma vez que na década de 1920 a mulher ainda não tinha direito ao voto. Todavia, vale salientar que até o momento não foram encontrados textos dentro do “Clarim da Alvorada” em relação à opinião dessas escritoras acerca do voto feminino.

A preocupação de muitas estava atrelada em criar meios de combater o racismo e obter penetração e aceitabilidade dentro do próprio movimento negro. Nota-se com isso o discurso empreendido por Benedita Salles Correia Leite, esposa do redator principal do periódico, José Correia Leite, em seu texto “A mulher negra e o nosso Congresso”, publicado em 1929.

Sou mulher, sou mãe e sou esposa; são essas as razões que me levam a desejar que o congresso da minha raça seja realizado. Discute-se em minha casa, sobre todos os assuntos com respeito a questão racial, porém, eu vejo neste momento que, a influência da mulher negra é necessaria neste grande movimento. Porque eu penso assim? Vejamos: em São Paulo há inumeras sociedades dansantes na totalidade, estas agremiações são frequentadas por mulheres de minha raça e essas damas gosam de grandes influências sobre esses cavalheiros, que, ao invés de ampará-las moralmente; infiltrando em seu espírito como cavalheiros do ideal, - essa corrente forte de desejos, para edificarmos o nosso ambiente moralizando, onde nossas filhas possam ter garantias e frequencias. Eu vejo que as sociedades da raça a que pertenço, vão disvirtuando os grandes sonhos dos idealistas contemporaneos. E assim sendo, elles – os idealistas – nada conseguirão sem a ajuda de uma legião de mulheres negras sensatas que secudem numa confirmação de vontade; este meu ponto de vista³⁸.

Benedita começou o seu texto demarcando o seu lugar social e a propriedade que tinha para falar sobre o assunto, uma vez que afirmou: “*Sou mulher, sou mãe e sou esposa: são estas as razões que me levam a desejar, que o Congresso da minha raça seja realizado*”. Ela ressaltou a

³⁸ “O Clarim da Alvorada”, São Paulo, 14 Jul, 1929, p.3.

influência da mulher no seio familiar e principalmente em relação à luta pelas causas raciais, tema que segundo Benedita era frequente nos lares. Além das observações salientadas por ela, há uma carta de Maria de Lourdes Silva ao *Clarim* em que ela demonstra a sua identidade ao se afirmar como negra, e expressa a sua preocupação em trabalhar em prol da união dos irmãos da própria cor.

Querida Amiga! A tua tão amável cartinha, a qual, bondosamente me enviaste, muito me sensibilizou. Na tua explanação tão meiga vi que ainda persistes com o nosso ideal de plantar a união dos nossos irmãos. Quanto seria pra mim ditoso, se pudesse ouvir, as sublimes palavras em prol da nossa epiderme, como tú sabes proferir? Mas, as distancias que nos separam não destroem os bons pensamentos, as boas reflexões. Com todo o ardor de sinceridade e pureza de coração affirmo-te que, da união que espero realizar, se viver algum descendente, podes ficar tranquila que, o farei um baluarte de defesa da nossa união; e, jamais para volver um alto phraseado, ou um verbo inflamado contra os nossos irmãos.³⁹

Inclusive, esse termo que remete a uma “irmandade” é comum dentro do periódico. Também é notório o uso do termo “união da nossa classe”, sendo importante com isso refletir à luz da época sobre o que representava o conceito de classe para aquela população. O sentido de “classe” estava ligado aos modos de associativismo tanto dentro dos periódicos quanto nos clubes negros. Mesmo com as diferenciações por conta de hierarquias e conflitos de gênero, o preconceito racial era denunciado nas páginas como algo vivenciado pelos negros dentro daquela comunidade, e esse fator fazia com que se sentissem membros de uma classe pautada pela cor. Levando em consideração que “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de

³⁹ “*O Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 1. de Abr, 1928, n.3.

seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus⁴⁰, faz sentido compreender que o conceito estava ligado à experiência daqueles indivíduos em relação ao preconceito racial. Logo, para eles era necessária a união da referida classe em prol de questões em comum, como por exemplo, a cidadania plena para os seus.

Por isso, Benedita Correia Leite chamava as mulheres a se esforçarem na luta pela causa negra e aos irmãos negros que aceitassem as contribuições femininas. Embora as questões raciais fossem latentes e de preocupação dos homens negros, a união de forma efetiva com as mulheres negras, levando em consideração as suas demandas, não era algo prioritário. Isso porque havia um lugar social definido para a mulher negra, cabendo a ela ser mãe e se submeter ao governo do homem. Todavia, algumas mulheres se empenhavam em se engajar nas questões raciais, e através das suas escritas no *Clarim* tentavam encorajar e valorizar através de diversos modos a mulher negra. Com isso, além da contribuição de Benedita, nota-se uma coluna escrita na seção feminina com o título “Conselhos”:

Ama-se, vive-se, é verdade; porem de amor não se morre. Se és trahida, enxuga os teus prantos. O amor passa, não há nada que se não extingue; Zomba dos homens em paga de tudo. Deixa que te amem tambem. Mulher! Não vês que és desejada?...Sem tí os homens deixam a própria vida; se uns te desprezam, outros te elevam. Não te desesperes, rainha, mulher!... Goze a tua mocidade em flor; Podes bem zombar desses entes de bigodes. Não sofras, não, tú podes muito conseguir. És linda, tu és frágil neste intuito. Tu podes adquerir, porque és mulher!⁴¹

⁴⁰ THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa. A árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 1, p.10.

⁴¹ “*O Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 1 Abr, 1928, p.3.

A poesia acima foi escrita por Rosa d'abril, que escreveu poucas vezes na folha e não há dados biográficos sobre a sua vida dentro do periódico. Em sua escrita, nota-se a elevação da figura feminina e salienta aspectos relacionados à beleza e ao amor. Como já explorado, eram questões importantes para que a mulher negra obtivesse aceitabilidade no meio social.

Após 1929, a seção feminina deixa de existir no “*Clarim da Alvorada*”, ou seja, a sua duração foi de aproximadamente um ano. Não há informações quanto ao motivo de seu fim e as cartas de leitoras deixaram de ser publicadas, do mesmo modo que não há mais textos assinados por Maria de Lourdes. Vale salientar que o periódico passou a investir maciçamente em textos sobre a figura da Mãe Preta⁴², em diversas páginas e inclusive nas capas do jornal. Todavia, não há contribuições femininas em torno de uma problemática que de fato era correlata as suas existências.

Embora houvesse esses conflitos de gênero, nos quais os homens escreviam em uma coluna feminina destinada às leitoras, assim como algumas percebiam a desunião entre os membros de cor ao não incluí-las de forma plena, merece destaque a iniciativa pioneira do “*Clarim da Alvorada*” ao criar um espaço para tratar de temáticas correlatas as mulheres. Dentro dos periódicos da imprensa negra paulista, durante as

⁴² No Brasil, os periódicos da imprensa negra passaram a discutir a criação de um símbolo para homenagear a mulher negra. Para o “*Clarim da Alvorada*”, o monumento à mãe preta seria uma forma de mostrar o trabalho desenvolvido por mulheres negras ao longo dos anos; Ou seja, ao amamentar os seus e servirem como amas de leite, o labor doméstico, as vendas para o sustento familiar, entre tantas outras atividades desempenhadas pelas escravizadas. Mas sempre ressaltavam que a subordinação racial ao homem branco deveria ter sido abolida ao final da escravidão. Esse discurso era uma forma de oposição aos ideais nostálgicos da elite, já que iam de encontro com as ideologias de branqueamento.

décadas estudadas neste trabalho, não há um espaço reservado para as demandas femininas escritas pelas próprias leitoras ou colaboradoras. Ainda que haja poucos dados biográficos de Maria de Lourdes Silva, Maria de Lourdes Souza, Benedita Correia Silva e Rosa d'abril, é possível perceber os seus anseios e as problemáticas que eram enfrentadas por essas mulheres negras, entre tantas outras, no pós-abolição. Mulheres que não tiveram as suas escritas contempladas, que seguem invisibilizadas pela historiografia, mas cujas contribuições são de fundamental relevância para a história do movimento negro. A seguir, iremos discutir um pouco mais sobre os motivos de tal invisibilidade e a relevância do estudo do gênero, raça e classe para avançarmos nos debates de pós-abolição no Brasil.

1.4 Debate historiográfico acerca da Interseccionalidade e Feminismo Negro

Antes de entrar na discussão sobre as mulheres negras e livres, vale recuar no tempo a fim de compreender as suas lutas e relações com a recente cidadania e liberdade. Diferentemente dos Estados Unidos e do Caribe, percebe-se que são poucos os trabalhos que se debruçam sobre o cotidiano e as redes de sociabilidade de escravizadas, africanas e libertas. Essas mulheres, nas sociedades africanas e também na diáspora, não assistiram de forma passiva à opressão que sofriam. Elas lutavam pela manutenção e formação da família negra, tentavam proteger a integridade psicológica e física de suas famílias, assim como da comunidade a que pertenciam. Como podemos ver abaixo, se mobilizavam de diferentes modos, ameaçavam os senhores de suicídio, tramavam fugas, entre outros meios de resistência.

Na tentativa de impedir que filhos e esposos fossem vendidos separadamente, recusavam-se a trabalhar e ameaçavam os senhores com o suicídio e o infanticídio. Fazendeiros temiam especialmente envenenamentos que poderiam ser praticados por mucamas. Num mundo cercado de opressão, construíam ambientes de autoestima e se tornavam decisivas, por exemplo, para possibilitar fugas ou obter informações a respeito de vendas e transferências indesejáveis. Providenciando suprimentos, muitas delas prestavam auxílio providencial aos escravos em fuga ou àqueles interessados em escapar. Ajudando a manter a integridade dos arranjos familiares, assim como a riqueza e a originalidade da cultura forjada em torno deles, elas foram os primeiros agentes da emancipação das comunidades afrodescendentes na diáspora⁴³.

Ao olhar para as experiências das escravizadas nas Américas, observa-se a resistência delas nas plantações e também nas áreas urbanas. Aquelas que trabalhavam no campo, por vezes se utilizavam da linguagem e da música para educar seus filhos, construindo assim novos sentidos culturais. Na cidade, vendiam seus quitutes para angariar alguma renda para si e assim conquistar a tão sonhada liberdade. Dentro das senzalas, tentavam manter os valores e crenças culturais originais, o que ajudava a fortalecer a própria comunidade africana. Transmitiam oralmente as histórias, os ritos e costumes para aquele grupo, o que colaborava no fortalecimento de memórias e da própria construção da identidade. Desse modo, a mulher escravizada foi a espinha dorsal na manutenção familiar, nas relações de parentesco e permanências de valores culturais africanos que foram repassados e ressignificados ao longo das gerações.

A partir da década de 1980, observa-se uma série de trabalhos a fim de estudar o cotidiano, as ações, as mobilizações e as resistências das

⁴³ PAIXAO, Marcelo; GOMES, Flávio. **Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação.** Estudos Feministas, Florianópolis, SC, v. 16, n. 3, p. 951, set./dez. 2008.

escravizadas. Cabe destacar o trabalho investigativo de Maria Odila Dias, no qual observava o cotidiano e as práticas sociais de libertas e escravas na cidade de São Paulo durante o oitocentos. Também há a pesquisa desenvolvida por Mary Karasch nos anos 2000, na qual estudava a escravidão e destacava o papel desempenhado por mulheres africanas no mercado de trabalho da cidade. Outra pesquisa parecida com esta foi desenvolvida por Cecília Soares (1994 e 1996), ao problematizar na cidade de Salvador a centralidade e a importância das africanas para o comércio. E assim se seguiram outros estudos sobre as quitandeiras e a luta pela liberdade empreendida pelas escravas de ganho que compravam a sua alforria.⁴⁴

Para que tais mulheres fossem identificadas foi preciso investir em metodologias específicas de análise de fontes como as narrativas presentes em testamentos de ex-escravas, libertas e crioulas, por exemplo. Ao deixarem algumas heranças, falavam das experiências com a escravidão, sobre o trabalho que desenvolviam, suas expectativas, afetividades e recordações. A documentação judicial da época também passou a ser utilizada como fonte de análise, sendo comum o seu uso para compreender as ações de liberdade empreendidas na justiça por escravizadas. Desse modo, todas as pesquisas mencionadas ajudam a desconstruir, por exemplo, a ideia de que aquelas mulheres aceitavam de modo passivo a dominação que sofriam. Ademais, apresentaram novas metodologias e fontes para o estudo do pós-abolição no Brasil.⁴⁵

⁴⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. Editora brasiliense, 1984; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana (Orgs). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 10.

⁴⁵ Cf, nota 11; Quanto às ações promovidas por escravizados, vale destacar o trabalho de Keila Grinberg, *“Liberata: a lei da ambiguidade e as ações de liberdade da corte de*

Quando as escravizadas se tornaram livres, algumas continuaram a desempenhar trabalhos domésticos, ou então labutavam nas lavouras a fim de garantir o sustento familiar. Após 1888, essa realidade permaneceu, todavia há também a migração de algumas mulheres do campo para desenvolverem trabalhos na cidade. Lá atuavam como costureiras, domésticas, prestando serviços no comércio informal ou desempenhando papéis subalternos na fábrica juntamente com operários negros. Inclusive, muitos eram expulsos desses espaços para dar lugar à mão de obra imigrante e, aliás, a historiografia brasileira foi silenciosa em relação ao proletariado negro presente nesses espaços. No que tange aos estudos sobre a mulher negra após a abolição da escravatura no Brasil também há invisibilidades, já que são pouco abordadas enquanto protagonistas de sua própria história. Assim, há alguns motivos para tal silenciamento e que se encontram ancorados no recente estudo sobre gênero no Brasil e o tardio uso de análises do passado através da perspectiva interseccional.⁴⁶

Quanto à historiografia, ainda nos anos 1980, uma série de pesquisas foi produzida tendo como cerne o gênero. Ele pode ser entendido enquanto uma categoria para compreender como são estabelecidas as relações sociais entre homens e mulheres na sociedade.⁴⁷ Nessa investigação, as mulheres são utilizadas como objeto

apelação do Rio de Janeiro no século XIX,” na qual traz a trajetória de vida e ações judiciais empreendidas por uma escravizada a fim de conquistar a liberdade.

⁴⁶ PAIXAO, Marcelo; GOMES, Flávio. Op.Cit.,951-955; Quanto à invisibilidade da população negra dentro do operariado, ver: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Trabalhadores negros e o paradigma da ausência: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil.** Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v.29, 2016, p.611.

⁴⁷ SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat. Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989. p. 7.

de estudo, mas poderiam ser estudados especificamente os homens e a sua masculinidade. Uma análise centrada a partir do gênero colabora na compreensão de como os indivíduos são organizados socialmente a partir das diferenças biológicas, ou não. No caso das relações entre os gêneros, observa-se uma violência simbólica na qual o homem busca exercer o domínio, pois ao longo dos séculos a sociedade construiu a imagem da mulher como um ser inferior, porém importante para desempenhar determinados papéis que são previamente definidos pelos homens. Essa relação de dominação é histórica e cultural; no entanto, há um esforço em naturalizar e universalizar comportamentos que foram construídos socialmente.⁴⁸ A partir dessa percepção, a historiografia brasileira passou a observar as relações sociais a partir do gênero, resultando em vários trabalhos e grupos de estudos. Todavia, as pesquisas por vezes não contemplavam as relações entre gênero e raça; ou seja, não eram levadas em consideração as diferenças sociais que assolavam aquelas que eram mulheres e negras.

Em 1989, a jurista e afro-americana Kimberlé W. Crenshaw utilizou a interseccionalidade para pensar na interdependência das relações de classe, raça e sexo. A sua origem possui ligação com o movimento “Black Feminism” realizado em finais dos anos 1970 nos Estados Unidos, no qual criticavam o feminismo branco,

⁴⁸ Roger Chartier discute o conceito de violência simbólica, que teria surgido com o recuo da violência de cunho mais bruto, entre os séculos XVI e XVIII. No que tange a construção da identidade da mulher, esse tipo de violência se caracterizou pela interiorização nas mulheres dos discursos de dominação que eram produzidos pelos homens. Com isso, a aceitação de determinadas exclusões e separações de papéis sociais passaram a ser naturalizados. CHARTIER, Roger. Diferenças entre os Sexos e Dominação Simbólica (nota crítica). In **Cadernos Pagu**. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995, p. 40-44.

heteronormativo e também de classe média. Todavia, o sucesso e a amplificação do conceito se deram na segunda metade dos anos 2000 apenas. A sua utilização como método de análise de categorias sociais como a raça, gênero, classe, sexualidade, entre outros, possui suas divergências e convergências em diferentes pesquisas. Entre elas, destaca-se o uso por Anne McKlinton, Avta Brah, Judith Butler, entre outras, que se utilizaram da perspectiva interseccional. Há algumas unanimidades entre as teóricas feministas quanto ao conceito, sendo portanto a ideia de que a interseccionalidade é uma proposta que leva em consideração as múltiplas identidades de um indivíduo e não cabe a hierarquização de opressões. A interseccionalidade está ligada a uma teoria transdisciplinar que busca compreender as complexidades das identidades múltiplas do sujeito e das desigualdades sociais através de um olhar integrado. *Observa-se* então, que a proposta de trabalho com um viés interseccional busca compreender a articulação das múltiplas diferenças que formam os sujeitos, assim como as diferentes desigualdades sociais que interferem em suas vidas.⁴⁹

As intelectuais negras Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Thereza Santos, entre outras, irão utilizar a perspectiva interseccional de diferentes modos em suas pesquisas. Em 1983 foi publicado “*Racismo e sexismo na cultura brasileira*”, no qual Lélia Gonzalez pensava nas articulações entre racismo e sexismo e como agiam na vida das mulheres negras brasileiras. Em 1982, publicou o artigo “*O lugar da mulher*”, no qual a análise é centrada nas questões raciais e ressalta que olhar apenas

⁴⁹ HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, p. 62-64; PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.** Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008, p. 266-268.

para as categorias de gênero e classe contribuiriam para a naturalização e permanência das desigualdades raciais. Já em 1985, Sueli Carneiro e Thereza Santos utilizaram os censos de 1950 a 1980 para apresentar a situação socioeconômica desfavorável das mulheres negras em relação às mulheres e homens brancos. Ademais, também apresentaram as tensões e as pautas diversificadas entre o feminismo negro e o branco. Assim, todos os trabalhos mencionados foram de extrema importância para a construção do movimento feminista e também no aprofundamento do conceito de interseccionalidade e que posteriormente contribuiu com a produção de trabalhos acadêmicos variados a partir da perspectiva de análise interseccional.⁵⁰

Nos anos 2000, uma série de trabalhos foi produzida seguindo o mesmo método de análise, sobretudo por profissionais da sociologia e antropologia. A antropóloga Adriana Piscitelli, além de organizar diversos grupos de estudos e palestras, desenvolveu trabalhos acerca das migrantes (viajantes) brasileiras, e para isso fez uso de categorias sociais como gênero, raça, etnicidade, sexualidade e nacionalidade, que se articulavam e afetavam o cotidiano daquelas mulheres. Há também as pesquisas desenvolvidas por Renata Macedo, que analisou a trajetória de empregadas domésticas. Em meio às opressões de raça, gênero e classe, tinham certas possibilidades de agência em contextos de desigualdade social. Dissertações de mestrado e teses de doutorado como as da pesquisadora Raquel de Andrade Barreto, Ana Claudia Lemos Pacheco,

⁵⁰ GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1983, p. 223-244. GONZALEZ, L. **A mulher negra na sociedade brasileira**. In: LUZ, M. (Org.) O lugar da mulher. Rio de Janeiro: Graal, 1982. CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza. **Mulher negra**. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

Jurema Werneck, entre tantas outras, possibilitaram o alargamento dos estudos sobre a mulher negra, sobretudo do pós-abolição.⁵¹

Dentro da historiografia brasileira, cabe mencionar as contribuições da historiadora Giovana Xavier da Conceição Côrtes, que em sua tese de doutorado analisou as representações femininas em propagandas de produtos de beleza que eram destinados ao clareamento de pele, e também por crescedores capilares. Tais anúncios eram realizados dentro da imprensa negra norte-americana e também na imprensa negra brasileira. Ela pesquisou o período compreendido entre 1890 e 1930, a partir de um viés interseccional e, sobretudo transnacional. Logo, cabe salientar que este trabalho será mencionado ao longo desta pesquisa, uma vez que discute temáticas como a racialização, beleza e estética, relações de gênero, entre tantos outros temas que se relacionam diretamente com as problemáticas que serão colocadas nesta dissertação.⁵²

A partir do viés interseccional é possível observar nas páginas do “*O Clarim da Alvorada*” que as questões ligadas a gênero, raça e classe atravessavam a vida das mulheres negras paulistas daqueles tempos. Em

⁵¹ MACEDO, Renata Mourão. **Espelho mágico: empregadas domésticas, consumo e mídia**. Dissertação de Mestrado, Antropologia, Universidade de São Paulo, 2013; BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o Feminismo e Feminizando a Raça: narrativas de libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzalez**, Rio de Janeiro : PUC-Rio, Departamento de História, 2005. 128 f, Dissertação (mestrado); PACHECO, Ana Claudia Lemos. **Branca para Casar, Mulata para F... e Negra para Trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia**. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2008; WERNECK, Jurema. **Conhecimento, Poder e Gênero: o Desafio das Yalodês**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Engenharia de produção, 2000.

⁵² XAVIER, Giovana. **Branças de almas negras? Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890- 1930)**. Tese (Doutorado em História) –IFCH, Unicamp, Campinas, 2012.

meio às fortes relações de poder, conseguiam se mobilizar e encontravam margens de agência. Aqui, entende-se por agência as intencionalidades, esquemas, planos, objetivos, desejos e vontades conscientes que mobilizavam os indivíduos para um determinado propósito. A partir das análises thompsonianas sobre os ingleses no século XVIII, a historiografia brasileira recebeu influências desses estudos e se voltou para as experiências dos indivíduos. No que tange à escravidão, por exemplo, passaram a observar as margens de atuação, as lutas e conflitos travados entre senhores e escravizados, bem como as formas de agência protagonizada por eles. Desse modo, entende-se por “participação feminina”, como exposto no título deste trabalho, como a produção de mulheres negras⁵³, ou seja, a sua atuação e agência dentro de espaços considerados majoritariamente masculinos.⁵⁴

Vale salientar que a historiografia da imprensa negra por vezes ressaltou o quanto a mulher negra era observada e considerada essencial para a formação familiar. Ou seja, os discursos dos redatores em torno da figura feminina são analisados. Todavia, o olhar apurado para a presença e produção escrita da referida senhorinha Maria de Lourdes, assim como de suas companheiras, não é realizado. Mulheres que contribuíram para a formação e movimentação da imprensa negra paulista ao produzirem textos dentro do periódico “*O Clarim da Alvorada*”, embora a maioria

⁵³ Vale salientar, que Maria de Lourdes Souza, Maria de Lourdes Silva, Evangelina Xavier de Carvalho, Rosa d’Abril e Benedita Correia Leite – as personagens que aparecerão ao longo desta discussão - se afirmavam como mulheres de cor. Quanto às mulheres que irão escrever na seção feminina, há indícios que demonstram que a escolha dos redatores para a entrada naquele espaço fosse de fato entre mulheres que refletissem sobre a própria militância negra. Tais informações podem ser percebidas através da quinta edição do periódico, publicado em 3 de junho de 1928. Nela há a convocação de leitoras para participarem da folha.

⁵⁴ ORTNER, Sherry. **Poder e projetos: reflexões sobre a agência**. Anais da 25a. Reunião Brasileira de Antropologia - Conferências e diálogos: saber e práticas antropológicas. Goiânia: Ed. Nova Letra, 2006b, p.52.

estivesse na condição de leitoras do periódico e não como redatoras principais. Observa-se assim que, nos estudos do pós-abolição no Brasil, a mulher negra permanece pouco abordada enquanto protagonista de sua própria história⁵⁵.

No contexto de redemocratização do Brasil, juntamente com o centenário da abolição da escravatura, uma geração de intelectuais negros produziu uma série de pesquisas a fim de desconstruir o mito da democracia racial e também fortalecer a identidade e a luta do movimento negro. Lélia Gonzalez (1935-1994), Beatriz Nascimento (1942-1995), Abdias do Nascimento (1914-2011), Joel Rufino (1941-2015), Clóvis Moura (1925-2003), entre tantos outros, buscavam ressignificar a história brasileira, sobretudo as experiências dos africanos e seus descendentes, retirando o discurso de vitimização e trazendo os mecanismos, símbolos e formas de resistência à escravatura. Desse modo, figuras como Zumbi dos Palmares e lideranças abolicionistas como José do Patrocínio e Luiz Gama, por exemplo, passam a ser centrais para a construção de todo um repertório político.⁵⁶

Entre as intelectuais negras do período, ressalta-se as produções de Lélia Gonzalez, que reavaliava o papel da mulher negra na construção do Brasil. Lélia se recusava a tratar as escravizadas do passado, as africanas e libertas como passivas ou acomodadas. Deixa claro que sofreram fortes opressões pelas estruturas sociais da escravidão, mas

⁵⁵ FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana (Orgs). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 10.

⁵⁶ RIOS, Flávia; RATTIS, Alex; **A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez**. In: PINTO, Ana Flávia Guimarães; CHALHOUB, Sidney. **Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX**; Cruz das Almas: EDUFRRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, (Coleção UNIAFRO), p. 390-391.

ainda assim encontraram formas para resistir. As mulheres negras do seu tempo – donas de casa, trabalhadoras manuais, com baixa escolaridade, meninas e senhoras anônimas – também eram vistas pela autora como agentes de transformação social, através de suas ações cotidianas. Vale salientar que o contexto socioeconômico da década de 1980 era de alta inflação, forte desemprego, precarização das condições de moradia e vida, que afetavam a população pobre brasileira, sobretudo aqueles que eram negros. É dentro deste cenário que Lélia olhava para as negras periféricas que a cercavam e se debruçou no estudo e na problematização das desigualdades sociais que afetavam a comunidade negra, principalmente as mulheres. Assim, a intelectual não pensava nelas como alienadas, mas como agentes que buscavam possibilidades, embora por vezes silenciosas, de mudanças, e que partiam de suas ações no cotidiano.⁵⁷

Também é nesse período histórico que o movimento feminista negro irá se articular e colocar as suas principais demandas para a sociedade. Para a pesquisadora Jurema Werneck, o feminismo negro teria nascido em oposição ao feminismo tradicional. Ou seja, a partir do momento que o feminismo eurocêntrico ignorou os conflitos sociais devido às diferenças étnicas e de classe social. As dificuldades enfrentadas por mulheres brancas e negras possuíam as suas especificidades, como a entrada no mercado de trabalho, a relação com os filhos, a objetificação dos corpos, entre outros aspectos, por exemplo, que eram vividos de diferentes modos pelas mulheres.

De fato, as questões levantadas por mulheres negras e brancas eram diferentes. Enquanto as feministas brancas “foram à luta” para entrar no mercado de trabalho, há mais

⁵⁷*Ibid.*, p. 392-394.

de 500 anos se explorava a mão de obra das mulheres negras. Por isso elas exigiam o direito trabalhista e não o direito de trabalhar. Ao contrário da mulher branca que vivia a bordar, dar ordens aos escravos e servir seu marido e “senhor”, a mulher negra sempre assumiu o papel de “aglutinadora” e “provedora” da família. Foi ela quem assumiu a criação de seus filhos, na época em que a sociedade escravocrata matava, mutilava e separava as famílias negras. [...] outras contradições entre o feminismo branco e o negro: Se a mulher branca reivindica o direito de evitar filhos, a mulher negra reivindica o direito de tê-los, criá-los e vê-los vivos até a velhice.⁵⁸

Em 1982, Lelia González também apontava que, dentro do feminismo branco, embora discriminado, possuía em seu discurso ideologias de branqueamento e o próprio mito da democracia racial era presente. Tais fatores ajudam a explicar a falta de interesse nas produções, vivências e intelectualidade de mulheres negras do período escravista e após a abolição da escravatura, por exemplo.⁵⁹

Em meio ao silenciamento da historiografia da época, assim como do movimento feminista branco, em finais da década de 1970⁶⁰, uma série de discussões sobre a mulher negra eram empreendidas pelo movimento feminista negro, assim como a sua luta contra o machismo e sexismo. Dentro do próprio MNU, as mulheres se mobilizavam para combater o racismo na sociedade brasileira e o sexismo que assolava as suas vidas. Ademais, dentro daquela comunidade também havia a cumplicidade do militante negro para a opressão sexual e subalternização da mulher negra. Eram excluídas dos centros de poder e

⁵⁸ LEMOS, Rosália de Oliveira. **A face negra do feminismo: problemas e perspectivas.** In: O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006, 2ª ed, p. 64.

⁵⁹ *Ibid.*, p.65.

⁶⁰ Vale destacar mais uma vez, que aquele era o contexto de ditadura militar no Brasil, por isso ativistas intelectuais como a Lélia Gonzalez e o Movimento Negro Unificado (MNU) eram acompanhados sistematicamente pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops).

decisões do grupo, uma vez que alguns homens negros reforçavam que elas não tinham capacidade de organização e deveriam desempenhar atividades consideradas “femininas”. Esse era um comportamento muito comum entre os homens, que quando percebiam que o seu poder de dominação era ameaçado por mulheres se sentiam diminuídos e, portanto, afirmavam a existência de um lugar social destinado às mulheres. Esse fator colaborou com a formação de diversos coletivos femininos, sobretudo o Nzinga, fundado em 1983 no Rio de Janeiro e também organizado por Lélia. Assim, aquele e demais espaços de sociabilidade feminina foram construídos não para dividir o movimento negro, mas como um instrumento de diálogo e estudo sobre a tripla opressão sofrida pelas mulheres, que eram as questões relativas a gênero, raça e classe.⁶¹

Quanto à perspectiva interseccional, Lélia Gonzalez foi uma das antecessoras do conceito enquanto uma questão política e teórica. Ela trabalhava a temática a partir de três planos específicos: “*entre as categorias de análise (raça, sexo e classe, entre outras), os fenômenos sociais de opressão e discriminação (racismo, sexismo, entre outros) e na articulação entre movimentos sociais (negro, feminista e homosexual por exemplo)*”⁶². Em seus trabalhos, é possível observar referências às mulheres negras de diversas classes sociais, assim como de localidades

⁶¹ VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. Lélia Gonzalez: fragmentos. In: DOMINGUES, Petronio; GOMES, Flávio.(Orgs) **Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1990-1980)**. São Paulo: Selo Negro, 2011, p.272-274; Quanto ao machismo desenvolvido entre homens negros, vale observar a discussão presente em: ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejam todos feministas**. Tradução: Christina Baum – 1ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

⁶² RIOS, Flávia; RATTIS, Alex; *Op.Cit.*,p.351.

geográficas diferentes, ou seja, morro, subúrbio, favelas e bairros nobres. Problematicava também os estereótipos construídos sobre a mulher negra e as discussões em torno da estética. Nota-se que ela tentava inserir todo o debate no meio acadêmico e também nos lugares que frequentava, do mesmo modo que as intelectuais negras que eram suas contemporâneas.

Assim, a partir das análises expostas nesse capítulo, conseguimos compreender a luta de negros do passado por visibilidade e conquista de direitos, sobretudo os dramas vivenciados por diferentes mulheres negras que fizeram parte do “Clarim da Alvorada”. Ao olhar para a historiografia, observa-se uma série de lacunas, mas há também muitos trabalhos construídos por negros e negras a fim de dar voz aos silenciados que sofreram de diferentes modos nas mãos de um Estado burguês e racista. Desse modo, o próximo capítulo abordará justamente a Reforma Moral implementada pelo Estado brasileiro e como tais medidas teriam afetado a vida da população negra. Como as questões morais apareciam no “Clarim da Alvorada” e como esses aspectos interferiam diretamente na vida da mulher negra? Essa é uma problemática que merece uma análise mais densa, buscando as falas das leitoras, ou seja, as suas visões acerca dos valores morais presentes na jovem República brasileira.

CAPÍTULO 2 PURITANISMO NO “CLARIM DA ALVORADA”: COMO AS REFORMAS MORAIS IMPLANTADAS PELO ESTADO BRASILEIRO AFETARAM A VIDA DE NEGROS E NEGRAS EM SÃO PAULO

Um dos objetivos do presente capítulo consiste em problematizar a representação da mulher negra dentro de “*O Clarim da Alvorada*”. Para isso, será preciso analisar de forma minuciosa as narrativas dos redatores e demais colaboradores daquela imprensa acerca das mulheres negras. Ou seja, o papel social que eles atribuíam e o discurso moralista que construía em torno delas. A fim de compreender as motivações de tais escritas estabelecidas pelos homens, será importante recuar no tempo e compreender as discussões que estavam em pauta no cenário político e econômico de São Paulo em finais do século XIX.

Esse era o contexto em que hábitos e costumes da população mais pobre passaram a ser criminalizados e enquadrados pela Lei da vadiagem. Esse cenário adentrou e se endureceu durante a República e a população negra passou a ter não apenas a sua religiosidade condenada, mas também suas festas e danças, assim como a capoeira. No decorrer dos anos 1920, e com a entrada do Estado Novo, inaugura-se no Brasil uma série de reformas de cunho nacionalista e moralistas no que tange ao trabalho. **Dessa forma, este capítulo analisará de forma mais densa como as reformas morais delinearam a identidade negra. Ou seja, como a lógica moral burguesa pró-trabalho afetava a população negra, sobretudo as mulheres.**

Com isso, será preciso observar como as escritoras da folha se sentiam frente ao forte moralismo, que também afetava aos homens negros, mas que sobre as mulheres possuía as suas especificidades. Tais

singularidades, que aconteciam devido ao machismo e patriarcado também presentes entre os negros, serão analisadas e problematizadas.

2.1 Estado brasileiro e seus jogos de interesses: a inserção da população negra e paulista no trabalho fabril

Antes de discorrer acerca da vida social e econômica de negros e negras da cidade de São Paulo durante as primeiras décadas do século XX, será preciso voltar no tempo. Ou seja, é importante refletir sobre os fins da abolição da escravidão, a fim de compreender os seus desdobramentos na economia e para a população negra. Além disso, observar os discursos construídos pelo Estado brasileiro acerca da mão de obra nacional, sobretudo negra, e o trabalho do imigrante. Com isso, neste primeiro momento, objetiva-se analisar como se deu o processo de marginalização dos negros, as dificuldades de inserção no ambiente fabril e a sua resposta frente a essas barreiras.

Em tempos de escravidão, observa-se que os nacionais rejeitavam aqueles trabalhos de cunho manual, já que eram considerados degradantes. Ao escaparem desse tipo de serviço, criava-se a percepção de que eles eram vadios e inúteis para o trabalho. Trabalhar sob as ordens de alguém, por vezes ligado ao sistema escravista, significava para esse grupo a aceitação de trabalhos análogos ao do cativo, por isso a recusa. No entanto, a desobediência trazia consequências, entre elas o desemprego e conseqüentemente a mendicância e a indigência. Muitos passaram a viver em choupanas com pequenas roças, como forma de subsistência. Em alguns momentos, tinham que abandonar esses abrigos, quando essas áreas eram incorporadas às propriedades dos senhores e

suas enormes plantações. Desse modo, cabia ao nacional sair do território e vagar pelas ruas.⁶³

Todo o discurso de inaptidão negra para trabalho disciplinado serviu como base para que o processo de imigração acontecesse. Esses eram considerados habilidosos, com uma cultura europeia desejável para o tão sonhado progresso do país. Ainda assim, eles eram depreciados, retirando-se as possibilidades de trabalho. No periódico “*A província de São Paulo*”⁶⁴, observa-se o discurso moralizante do redator ao condenar as práticas comportamentais dos libertos e nacionais, assim como a forma que reforçou o descaso deles em relação ao trabalho.

[...] os ex-cativos, como a maior parte dos caipiras, fogem ao trabalho. Se vão para as fazendas como camaradas, poucos dias param. São excessivamente exigentes, morosos no trabalho, param a cada momento para fazer cigarro e fumar, nas horas de refeições demoram-se indefinidamente, bebem, poucos se sujeitam a fazer um feixe de lenha. [...] Qualquer observação que se lhes faça recebem como ofensa e formalizando-se dizem que são livres, largam a ferramenta e se vão.⁶⁵

Com isso, nota-se que as reclamações acerca dos libertos eram comuns antes da abolição e permaneceu nos anos seguintes. Dentro desse contexto, cristalizou-se a ideia da chamada vadiagem, que, para a elite agrária e demais donos do poder, era presente entre os libertos e mais tarde com os seus descendentes. Ou seja, acreditava-se em uma herança da escravidão que teria construído uma rejeição ao trabalho, devido ao peso que foi o sistema escravista, o que teria gerado a

⁶³ KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**; 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p, 101.

⁶⁴ O periódico “*A Província de São Paulo*”, que não fazia parte da Imprensa Negra, foi fundado em 1875 tendo como base os ideais republicanos. Primeiro periódico do país a realizar vendas avulsas, sendo dirigido pelo jovem redator Júlio de Mesquita.

⁶⁵ “*A província de São Paulo*”, São Paulo, 8/4/1888.

preferência pelo ócio e festejos por parte da população negra. Desse modo, todo o discurso construído em torno da mão de obra negra era feito com o intuito de desqualificá-la, a fim de dar suporte para a imigração europeia.

Embora os imigrantes recebessem auxílios para que trabalhassem na América do Sul, muitos preferiam o Canadá, os Estados Unidos, Austrália, entre outras áreas mais desenvolvidas do que a América Latina. Venezuela, Peru, México e Colômbia foram ignorados, preferindo-se o Brasil, Argentina, Uruguai e Cuba, que receberam um número elevado de europeus durante as décadas de 1880 e 1930. No caso do Brasil, a população imigrante evitava as áreas do nordeste, que estava economicamente empobrecido, fazendo com que o Sudeste e o Sul fossem escolhidos. No que tange a São Paulo, vale destacar que o governo investiu maciçamente com subsídios públicos para que a imigração acontecesse. Através das receitas do café, o Estado pagava, por exemplo, o transporte a vapor da Europa para aquelas famílias consideradas mais qualificadas. Logo, esse fator ajuda a explicar que dos 3,5 milhões de europeus que chegaram ao país, dois milhões (mais da metade) preferiu a cidade de São Paulo.⁶⁶

Em inícios do século XX, a economia paulista contava com 529 mil imigrantes, diferentemente de Pernambuco que possuía 11 mil europeus. Vale ressaltar que neste estado a escravidão começou a declinar a partir do fim do tráfico de africanos, e em áreas que não contavam com o braço imigrante, o empregado nacional adentrou para trabalhar nas cidades e no campo. A partir de 1890, a industrialização paulista começou a caminhar de forma contundente, introduzindo como

⁶⁶ ANDREWS, George. **América Afro-Latina**. São Carlos: EdUFSCar, 2007. p.171.

principal mão de obra o trabalhador imigrante, em detrimento dos brasileiros. Estes ficavam a margem das atividades fabris, destacando-se os grupos de negros e mulatos, que, devido ao forte preconceito de cor, tiveram dificuldades de inserção neste mundo de trabalho industrial. Já no Rio de Janeiro, o cenário foi diferenciado, uma vez que 30% da mão de obra da indústria manufatureira era formada de mestiços e pretos, e 57% das pessoas do setor não eram imigrantes. Logo, tal fator demonstra a ampla participação de nacionais na vida econômica carioca.⁶⁷

Cabe mencionar que, para que as atividades industriais fossem realizadas, não era exigida uma especialização, já que as fábricas funcionavam com um maquinário prático e que não exigia grandes qualificações dos profissionais. Não havia a necessidade de grande capacidade intelectual e até mesmo manual na realização do trabalho, mas era preciso a disciplinarização do labor para os empregadores. Desse modo, a produção era rigidamente controlada, as jornadas duravam horas e contavam com o trabalho feminino e infantil. Carlos Hasenbalg ressaltou que vários fatores favoreceram a vinda desses grupos externos, como o fato de serem uma mão de obra barata, por exemplo, devido à crise na Itália, assim como o preconceito de fazendeiros com os nacionais e sua predileção ao imigrante, baixo custo de transporte internacional, entre outros. Assim, observa-se que os motivos da escolha pelo imigrante, em detrimento do nacional, não estava atrelada à capacidade de produção, mas a aspectos ligados à política de branqueamento da população e às facilidades econômicas que representavam.⁶⁸

⁶⁷ CHALHOUB, Ibid, p. 107.

⁶⁸ HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Tradução: Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. P. 166.

Todavia, Karl Monsma apresentou outros motivos para a imigração, que não necessariamente a política de branqueamento. Segundo o autor, os debates na Assembleia Legislativa de São Paulo eram calorosos entre os fazendeiros, que desejavam resolver os problemas concernentes à falta de mão de obra. Embora acreditassem na inferioridade negra em relação aos brancos, “embranquecer” a população brasileira não era a prioridade daqueles homens. Inclusive, alguns desejavam a permanência do sistema escravista em suas fazendas e reagiram de forma violenta expulsando as lideranças abolicionistas de áreas interioranas. Só começaram a perceber a necessidade da imigração a partir de meados da década de 1880, devido às rebeliões de escravizados que inviabilizou a disciplina e criou o medo nos senhores. Colocar imigrantes passou a ser uma forma de criar a competição entre os nacionais – considerados vadios – e disciplinarizar a população negra e demais brasileiros como um todo ao trabalho. Como ressalta Monsma: *“A intenção explícita dos fazendeiros e governantes era inundar o mercado de trabalho com imigrantes para baratear os salários e disciplinar todos os trabalhadores, tanto estrangeiros como nacionais. Para este fim, importaram muito mais europeus do que o número de trabalhadores que empregavam nas fazendas.”* Assim, a política de branqueamento teria sido um motivo secundário para que a imigração acontecesse, sendo o principal fator puramente econômico na tentativa de sanar a falta de mão de obra.⁶⁹

O nacional era tratado como ser inútil e desqualificado a todo o

⁶⁹ MONSMA, Karl. **O pós-abolição na América e no interior paulista.** In: A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Carlos: EdUFSCar, 2016. p.86.

tempo, como se o imigrante de fato tivesse algum preparo. Em meio a tanto desprezo, acabava realizando tarefas nas áreas urbanas, como o serviço doméstico e trabalhos mais pesados, por exemplo, em um contexto de início de industrialização da cidade. O discurso em torno da vadiagem do nacional obteve certo recuo, quando os braços estrangeiros começaram a diminuir, sobretudo a partir de 1914, devido à Primeira Guerra Mundial. Desse modo, os moradores do nordeste, por exemplo, passaram a ser bem vistos para laborar. Naqueles anos, o nordeste havia passado por forte seca, deixando a população em total miséria. Logo, migrar para São Paulo, que se desenvolvia industrialmente, aparecia como uma solução viável para o nordestino, e como uma estratégia para sanar a falta de mão de obra dos donos do poder.⁷⁰

Começou, então, o processo de recuperação dos braços nacionais a fim de atender às demandas da economia. Em um sistema capitalista, tendo como base o assalariamento, se faz necessário criar mecanismos de produção e expropriação da força de trabalho. Ou seja, o trabalhador vende o seu trabalho ao empregador, como se fosse uma mercadoria. Cabe ao contratante convencer o assalariado a aceitar a sua condição e criar meios de persuadi-lo para permanecer e aceitar o processo produtivo. Para isso, era necessário criar uma ética pró-labor e que não deveria ser estabelecida através da repressão e forte violência, já que eram tempos de abolição. Como criar no liberto um amor pelo trabalho, tendo ele vivido tantos transtornos decorrentes de uma vida escrava? Há um esforço dos parlamentares em reconceituar e justificar ideologicamente a obrigatoriedade do trabalho para as camadas populares. Era preciso inculcar nas mentes que o labor ordenaria a

⁷⁰ KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**; 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 110-111.

sociedade e que os indivíduos estavam recebendo a liberdade e direitos; logo, deveriam retribuir com o seu trabalho. Além da moralidade que criavam, aqueles que não se adequavam ao novo ritmo de trabalho eram penalizados. Nota-se, também, a relação construída entre a pobreza e a ociosidade. Aqueles que eram considerados ociosos, mas que de alguma forma garantiam o seu sustento, não representavam perigo para a sociedade. Quando havia a união da ociosidade com a indigência, acreditava-se que crimes poderiam ser cometidos, colocando em risco a vida social. Portanto, é clara a presença de uma boa ociosidade e uma má ociosidade. A de caráter ruim seria típica das classes subalternas, cabendo forte repressão. Já aquela considerada boa é própria de políticos, empresários, entre outros. Em suma, crime e ociosidade foram construídos a fim de justificar a sujeição e o controle das classes pobres.⁷¹

2.2 O projeto “civilizador”: a família como a base do Estado e o papel social da mulher dentro deste processo

Através da liderança de Antônio Prado (1899-1910), Barão Duprat (1911-1914) e Washington Luis (1914-1919), São Paulo foi se constituindo enquanto metrópole. Vale frisar que a visão positivista era forte naqueles tempos, logo o ideal do moderno e do progresso perpassou a administração desses homens. Com isso, era preciso disciplinar, sanear a cidade das práticas consideradas ruins para o desenvolvimento. Obras públicas, com prédios e avenidas largas

⁷¹ CHALHOUB, Ibid, p. 76.

consideradas modernas, hábitos e costumes europeus, eram todos bem vistos e desejados para a sociedade paulista. Juntamente com esse processo, a cidade contava com o crescimento populacional, que acontecia desde 1872 com o aumento das lavouras de café. No referido ano, a população era formada por 31.385 pessoas, mas já no censo de 1890, havia o dobro de indivíduos, contando com 64.934 habitantes. Em 1908, observa-se 270 mil habitantes e em 1920 os números aumentam de forma vertiginosa para 579.033 pessoas. Tal aumento se explica pelo forte número de imigrantes que entraram no país e também as migrações internas, já que os originários do nordeste e demais brasileiros perceberam o crescimento urbano da cidade e acreditaram que migrar seria uma forma de melhorar as suas vidas. Tal inchaço populacional trazia algumas problemáticas para o Estado que se pretendia moderno, entre elas o aumento da pobreza e a identificação daqueles grupos que não se alinhavam à cidade, sendo compostas por negros, imigrantes e brasileiros pobres, mulheres, entre tantos outros. Desse modo, era preciso fazer com que esses indivíduos se reeducassem, ou seja, que assimilassem alguns padrões e práticas sociais condizentes com a modernidade paulista, branca e burguesa.⁷²

⁷² MATOS, Maria Izilda Santos. As mulheres e a cidade: cotidiano e trabalho – São Paulo (1890-1920). In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João. (Orgs). **História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista**. 1º ed – São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010. (volume 2); p: 169 – 171; Sobre o crescimento populacional e urbanização de São Paulo: MATOS, Maria Izilda Santos. Santos: um porto para o café – cidade, cotidiano e trabalho. In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João. (Orgs). **História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista**. 1º ed – São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010. (volume 2); BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos de formação, manifestações e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulista**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. (Brasiliana, v. 305.) p. 53-66;

O “projeto civilizador” construído pelo Estado tinha a família como a sua base de sustentação, os aspectos ligados à saúde e a higiene também eram preocupação constante.⁷³ A mulher, dentro deste projeto, teria então a responsabilidade de educar os seus filhos e prezar pela moral de sua família. No que tange às famílias negras e pobres, a responsabilidade era ainda maior, já que as dificuldades para inserção no mercado de trabalho e na vida urbana da cidade eram mais complexas devido à cor. Logo, era urgente no meio negro seguir os padrões morais impostos pelo Estado, para assim obter o mínimo de respeitabilidade e inserção naquela sociedade. Com isso, observam-se os discursos presentes no “*O Clarim da Alvorada*” acerca da construção familiar negra para o progresso daquele grupo, assim como para o desenvolvimento do país. Na edição de 13 de maio de 1927, intitulada “Aos pais negros”, o redator salientava que: “*A grande obra da acção negra no Brasil deve começar pela família pois que é ella a célula mãe de toda a sociedade civil. E a família é a união do varão e a esposa com seus filhos, debaixo do governo do varão*”⁷⁴. Nesse trecho, em que o autor não se identifica, é interessante perceber o entendimento e a relevância dos vínculos familiares, entre os negros, para a estruturação do país. Ademais, é interessante notar a diferenciação e a separação dos papéis sociais que homens e mulheres deveriam desempenhar dentro de suas famílias. Assim, segue-se o modelo patriarcal, no qual cabe o governo ao homem e à prole e à esposa restam a obediência.

⁷³GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2005, p. 243-244.

⁷⁴ “*O Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 13 Mai, 1927, p.3.

[...] O homem e a mulher, sêres incompletos na ordem social, por isto que mutuamente se interdependem para a conservação e propagação da espécie e, dahi, conseqüentemente, para a criação e educação dos filhos, não podem abandonar a sua obra ao desusará do acaso. [...] E, todavia, máxima aos paes que, como chefes que são desse corpo único, compéte aperfeiçoar, cuidar, polir a sua obra até a última demão. Certo, a educação da boa mãe deve fazê-la toda solícitudes e carinhos para com a sua prole; mas nem tudo lhe deve cair aos hombros della neste particular. E ao pai que pertence diligenciar por conseguir uma educação adequada para a pessoa dos filhos: a pessoa física e espiritual. Devem os paes (sobretudo o pai) fornecer aos filhos as condições de conservação e perfeição do seu ser, quer dizer: nutrição e disciplina além doutras condições exteriores da vida nas sociedades modernas. [...] ⁷⁵

Observa-se nestes trechos a responsabilidade que o redator colocou a homens e mulheres na educação de seus filhos. É interessante notar que, embora a sociedade fosse de fato machista e patriarcal, o compromisso da criação não é destinado apenas para as mulheres. No discurso, nota-se a divisão de tarefas entre os pais para o desenvolvimento da criança. Ou seja, assim como o cristianismo reforçava a importância do homem como o cabeça do lar, como o provedor, na família negra ele também deveria assumir tal papel. A ele caberia trabalhar para levar o sustento alimentar, inserir os filhos em um meio educacional de qualidade, prover a disciplina e desenvolvimento espiritual. Por fim, é reforçado que tais elementos são cruciais para se viver na sociedade moderna.

No que tange à maternidade, são descritas as características necessárias para ser uma boa mãe, bem como observa-se a necessidade da afetividade e dos cuidados com a boa educação. Acreditava-se que o sentimento materno era natural e inerente às mulheres, cabendo a crença

⁷⁵ “*O Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 13 Mai, 1927, p.3.

de que conceber era um ato divino. Tal realidade perpassava a brancas e negras, cabendo a elas assumirem o seu papel social. Até mesmo a formação escolar feminina – assunto que será aprofundado no terceiro capítulo – era construída sobre as bases da maternidade e educação para o lar de forma geral, para que fossem boas esposas e mães. Aquelas que conseguiam frequentar escolas tinham aulas sobre a higiene e os cuidados com os filhos, por exemplo, além das diversas revistas femininas⁷⁶ que tratavam sobre o assunto. Estas incentivavam as escolas a manterem em seus programas curriculares conhecimentos de puericultura, a fim de que se construíssem mães de acordo com a sociedade moderna⁷⁷. Assim, para que a mulher negra também fosse aceita enquanto mulher e boa mãe, caberia a ela seguir os padrões maternos e de docilidade da lógica branca e burguesa.

O Clarim da Alvorada também discursava às mulheres negras quanto aos aspectos maternos. Todavia, é importante refletir sobre a escrita feminina e negra no que tange à maternidade e à construção da família. Na Segunda edição de 1928, Maria Amália Leal⁷⁸ escreve, na seção “carta a uma noiva”, alguns conselhos a uma amiga, não identificada, que estava noiva do jovem Joaquim. Ele é descrito como um homem delicado e ideal para a formação de uma família.

⁷⁶ Vale salientar a revista de título “Revista Feminina” que circulou em São Paulo e no Rio de Janeiro de 1920 a 1929;

⁷⁷ FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)**. Tese (doutorado) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. Rio de Janeiro, 2006;

⁷⁸ Maria Amália Leal era moradora de Campinas e aparece escrevendo duas vezes ao periódico. A primeira escrita foi “A carta a uma noiva”; Já o seu segundo texto “Deus te abençoe, meu filho” na quinta edição de 1928, na qual narra as memórias afetivas que tinha de seus tios africanos que chegaram a ser escravizados no Brasil.

*Minha Amiguinha,
 [...]Alegrou-me muito a tua missiva de participação do teu noivado com Joaquim; pois, um joven como elle, tão delicado, só deve unir-se a uma como tu, não é isto um elogio, fallo-te com sinceridade.
 Muito necessário é a união dos pensamentos dos conjuges para a formação d'uma família, principalmente nós, que somos brasileiras da meia noite.
 Oxalá que todos quanto aspiram este ideal tenham o grão de sentimento de que és dotada. Se tiverdes algum descendente, estou certa, que o acompanhará perfeitamente na formação e desenvolvimento educativo, para que mais tarde não venhas pronunciar a triste frase que a toda hora escuto: não posso com esse menino! Com a alma que tens, espero que o Deus há de fazer-te feliz na nova phase da tua vida.
 Tua amiguinha sincera, Maria Amália Leal.⁷⁹*

Ademais, observamos na carta quando a redatora chama atenção para a importância de se consolidar uma família, afirmando a importância disso principalmente para as “brasileiras da meia noite”. Esse termo pode expressar o elemento racial, de gênero e também a demarcação da nacionalidade. Ou seja, ser uma mulher, brasileira e negra fazia com que tivessem que ter um esforço triplo para conseguir respeito no meio social. Isso porque os corpos negros femininos permaneciam objetificados e sexualizados desde a época da escravidão, como será discutido no próximo capítulo. O elemento nacional, quando se usa o termo “brasileiras”, pode ser para chamar atenção para a competição com a população imigrante, que estava em grande número pela cidade. Desse modo, a fim de se afastar dos estereótipos e preconceitos construídos, Maria Amália Leal destacou a relevância e a necessidade que a mulher negra tinha em construir a sua família como uma forma de conseguir respeito, ascensão social e ser considerada a

⁷⁹ “O Clarim da Alvorada”, São Paulo, 1928.

mulher moderna, uma vez que estava seguindo aos padrões da sociedade paulista.

Neste caso, nota-se que a responsabilidade da educação das crianças é destinada à mulher. Subentende-se ainda que o futuro dos filhos, bem como seus destinos, estão atrelados ao tipo de criação que foi dada pelas mães. A redatora não responsabiliza Joaquim e os demais homens negros na instrução da prole, como se tal condução fosse atribuída ao papel feminino. Todavia, embora não exposto de forma clara na carta, entende-se que o homem também possui os seus papéis na construção familiar. Assim, o casamento, a formação da família, era um discurso que perpassava as páginas do “*Clarim da Alvorada*”, indo de encontro aos ideais de controle pelo Estado.

2.3 A difícil convivência com os imigrantes: racismo e trabalho feminino negro.

A partir dos argumentos expostos, fica latente o quanto são discutíveis as afirmações de autores como Florestan Fernandes e Roger Bastide, que defendiam que a dificuldade de inserção socioeconômica do negro acontecia por conta de heranças degenerativas da escravidão. Ou seja, não conseguiam competir com os imigrantes por portarem vícios, não prezarem pela formação familiar e não serem disciplinados para o trabalho livre. Para os estudiosos, em virtude desses fatores, a inclusão do negro na sociedade paulista era extremamente difícil.⁸⁰ Como já

⁸⁰ BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branco e negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos de formação, manifestações e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulista.** 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. (Brasiliense, v. 305.), p. 71.

salientado, a formação familiar era um elemento prezado pela comunidade negra. Ademais, a sua exclusão do mundo do trabalho fabril estava mais atrelada aos preconceitos de cor do que a heranças do período escravista.

Contrapondo Bastide e Florestan Fernandes, o autor George Reid Andrews, ao analisar de forma minuciosa o contexto da industrialização e algumas fábricas em São Paulo e demais Estados, observou que a exclusão do negro nesses ambientes se devia as conflituosas relações raciais, ao invés de inaptidão para o trabalho. Ele salienta que, no Rio de Janeiro, por exemplo, as indústrias eram compostas por muitos trabalhadores negros, que realizavam o trabalho com excelência. Em São Paulo, quando a mão de obra imigrante começou a diminuir, os trabalhadores de cor passaram ser mais incluídos nesses espaços. Andrews analisou grandes companhias industriais paulistas, como a São Paulo Light e Companhias Jafet, durante as décadas de 1920 a 1960. Ao estudar a documentação das fábricas, observou que em alguns momentos, brancos e negros possuíam o mesmo desempenho no trabalho. Também chama atenção os números de suspensões dadas por motivos diversos, entre eles, negligência ao trabalho, insubordinação, desrespeito ao horário de serviço, entre outros. Brancos e negros cometiam tais infrações, e quando era o momento da demissão, os negros eram escolhidos para serem demitidos, após eles, eram selecionados aqueles que eram pardos, e por último os indivíduos brancos. Ou seja, o fator racial também funcionava como elemento determinante no momento da demissão.⁸¹

⁸¹ ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Trad. Magda Lopes. Bauru: EDUSC, 1998.

No que tange à admissão em trabalhos fora do contexto fabril, homens e mulheres brancos, sobretudo imigrantes, eram os favoritos em detrimento da população negra. Tal fator é latente na entrevista concedida pelo redator do “*Clarim da Alvorada*” ao intelectual Luis Silva, conhecido como “Cuti”. Em sua fala, José Correia Leite ressalta questões ligadas à raça e a classe, e faz críticas aos comunistas de sua época, que não levavam em consideração o fator racial. Salienta o quanto o negro ainda era tratado como inferior ao branco no momento de adquirir um emprego como simples pedreiro, por exemplo.

Para os comunistas era a mesma coisa que se vê hoje. O comunista sempre entendeu que não havia a questão racial, não havia a causa de negros. A questão era econômica, de classe. O proletariado era tão sofrido, tão explorado, quanto o negro. Eu nunca concordei com isso. Sempre me debati que havia também nesse meio um prejuízo do negro que era sempre mal recebido em caso de proletários brancos. O italiano era a classe proletária mais baixa, juntamente com espanhóis e outros. Era com eles o contato que podíamos ter na época. Os que estavam lá em cima eram os nossos protetores, os advogados, os fazendeiros... esses tratavam a gente ainda como descendentes de escravos ou filhos de escravos. Eu via que eles tratavam o negro com a mesma empáfia, com aquele mesmo ranço escravocrata. Por outro lado, no meio proletário, o negro era visto não de igual para igual, mas sempre com qualquer sentido de inferioridade. Eu me lembro que se um negro chegasse na construção civil, vamos supor, e dissesse que era pedreiro, ele tinha que provar que era “bom pedreiro”. Eles nunca confiavam. O negro para trabalhar tinha que se sujeitar a um determinado tempo de prova. E sempre o ordenado dele era inferior, porque não havia a lei do salário mínimo.⁸²

O relato de José Correia Leite traz uma série de elementos que devem ser analisados de forma minuciosa. O primeiro deles é a sua crítica aos comunistas. O redator do periódico, em um primeiro

⁸²Cuti; ... **E disse o velho militante**. São Paulo: Noovha América, 2007, p,55.

momento da sua vida, até simpatizou com os grupos comunistas por conta dos ideais de igualdade, chegando até mesmo a participar de algumas reuniões. Todavia, uma de suas críticas cruciais era o afastamento daqueles grupos pró-trabalhadores, que se distanciavam dos problemas que afetavam a classe trabalhadora negra. Correia Leite acreditava que, embora os indivíduos pertencessem à mesma classe trabalhadora, a cor era um fator determinante no decorrer das relações cotidianas. Os italianos e espanhóis pobres eram os grupos que mais se relacionavam com os negros, devido à sua condição de subalternidade. Todavia, ainda que ambos se encontrassem na mesma situação de miserabilidade econômica, o proletário branco e imigrante acreditava ser superior a população negra. Os donos das fábricas, fazendas e afins, saudosistas da escravidão, continuavam a desdenhar do serviço prestado por aqueles que portavam a cor. Logo, para que um negro conseguisse emprego, tinha que provar a sua capacidade, que seguia aos padrões de moralidade da época; ainda assim, poderia não ser contratado. Além disso, quando conseguia o trabalho, o seu salário era inferior, uma vez que não existia lei que regulamentasse tal situação. Assim, observa-se o quanto as relações raciais perpassavam o cotidiano paulista, fazendo com que os negros permanecessem excluídos da vida econômica da cidade.

Alguns pesquisadores, como Sidney Chalhoub e Karl Monsma, por exemplo, analisaram as relações entre negros e imigrantes em diferentes contextos e áreas geográficas do Brasil. Através de autos penais, Chalhoub estudou a vida cotidiana conflituosa de portugueses e negros na Primeira República e no Rio de Janeiro. Karl Monsma analisou inquéritos policiais e processos criminais no município de São Carlos em São Paulo, no decorrer de 1888-1914. Neles pôde observar a violência entre negros e italianos, que ocorria muitas vezes pelo desejo

de decidir aqueles que teriam poder de mando e aqueles que acatariam ordens. Monsma observou nos autos expressões racistas, italianos querendo obter hegemonia e negros que não acatavam as ordens dadas por eles. A agressão do brasileiro negro a um imigrante era comum, quando este tentava se colocar em posição de superioridade, sendo que este não era alguém de fato superior àquele. Por vezes, era um proletário igual ao negro, mas queria ser superior. Tal fator despertava revolta na comunidade de cor, que escolhia por vezes a reação. O italiano que feria ou brigava com o negro, geralmente tinha por motivo a raiva desse negro o ter tratado de igual para igual, ou ter sido frustrado na sua tentativa de se colocar como superior. Tais conflitos geravam um ambiente de rivalidade e intimidação, coibindo por vezes a ousadia e mobilidade de negros, pardos e mulatos.⁸³

De acordo com o censo de 1907, italianos e negros desenvolviam por vezes as mesmas ocupações de emprego e até mesmo atividades manuais. Ou seja, atuavam como pedreiros, artesãos, carroceiros, entre outros. Pelo fato de trabalharem desenvolvendo a mesma função, desejavam tratamento digno do mesmo modo que o trabalhador branco possuía. Já o imigrante, ao desenvolver as mesmas atividades, se sentia com o receio de ser igualado ao negro. No que tange às promoções de carreira, Andrews, ao analisar a “São Paulo Light”, observou que os negros contratados como trabalhadores braçais, depois de algum tempo, conseguiram a ascensão para os cargos de trabalhador especializado e alguns chegaram até a trabalhar como capataz, cargo máximo a que chegavam. Os trabalhadores brancos brasileiros e aqueles que eram imigrantes conseguiam posições de destaque mais rapidamente,

⁸³ MONSMA, Karl. **Imigração e Violência Racial**: italianos e negros no oeste paulista, 1888-1914. Impulso, n 15(37), 2004.

ocupando cargos de gerência e chefia. Já os empregados de cor não conseguiam chegar a essas funções, devido às barreiras raciais que já foram expostas.⁸⁴

Ademais, até mesmo nas relações fora do âmbito do trabalho os conflitos existiam. Através de outro relato do redator do “*Clarim da Alvorada*”, pode-se perceber que a discriminação acontecia nas piadas contadas pelos imigrantes e nos apelidos disfarçados de brincadeiras. José Correia Leite cresceu em uma vila italiana, tendo vivido diferentes experiências raciais por conta de tal convivência, como podemos observar abaixo:

O Contato com os italianos modificou a minha maneira de falar. Eu, que não falava italiano, passei a falar italianado. No tocante à discriminação, eles seguiam a regra dos brasileiros brancos. Tratavam os negros com distância. Agora, quando eles gostavam de algum negro, não faziam restrição. Isso é, sendo empregado deles, comia na mesa com eles e tudo. Os italianos que foram para a América do Norte adotaram a ética americana. Ficaram racistas como os americanos, ou pior ainda. Muitos contavam histórias engraçadas como a de que a liberdade do negro brasileiro foi feita sob a encomenda do rei da Itália. A gente, quando criança, acreditava nisso. Eles queriam estar por cima: - “Se não fosse o rei da Itália, diziam.” E eles também gostavam de xingar os negros de “tizune”, ou seja, tição. Eles diziam “tiçule”, ou também chamavam de “menilique”, no sentido de deboche, de avacalhar o negro. Como eu já disse, naquelas sociedades como a que eu entrei, eu via a discriminação.⁸⁵

É interessante perceber que aqueles imigrantes italianos que se aproximavam da comunidade negra o faziam ou com interesses de obter algum tipo de serviço, ou para diminuir a história afro-brasileira, ou para

⁸⁴ ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Trad. Magda Lopes. Bauru: EDUSC, 1998, p. 188.

⁸⁵85 Cuti, *Op. Cit*, p.52.

tratá-los de forma subalterna. Os deboches e xingamentos serviam para ridicularizar e afirmar, de certo modo, uma superioridade racial em relação aos negros. Assim, José Correia Leite e demais negros, além das dificuldades econômicas que passavam, enfrentavam uma espécie de violência psicológica ao serem ridicularizados de modo cotidiano. Observa-se que tais atitudes raciais marcaram de forma contundente o redator, uma vez que na velhice se recordava com detalhes de algo que ocorrera em sua infância. Ademais, tais problemáticas aparecem de forma latente não apenas na entrevista concedida, mas em algumas edições do “*Clarim da Alvorada*”.

A mulher negra também entrava em conflitos com as italianas, uma vez que disputavam os espaços no âmbito doméstico. Tendo em vista o discurso do imigrante como ordeiro, honesto, limpo, entre outros adjetivos construídos, preferia-se por vezes essa mão de obra para trabalhar no âmbito do lar. Além das mulheres, menores de idade também eram contratados para desenvolver os trabalhos domésticos que eram diversos, entre eles destacam-se as funções de cozinheiras, arrumadeiras, copeiras, babás, amas de leite, passadeiras, lavadeiras, entre outros. A baixa renda de muitos homens negros fazia com que a mulher negra trabalhasse de diferentes formas para o sustento familiar. Aquelas que não conseguiam trabalho nas fábricas ou como empregadas domésticas trabalhavam em suas próprias casas, fazendo quitutes para serem vendidos nas ruas da cidade. Além disso, o trabalho de costura foi fortemente utilizado em São Paulo naqueles tempos, com isso, muitas mulheres eram contratadas para a elaboração de enxovais de cama e mesa, elaboração de roupas diversas e bordados para noivas e demais festividades. Inclusive, na parte dos anúncios do periódico, por vezes há propagandas de trabalhos de costura e bordados desenvolvidos por

mulheres negras. Desse modo, através da publicidade de tais feitos, os leitores do periódico poderiam adquirir tais serviços, fortalecendo assim a renda da própria comunidade negra.⁸⁶

Outro trabalho desenvolvido pelas mulheres pobres, sobretudo por negras, eram os cuidados de lavar, passar e engomar roupas. Como a capital paulista se encontra cercada por rios (Pinheiros, Anhangabaú, Tietê e Tamanduateí), colaborou com o trabalho das chamadas “lavadeiras”. As famílias abastadas usavam muitas roupas que exigiam cuidados especiais, e o uso de muitos tecidos de cor branca também era comum. Além dessas roupas, havia aquelas de cama, mesa e banho, que deveriam ser muito bem lavadas, passadas e engomadas. Naqueles tempos, não era comum a instalação de água encanada nas residências. Em 1910, por exemplo, ainda havia a venda de água em tonéis, já que a dificuldade de abastecimento era grande. Com isso, muitas lavadeiras acabavam se deslocando para as beiras dos rios. No “*Clarim da Alvorada*”, há uma espécie de homenagem intitulada “As lavadeiras”, que foi escrita por Moysés Cintra:⁸⁷

Quando a tarde, eu passo apressadamente pela estrada empoeirada de Ibá, lá no correjo do Chapadão, as moreninhas alegres lavadeiras estão a cantarolar, labutando sempre, cantarolando umas cantigas sentimentaes, compassadamente [...] Bem ao longe ouvia ecoar distanciosamente o mavioso cantar das lavadeiras alegres moreninhas de Ibá. As mais jovens quando ainda solteiras tem um orgulho mui digno de admiração: vestem-se humildemente, pés descalços, tranças cahidas as costas, são

⁸⁶ MATOS, Maria Izilda Santos. **As mulheres e a cidade: cotidiano e trabalho – São Paulo (1890-1920)**. In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João. (Orgs). História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista. 1º ed – São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010. (volume 2); p: 169-179;

⁸⁷ MATOS, Maria. *Op. Cit*, 180-182.

possuidoras de um semblante de cor de jambo; enfim, tudo quanto a natureza agraciou a mulher formosa sem artifícios. Desconhecem por completo as modas das cidades chics; aos sabados entregam seus trabalhos semanaes, recebem seus salários; quando há uma festividade na villa , religiosa, para la se dirigem com seus paes, após regressam para seus labores e passam outros tantos dias alegres cantarolando até que um dia encontre um apaixonado violeiro para completar a sua felicidade. Aqui na capital, notamos uma diferença enorme em tudo. As modas despertam a quiatitudo dos jovens, velhos e, ao seu lado as más leituras e outros passatempos perigosos concorrem para completar as innumeradas illusões do mundo. Como admiro as jovens simples e humildes lavadeiras moreninhas e todas as que possuem os dons da natureza sem phantazias. Ainda bem me lembro daquelas cantigas cheias de realza symbolicas [...] “Lavamos todos os dias, roupas brancas e de cor; nem sempre as cores sombrias são emissárias da dor.”⁸⁸

Há alguns pontos destacados por Moysés Cintra que merecem a nossa análise. As referidas moreninhas alegres lavavam as suas roupas no córrego do Chapadão, que pelo que indica se encontrava distante da cidade, já que ele afirmava que elas desconheciam as modas cidadinas. De fato, ao longo do texto, aparenta-se que são moças de áreas do interior de São Paulo, ainda mais quando o redator salienta as diferenças das moças da cidade para aquelas lavadeiras. Ressalta-se a cor dessas mulheres como de pele mais escura (“cor de jambo” e referidas como “morenas”). Ademais, a humildade em que se colocavam para o trabalho, ou seja, de pés descalços, cabelos trançados e de uma beleza tipicamente natural, é reforçado pelo redator como algo positivo. Embora recebessem míseros salários, são jovens que contribuem com a renda familiar, além de prezarem por hábitos morais considerados condizentes para moças solteiras (elemento que também aparece no texto). Ou seja, reforça-se que, após trabalharem e receberem o seu

⁸⁸“*O Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 27. Dez 1925, p.3, n. 17.

pagamento, quando havia festividades religiosas, compareciam na companhia de seus pais. Nota-se o tom moralizante do discurso do redator ao dizer que as moças da cidade, por conta de maus divertimentos, perdiam-se com ilusões mundanas, ao contrário das moreninhas lavadeiras que portavam humildade e simplicidade. Com isso, esses valores são reforçados como desejáveis para a mulher negra.

Além disso, a cantiga e a forma romantizada da narrativa do redator demonstram uma tentativa de dar alegria para aquele labor. Ou seja, em sua visão, eram mulheres que laboravam felizes, que prezavam por ajudar à família e respeitavam a religião e a seus pais. Eram mulheres que não mediam esforços para o trabalho, valendo destacar que, após todo o cuidado com as roupas, tinham que percorrer longas distâncias a pé para entregá-las aos fregueses. O trajeto tinha que ser desta forma, uma vez que era proibido entrar nos bondes com grandes volumes e roupas sujas, de maneira que era um labor árduo do início ao fim. Assim, embora com tantas dificuldades, não desprezavam os valores da lógica moral burguesa que tentava se colocar em São Paulo, e o jornal procurava de todo modo repassar tais ideologias para a população negra. Trabalhar na beira de rio também criava relacionamentos com pescadores, canoeiros e demais pessoas que passavam aos arredores. Durante a labuta, abria-se um espaço de conversas, de troca de histórias e tradições, problemas, receitas, tagarelices no geral. Tais relações sociais foram fundamentais para preservar a memória de hábitos e valores culturais da comunidade afro-brasileira.

2.4 Os anos 1930: Palco de reformas trabalhistas e morais. Qual o lugar social da mulher negra neste cenário?

Antes mesmo de analisar o discurso moralista que se seguiu em finais dos anos 1920, será importante refletir sobre o contexto histórico em que os personagens estavam inseridos. O cenário político e econômico na década de 1930 se altera de forma vertiginosa, sobretudo a partir de 1937 com o Estado Novo. Inaugurava-se um novo momento da política brasileira e do Estado Nacional, fazendo com que a população tivesse que se adequar, se alinhar, às configurações. Deste modo, nesse primeiro momento, será preciso refletirmos sobre como as mudanças produzidas pelo Estado reforçaram o moralismo no cotidiano de negras e negros em São Paulo.

A Revolução de 1930 tinha a característica de se libertar do trágico liberalismo da Primeira República. Isso porque ele era demasiadamente materialista e objetivo, ou seja, se atentava apenas para os quantitativos, desprezando as especificidades humanas e nacionais. Nesse caso, era um tipo de Estado em que não se integrava os indivíduos ao país, mas os apartava das esferas políticas, da vida cultural e social como um todo. Juntamente com isso, o sistema oligárquico não tinha a preocupação de criar um estado de fato nacional, com brasileiros unidos e integrados para construir o país. Com isso, surge o ideal revolucionário com o ímpeto de organizar o caos deixado pelas oligarquias e construir de fato a nação.⁸⁹

Ao analisar a Revolução de 1930 observa-se o seu caráter único, principalmente quando em comparação com os movimentos de 1822 e 1889, já que estes tentavam na verdade acabar com as estruturas obsoletas, sem se preocupar em construir novos mecanismos políticos para o país. Antes da década de 1930, o Brasil era um território

⁸⁹ GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 190-193.

basicamente sem governo, e tal lacuna se deve às omissões do Estado liberal e na instabilidade das elites. Um local com tantas riquezas inexploradas, mas cuja população seguia em abandono. Como disse Ângela de Castro Gomes: “*Sem governo. a terra e o homem não se conciliavam, e a política, desligada da cultura, pairava no espaço sem finalidade*”⁹⁰. Desse modo, 1930 inaugura o retorno às tradições, se ancorando na cultura e reforçando os elementos da natureza brasileira. Era a retomada da construção da nacionalidade que estava se perdendo com o regime oligárquico. Logo, para que isso acontecesse, deveria existir o afastamento do liberalismo europeizante, que desconhecia a realidade brasileira.

Segundo Ângela de Castro Gomes, o pós 1930 inaugurou a aproximação das massas com as elites, devido à tentativa de construção da nacionalidade. Este aspecto se confirmou em 1937 com o Estado Novo, que assumia o caráter de reestruturação política, social e econômica da sociedade. Ou seja, era o momento de dar sentimento identitário à população, fazer com que se sentissem brasileiros de fato e se esforçassem de diferentes modos para a construção da nação. Caberia às lideranças políticas conduzirem todo esse processo, e em conjunto com a massa. Também deveriam enfrentar os problemas sociais que assolavam a população, mergulhar nas questões econômicas, para garantir o mínimo de integração das classes pobres. Até porque, como poderiam se orgulhar da nação, se viviam famintos e na miséria? Assim nasce um Estado provedor e preocupado com o bem estar social.

⁹⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica; GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 119.

[...] A autoridade liberal, portanto, estava deslegitimada, na medida em que não conseguia identificar a existência de questões essenciais a manutenção da vida do próprio povo, permanecendo voltada para ideais vagos e doutrinários que não resolviam os problemas centrais do país. Legítimo seria o regime que promovesse a superação do estado de necessidade em que vive o povo brasileiro, enfrentando a realidade política e econômica da pobreza das massas. Legítimo seria o governo que se voltasse para as massas, integrando-as em seu projeto, cujo o ideal político só pode ser definido no campo da justiça social. O ideal da justiça deveria estar colado a promoção do bem comum, isto é, a eliminação da miséria.⁹¹

O governo teria a legitimidade que precisava se estivesse ancorado nas massas, promovendo a integração a seus projetos. Para que se estabelecesse a união era preciso sanar minimamente os problemas e fechar alguns acordos. Entre eles estava, de um lado, a oferta do bem estar social promovido pelo Estado, cabendo aos brasileiros a retribuição, a contrapartida, a se dar através do seu labor, para se tornar de fato um cidadão que prezava pela ordem e pela moral do país. As legislações sociais não conseguiriam acabar com a miséria, porém, com outras medidas de cunho político, poderiam proporcionar à classe trabalhadora uma vida mais humana. Assim, a pretensão do governo em 1930 e pós 1937 era de fato criar direitos trabalhistas e garantias às classes subalternas, a fim de integrá-los como célula vital da nação.

O Estado-nação se constituía no discurso de que era uma grande família, com o presidente Getúlio Vargas como o pai dos desfavorecidos, uma vez que elaborou uma série de legislações sociais e trabalhistas em prol do operariado. Como retribuição, exigia a obediência dos trabalhadores. Vale salientar que o compromisso do Estado era de fato

⁹¹OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica; GOMES, Ângela de Castro. *Op.Cit*, p. 121.

com o povo brasileiro, ou seja, aqueles que laboravam de forma efetiva. Já os desempregados, mendigos e subversivos não recebiam os cuidados do Estado, uma vez que eram considerados desordeiros, que não contribuíam para o crescimento da nação. Logo, não deveriam receber os benefícios estatais. A Constituição de 1937, por exemplo, trazia a seguinte obrigatoriedade:

O trabalho é um dever social. O trabalho intelectual, técnico e manual tem direito á protecção e solicitude especiais do Estado. A todos é garantido o direito de subsistir mediante o seu trabalho honesto e este, como meio de subsistencia do individuo, constitue um bem que é dever do Estado proteger, assegurando-lhe condições favoraveis e meios de defesa.⁹²

De acordo com a legislação vigente, trabalhar era um dever social dos indivíduos, cabendo ao Estado dar a devida proteção. Era também considerado o esforço individual para conquistar o trabalho, e aqueles que não conseguiam eram considerados vadios, desordeiros e afins. Esses deveriam ser combatidos do mesmo modo que os chamados inimigos externos, por vezes os imigrantes com as suas ideias anárquicas. Já o inimigo interno era considerado o malandro, que era contra as normas trabalhistas. Ambos eram indesejáveis para a jovem nação, já que contrapunham o ideal civilizador e de trabalhismo do Estado. Logo, deveriam ser submetidos à medicina social do trabalho e, caso não se ajustassem, deveriam ser combatidos.

A assistência ao trabalhador envolvia os cuidados com a sua saúde física e psíquica no ambiente de trabalho. Isso porque já se tinha a percepção de que o indivíduo que se encontrava bem emocionalmente e

⁹² Portal da Câmara Legislativa, acesso em 10/01/2020 <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>.

fisicamente produzia ainda mais. Ou seja, todos os cuidados ofertados pelo Estado envolviam uma lógica capitalista, pensando justamente no aumento da produtividade e em criar corpos dóceis e disciplinados. Também havia o comprometimento em garantir algumas necessidades básicas ligadas à educação, habitação e alimentação. Diversos programas sociais foram criados, como o SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social), por exemplo, que se preocupava com a situação alimentar daqueles que trabalhavam, garantindo também uma melhoria na saúde do trabalhador e conseqüentemente maior eficiência e rendimento ao trabalhar. Ademais, políticas habitacionais, com a construção e distribuição de casas populares, também foram medidas criadas a fim de garantir a moradia e a harmonia familiar da classe trabalhadora. Tal tentativa de controle habitacional também se devia à necessidade de acabar com as condições insalubres das residências, o que ocasionava doenças e revoltas por conta da péssima condição de vida. Dar o acesso à moradia, de forma adequada e digna, significava amparar a família, que era considerada a célula do Estado, como já analisado. Ou seja, famílias que, quando bem estruturadas, seguindo a lógica pró-labor e moral, seriam capazes de garantir o progresso da nação. Assim, trabalhadores equilibrados em todas as áreas de suas vidas se esforçariam no labor com vigor, aumentando conseqüentemente as receitas do país e a sua estruturação enquanto nação.⁹³

Ademais, até mesmo o divertimento passou a ser garantido e controlado pelo Estado. O Serviço de Recreação Operária possuía

⁹³GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988. P.242 – 245; FREIRE, Américo; MARTINHO, Francisco; VANNUCCHI, Marco. (Orgs). **O que há de novo sobre o Estado Novo? Autoritarismos e democracia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. Cap. 1 e 2.

Bibliotecas, centros de esportes e de lazer, cinema, rádio, organizados por vezes em bairros com grande número de proletários e construídos para o uso do trabalhador sindicalizado.⁹⁴ Com isso, observa-se que até o ócio era controlado pelo governo, através de atividades recreativas que fossem condizentes com a lógica moral da época, condenando-se toda a prática de vícios, bebedices e festas consideradas promíscuas.

Uma das características da Imprensa Negra era seu discurso de combate à vida boêmia, ao uso de bebidas e jogos e à vadiagem. Caberia ao negro – que devido ao preconceito de cor não conseguia grande inserção na sociedade – prezar pela honestidade, por cumprir com as suas obrigações, cuidar de sua moral e de sua família. Por isso, é muito comum encontrar redatores preocupados com o comportamento de outros negros que se davam a festas e à boemia. No periódico “*O Clarim da Alvorada*”, de 1924, o jornalista Pancrácio, na coluna “coisas da época”, alertava aos homens sobre como os jogos e bebedices levavam à ruína financeira do homem negro e conseqüentemente da sua família.⁹⁵

Deus lhe deu saude, robustez nos musculos para o trabalho diurno, e elle, à noite em torno de uma mesa objecta, num ambiente saturado de impurezas, ou nos decorados salões da alta roda, onde se tem o fato limpo e a alma manchada, perde o sono, a energia physica, e perde com as cartas nas mãos a vergonha e o crédito, antes de sacar do bolso a primeira moeda... O salário que tem na repartição dá-lhe muito bem para manter a família e ainda fazer economias, mas o transviado, o perdido da rota do bem, vive clamando contra a justiça do céo, por que o dinheiro que aufero no trabalho honrado não lhe chega para nada! Mas o homem, ainda assim, não se sentindo feliz, manuseia o baralho vil e enquanto no seu lar há falta de um cobertor para um filho,

⁹⁴ GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. - Rio de janeiro: Editora FGV, 2005, p. 245.

⁹⁵ DOMINGUES, Petrônio. **A Nova abolição**. São Paulo: Selo negro, 2008. p. 41.

perde o dinheiro e a saúde, e o abysmo vae-se aproximando mais... [...] Aquilo que recebo , mensalmente, mal chega para o sustento da prole. E depois, minutos depois accende um cigarro e vai visitar a amazia antes de beber cerveja. Vão se passando os anos e a velhice vem chegando e com ella o tardio arrependimento e o túmulo.⁹⁶

Pancrácio ressalta em seu discurso as problemáticas em torno daqueles que se davam aos vícios. Segundo ele, alguns salários eram capazes de prover o sustento familiar, porém com os jogos de azar o pagamento ficava comprometido, assim como a seguridade da família. Mesmo endividado, o baralho ainda era utilizado, assim como o cigarro e a bebida. E depois de tantos vícios, o homem chegaria a velhice arrependido da vida que levou, restando a ele o sentimento de amargura e a morte. Estas e outras formas de alerta ao uso de bebidas e jogos eram comuns nas páginas da Imprensa Negra, não apenas no “*Clarim da Alvorada*”, até porque aqueles homens desejavam a ascensão da população negra, e para que isso ocorresse deveriam seguir uma lógica de vida mais puritana possível.

Além disso, o fator racial também era levado em consideração ao se julgarem os hábitos de brancos e negros. Isso porque havia comportamentos praticados por pessoas brancas, como o consumo de álcool, por exemplo, que era menos subjugado nesse caso do que em relação ao homem negro. Este, caso consumisse bebida alcoólica, já seria tratado como um bêbado, vadio e seu comportamento visto como desmoralizante. Tal fator foi expresso na fala de José Correia Leite, como pode ser verificado a seguir:

Quando um branco ia contratar um negro para ser empregado dele, a primeira coisa que ele queria saber é se tratava de um bêbado. E o negro: “não, eu não bebo”. O

⁹⁶ “*O Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 22 Jun, 1924, p. 2 e 3.

homem branco: “Então solta um bafo aí” O indivíduo tinha que soltar um bafo para ver se ele, de fato, não era cachaceiro. Porque a cachaça era bebida de negro. O branco, se bebia cachaça, bebia escondido. E só era cachaceiro o negro. E se caísse na rua doente, todo mundo: “tá bêbado”!⁹⁷

Observa-se que já existia um rótulo para a população negra e que os impedia de ter acesso ao mercado de trabalho. Já o homem branco, até aqueles que tinham hábitos considerados imorais, não eram punidos com a falta de emprego, por exemplo. Desse modo, o consumo de bebidas alcoólicas e de divertimentos com jogos de azar, boxe, entre outros, eram combatidos pelo periódico, pois acreditavam que desvirtuava o homem negro, afastando-o da possibilidade de ascensão social.⁹⁸

Vale frisar que tal cuidado também tem a ver com a sua própria existência física, uma vez que a polícia agia de forma truculenta quando se deparava com indivíduos que portavam tais vícios. A polícia enquanto agente do Estado fiscalizava e reprimia de forma ferrenha àqueles hábitos que considerava desmoralizantes. Havia uma delegacia de Costumes e Jogos justamente para controlar tais ações e mostrar que havia um órgão que prezava e fiscalizava a moral dos indivíduos. Em 1928, na cidade de São Paulo, o delegado de polícia Juvenal Piza

⁹⁷Cuti; ... **E disse o velho militante**. São Paulo: Noovha América, 2007, p56.

⁹⁸Tais características se assemelham ao ideal do “Novo negro” que ocorreu nos EUA, sobretudo com a migração da comunidade negra para o norte do país. Ou seja, valores e hábitos culturais que remetiam ao tempo da escravidão deveriam ser abandonados, para dar lugar à cultura branca, burguesa e mais europeia do norte. Como afirma Flávio Thales: “O novo negro seria o produto da mobilidade social negra nos grandes centros, condicionada por um conjunto de valores que livraria os migrantes de uma cultura popular associada a um legado escravista ainda vivo entre a população do sul do país.”; (FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. O novo negro na diáspora: modernidade afro-americana e as representações sobre o Brasil e a França no Jornal Chicago Defender (1916-1940). São Paulo: Intermeios: Fapesp,2016, p.95).

instaurou um número elevado de inquéritos e prisões, como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 5: Inquéritos registrados na Delegacia de Jogos e Costumes, São Paulo, 1928.

Tipos de Crimes	Número de Prisões
Escândalos	214
Desordens	43
Averiguação	133
Curandeiros	29
Cartomantes	13
Feiticeiros	29
Jogos	38
Tóxicos	30
Caftens	21
Pederastas	27
Ambulantes	7
Motivos diversos	211
Atos Imorais	10
TOTAL	805

Fonte: O Relatório da Delegacia de Costumes e Jogos foi publicado na íntegra no dia 23/01/1929, no jornal *Correio Paulistano*, p. 4. Acessível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/. 12

Não há maiores detalhes quanto aos chamados “motivos diversos” e o que de fato era considerado ato imoral ao ponto de levar à prisão de indivíduos. Através desses dados, fica nítido o controle estatal que era efetuado por meio da polícia, que agia de forma punitiva aos hábitos comuns das populações mais pobres. Talvez por este motivo a preocupação d’*O Clarim da Alvorada* com os costumes de alguns negros e negras. Na edição de 1924, em que há uma coluna falando da necessidade da proibição do boxe, o redator expressa mais uma vez que a truculência no meio negro não era bem vinda, principalmente em

tempos de vigia policial. “[...] *Resta que a nossa Câmara faça o mesmo e outras cidades a imitem, para que dentro em pouco não mais vejamos dois seres humanos aos murros, sopapos e cachações, principalmente em um Estado como o nosso, onde há uma afamada polícia repressiva e uma adiantada cultura jurídica*”⁹⁹. Assim, estes eram alguns dos alertas que os redatores do periódico davam aos leitores, a fim de que não sofressem com os desmandos da política moralista Estatal.

No que tange ao controle da vida das mulheres, em específico, observa-se que elas deveriam estar ao máximo confinadas nos afazeres do âmbito do lar, cuidando da casa, dos filhos, prezando pela moral e pelos bons costumes da família. Seus maridos frequentavam espaços variados, mas as senhoritas e senhoras não podiam se expor em demasia nos espaços públicos, mantendo-se no âmbito privado, considerado mais protegido das maldades das ruas. Todavia, essa era a realidade de mulheres brancas e burguesas, já que as mulheres negras tinham que sair de suas casas para trabalhar. Como já salientado, por vezes trabalhavam vendendo os seus quitutes nas ruas, como cozinheiras, ou seus serviços como lavadeiras ou empregadas domésticas de modo geral. Segundo Sandra Lauderdale Graham, em seus estudos sobre o trabalho doméstico no Rio de Janeiro (1860 – 1910), havia uma distinção entre as “empregadas de casa” e as “empregadas de fora”. Aquelas escolhidas para laborar na casa normalmente eram mais jovens e com pouca experiência. Essas eram consideradas boas moças, cabendo o cuidado de seus patrões. Era como se na casa do patrão pudessem encontrar segurança e proteção da vida urbana. Já aquelas consideradas “de fora”, por vezes não virgens, tinham maior liberdade de frequentar as ruas.

⁹⁹ “*O Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 1924, edição 7.

Segundo Martha de Abreu Esteves, através de seus estudos com processos criminais de cunho sexual (1900 a 1911), o jurista saber que uma moça saía pelas ruas desacompanhada era fundamental para saber sobre a sua “honestidade” sexual. Logo, os defensores da moral e da família acreditavam que as ruas eram de fato degradantes, podendo manchar a reputação das mulheres. No entanto, observa-se que aos homens era permitida a livre circulação nos espaços públicos, enquanto as mulheres brancas e negras deveriam ter maiores cuidados ao sair nas ruas para que a honra não fosse perdida. Além disso, o fator sexual também agia como definidor daquelas que poderiam sofrer com os perigos urbanos e daquelas que dentro desta lógica mereciam a segurança da casa por se manterem castas.¹⁰⁰

A autora Sueann Caulfield, ao estudar a moralidade e a nacionalidade em construção na cidade do Rio de Janeiro, praticamente no mesmo recorte temporal desta dissertação, observa como se davam as relações de gênero na sociedade, entre outros fatores. A mulher era considerada, de modo natural, feita para o âmbito doméstico. Ao homem era destinado o espaço público, devido à sua agressividade natural, seu forte instinto sexual e pouco pudor. Esses fatores eram utilizados como justificativa para a liberdade sexual masculina e todos os seus desmandos. Inclusive, viver em abstinência era considerado algo ruim para o homem, enquanto para a mulher era uma questão de honra e até mesmo de necessidade para não ser excluída socialmente. Desse modo, dentro desse contexto de moralidade, observa-se a preocupação

¹⁰⁰GRAHAM, Sandra L. **Proteção e obediência:** criadas e seus patrões no Rio de Janeiro. Tradução de Viviana Bosi. São Paulo, Companhia das Letras, 1992. p.237; ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas:** os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

constante do periódico com as moças negras. Na edição 28 de 1926, Horácio da Cunha escreve um texto intitulado “Os pretos e o Jardim público”. Ele chama atenção para o passeio que normalmente era realizado por negros e negras aos domingos no Jardim da Luz para assistir a concertos de música. A sua crítica se direciona aos homens negros que assediavam as moças que ali estavam. O redator desprezava tais ações e não entendia o motivo daquilo acontecer em plena praça pública, como podemos observar a seguir¹⁰¹:

Tenho observado do meu canto, que aos Domingos os meus irmãos de cor, sahem para passear, e passar algumas horas alegres, olham de um lado para o outro, pensando talvez para onde ir; enfim, resolvem assistir o concerto no jardim da luz. Alli também é logradouro publico, predilecto de algumas patricias nossas. Está muito bem, nós também temos o prazer de passar algumas horas alegres. O que não está direito é que, nesse jardim existe uma separação que parece que foi arranjada mesmo pelo nosso patricio de cor, não sei porque. Os moços e as moças de cor, durante o concerto fazem um circuito somente beirando a ponte e o grande tanque que há no jardim: não se aproximam do centro, nem do coreto onde se encontra a banda da força pública. Por que será? Ao lado dessa ponte, os rapazes fazem um cordão e as pobres moças que passam por ali são vítimas de apoupos e chalaças que partem dessas fileiras de moços sem principios... Não podemos proceder dessa forma, porque é tempo de demonstrarmos que graças a Deus já temos escolas por todas as partes e devemos respeitar a todos e quaisquer pessoas. [...] Porque essa separação formulada pelos nossos patricios de cor e outros que pensam que não tenham direito, o jardim é nosso, o nome já nos dá direito. Somos brasileiros! Podemos sem receio frequentar qualquer passeio Público ou parque, porém, com respeito e ordem que é o princípio da educação. É preferível que as moças antes de irem ao jardim para assistir o concerto, assistam uma sessão de cinemalographica, ou theatral, onde encontrarão mais respeito nessas casas de diversão que nos jardins. Esse é conselho de um velho observador, contrafeito, ao observar

¹⁰¹ CAULFIELD, Sueann. **Em Defesa da Honra - Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. UNICAMP:2000.

suas patrícias de cor, cobertas de chalaças e palavras injuriosas de indivíduos que muito menos se presam.¹⁰²

Nota-se o quanto o machismo atacava a homens pretos e brancos, que naquela praça acreditavam ter o direito de tocar em corpos femininos como se também fossem de uso público. Horácio da Cunha em nenhum momento culpabiliza as moças negras, mas chama atenção para o direito que elas possuíam de estar livremente naquele espaço. Todavia, ele aconselha que poderiam ir ao teatro e casas de divertimento cultural, que de certo modo estariam mais seguras. Logo, mais uma vez, a área urbana é caracterizada como perigosa para as mulheres, cabendo a elas o confinamento em espaços privados, considerados mais seguros.

A cor, associada ao gênero, aos trajes, ao comportamento, à quantidade de namorados e à condição social, eram determinantes para definir a moralidade e conseqüentemente a condição social de uma mulher negra. Diferentemente das mulheres brancas, aquelas que carregavam a cor sofriam com o estereótipo de serem boas parceiras sexuais. Eram objetificadas e sexualizadas ao extremo, e este fator se evidenciava desde a época da escravidão, o que inclusive será discutido de forma mais profunda no próximo capítulo. Devido a tal entendimento, era comum homens brancos escolherem mulheres negras ou pardas para se relacionarem sexualmente, mas não as desejarem para o casamento. Na década de 1930, Gilberto Freyre registrou a expressão: “*as brancas para casar, as mulatas para fornicar e as negras para trabalhar*” e que foi replicada nos estudos que se seguiram por vezes como ditado popular.¹⁰³ Trabalhos sobre a prostituição, por exemplo, se ancoravam

¹⁰²“*O Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 1926, ed.28, p3.

¹⁰³ CAULFIELD, Sueann. **Em Defesa da Honra - Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. UNICAMP:2000; p, 294.

nessa ideia, e traziam consigo a hipótese de que os jovens tinham a sua primeira experiência sexual com a empregada doméstica, que normalmente era negra ou parda, e se acreditava que era facilmente seduzida. Já a outra ideia era a de que as domésticas, ao sofrerem abuso sexual dos patrões, teriam sido levadas para a prostituição. De fato, o ato de se prostituir era comum entre as camadas mais pobres, e Karl Monsma, ao analisar os autos penais, observou que imigrantes pobres, sobretudo italianas e algumas mulheres negras, recorriam à prostituição como modo de sobrevivência.¹⁰⁴ A partir desse contexto, entende-se as preocupações dos redatores em construir um casa de ajuda às mulheres negras que andavam na mendicância. Em outubro de 1924, na capa do periódico, José Correia Leite escreveu o artigo “Decadência”, chamando a atenção da comunidade negra para as mulheres que não estavam com a vida condizente com os padrões morais da época.¹⁰⁵

Não é somente no elemento masculino que devemos pensar para a organização social da nossa classe; porque também o elemento feminino necessita de auxílios. Um dos pontos mais tristes, que sempre contemplamos em todos os recantos da nossa Paulicéa, é sem dúvida a decadência da mulher preta. Quantas vezes deparamos em pleno coração da cidade com patrícias errantes, arrastando immundos trajes, dominadas pelo maldicto alcool, que é a causa de tantas desgraças e que infelizmente domina a muitas, que poderiam ser mães exemplares, espondo-se ao ridículo e nos envergonhando? Mas felizmente há ainda muitas senhoras de caráter bem formado e possuidoras de bom coração; a estas apellamos para que nos auxiliem a resolver este difficil problema da organização de um Centro Beneficiente, a fim

¹⁰⁴ MONSMA, Karl. **Imigração e Violência Racial: italianos e negros no oeste paulista, 1888-1914**. Impulso, n 15(37), 2004, p. 53.

¹⁰⁵ Estudos que se seguiram a Gilberto Freire sobre as relações interracialias, como o desenvolvido por Luis Costa Pinto, por exemplo, “O Negro no Rio de Janeiro”, em 1952.

de socorrermos essas infelizes, que vivem na mais completa obscuridade. Centenas de moças dacaídas vagueam pelas ruas da Capital, sem encontrar uma taboa de salvamento; entretanto, muitos patrícios e patricias quando as vêem zombam das suas infelicidades, considerando-as indignas de viverem no seio da sociedade. [...] Quantas lágrimas dispersas por mães desconsoladas que esperavam de suas filhas que foram criadas com tanto carinho: ve-las hoje em completa miséria; quantas esposas abandonam seus lares, illudidas vão se atirar na lama dos vícios, arrastando para lá muitas vezes o bom nome do próprio esposo! [...] Existem em nossa Capital vários asylos; mas estes asylos educam e regeneram as que têm a felicidade de ser para lá enviadas; porém, as nossas patrícias, que muitas vezes as contemplamos arquejantes pela avançada idade, se não tiverem proteção, morrem à mingua. Seria um ato sublime, digno de inumeros aplausos, se um conjunto de senhoras nossas patrícias desse o início a esse tão belo trabalho. [...]¹⁰⁶

Em sua escrita, observa-se o teor de urgência e dramaticidade com o próprio título. Para o redator e demais homens que compunham aquela coletividade, o álcool era um mal que deveria ser exterminado, pois dificultava a entrada no mercado de trabalho e a vida social como um todo. No caso das mulheres, era algo praticamente proibido, pois ia contra a sua natureza maternal e dócil. O autor do texto salienta justamente a questão materna ao se referir que aquelas que viviam nas bebedices deixavam de certo modo de ser boas mães. Esse era o papel feminino basilar, e ir contra essa premissa era escolher viver em “decadência”, como exposto por Correia Leite. É interessante perceber também que ele não apenas tece críticas aos comportamentos considerados desviantes de algumas, mas aponta soluções. E, neste caso, convoca as moças com a vida virtuosa a construírem um centro beneficente a fim de tratar da vida daquelas que não se adequavam a ética social.

¹⁰⁶ “*O Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 12 de Out 1924, ed.7.

Em diversos artigos do jornal, há uma tentativa de unir ainda mais a comunidade negra para sanar os problemas que a assolavam. Mas, além disso, tais reuniões também serviriam para educar e moralizar os indivíduos, sobretudo as mulheres. Por isso, a preocupação do redator em construir um Centro beneficente para tratar da moral feminina. Na 15ª edição de 1925 também são estabelecidas críticas de cunho moral a negros e negras.

[...] Pensam muitos que poderão abraçar o mundo inteiro, entregando-se aos amores ilícitos, nos melhores dias da mocidade e sem pensar no futuro, sem lançar os olhos para os dias que se passam e outros que se nos chegam repletos de embaraços e que a nossa classe nada pode esperar dos que não querem labutar com amor ao progresso. E desta feita, vão elles para o caminho da devalidação, sem contemplar as lágrimas, as desgraças, os enormes prejuízos moraes e sociais que vão deixando no seio de humilde nome da família preta. [...] Possuir uma mocidade completamente pura é um tanto difficil; porém, se uma boa parte pensasse um pouco mais nos deveres e menos nos amores e diversões, poderíamos contar na certa que os nossos jovens não mais se deixariam enganar pelos vícios: então havíamos de conquistar muitos loiros e a nossa classe seria mais respeitada, os nossos direitos de homens seriam mais bem representados. [...] É bem triste caros leitores, encontrar moças, outras ainda jovens, entregues na perdição. Outras já doentes, emprestáveis, dignas de compaixão e indignas de serem mães. Lindas jovens que poderiam ser disputadas por jovens de coração bondoso que desejam encontrar uma companhia fiel até seus últimos dias de existência. Fogem entregando-se aos braços dos amores sem ideal, na maior parte poucos amantes do trabalho e daí tantas misérias se multiplicam. Necessário é que organizemos nossas reuniões íntimas, a fim de diminuir consideravelmente as misérias e assim sendo contemplaremos muitos lares felizes e muitas jovens prendadas de dotes invejáveis; as glórias da nossa raça que pouco a pouco estão se reduzindo, se multiplicarão, enquanto os vícios diminuirão.¹⁰⁷

¹⁰⁷ “*O Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 1925, ed.15, p. 1 e 2.

O autor deste texto, que assinou com o pseudônimo de “Mixto”, chama a atenção da juventude negra, que deveria estar preocupada e atenta para trabalhar e se esforçar moralmente para o progresso. Ressalta-se que viver em vícios e festas levaria à ruína moral e social das famílias negras. Desse modo, a mocidade é convidada a abrir mão das diversões, a fim de construir a respeitabilidade daquela classe de cor. Ou seja, de certo modo, são responsabilizados pelo futuro e pelo progresso da comunidade negra. No que tange às mulheres, mais uma vez se reforça que as jovens que se entregaram aos amores, às perdições da vida, estavam indignas de serem mães. Esse alerta talvez fosse construído com a intenção de justamente inibir as leitoras, avisando-as que as “más escolhas” poderiam retirá-las do propósito natural de gerar uma vida. Ou seja, o defloramento, a vida em bebedices e afins, afastariam da possibilidade de uma construção familiar. Por fim, o redator ressalta que, com a diminuição dos vícios e hábitos desmoralizantes, os lares seriam mais felizes, as jovens estariam prendadas e os negros com a vida em retidão, o que geraria a glória daquela comunidade.

Em tempos de construção da civilidade na moderna e urbanizada São Paulo, a população negra teve que enfrentar diferentes barreiras para continuar existindo naquele espaço, como disputar com os nacionais brancos e imigrantes europeus a conquista do trabalho, além de ter que aceitar toda a lógica moral burguesa a fim de que tivessem inserção econômica através de empregos e também respeitabilidade. Todavia, vale frisar que mesmo aqueles que seguiam aos ditames impostos pela reforma moral do Estado não estavam isentos de sofrerem com o racismo.

Gênero e raça se uniam no cotidiano das mulheres de cor, já que

seus corpos negros eram objetificados e sexualizados pelos homens brancos. Tal fator fazia com que tivessem que se adequar ainda mais às regras morais, a fim de que conseguissem receber o mínimo de respeito possível dentro daquela lógica. Assim, observamos aqui que a população negra em nenhum momento foi largada à própria sorte pelo Estado brasileiro, já que construíram todo um discurso para desmoralizá-los e enquadrá-los socialmente, apartados dos privilégios da população branca. Aqueles que não se adequavam à lógica capitalista de pró-labor sofriam com a mendicância, com a forte repressão da polícia e afins. Hábitos e costumes deveriam ser adequados a esta lógica, por isso tanta preocupação dos redatores do “*Clarim da Alvorada*” com os seus e principalmente com as mulheres, que deveriam ser virtuosas, boas esposas e mães. Com isso, o próximo capítulo analisará a trajetória de vida de diferentes mulheres negras e as estratégias que encontraram para lidar com as barreiras raciais, de gênero e de classe.

CAPÍTULO III OS DESAFIOS DE SER MULHER E NEGRA EM SÃO PAULO: A TRAJETÓRIA DE VIDA DE EVANGELINA XAVIER DE CARVALHO.

Este capítulo tem como objetivo principal a reflexão acerca do uso de “trajetórias de vida” enquanto um instrumento de análise do passado, sobretudo para compreender a agência desempenhada por diferentes indivíduos, dentro do seu campo de possibilidades de atuação. Ademais, serão apresentadas algumas pesquisas sobre a trajetória de vida de diferentes intelectuais negras e principalmente daquelas que conviveram dentro do recorte temporal estabelecido nesta pesquisa. Objetiva-se, com isso, compreender o uso de diferentes documentos históricos, modos de análise e metodologias desenvolvidas nesses trabalhos que ajudaram a nortear parte desta dissertação. Por fim, este capítulo se encerrará com o estudo da trajetória de vida da redatora Evangelina Xavier de Carvalho observando as estratégias construídas por ela, assim como a análise de suas principais demandas.

3.1 O Estudo sobre a trajetória de vida de intelectuais negras do pós-abolição.

Por volta da década de 1980, na tentativa de dar voz aos excluídos da história, retorna ao debate o uso do método biográfico e de trajetórias de vida. Nos anos anteriores, acreditava-se de modo quase que unânime que as classes populares não poderiam servir de objeto de estudo da história, a não ser para uma abordagem de cunho quantitativo. Mas com o passar dos anos, em finais da década de 1970 e entrada dos

anos 1980, com a crise dos modelos explicativos pautados no estruturalismo e forte economicismo, alguns historiadores¹⁰⁸ passam a se deslocar das atividades econômicas em torno do operário ou camponês, por exemplo, para analisar sua vida cotidiana e as redes de relações que ele tecia dentro da sociedade. Deste modo, as ações e destinos individuais passam a ser observados, sendo a biografia uma forma de aproximação e conhecimento dos sujeitos. É a Nova História que ressignifica os usos da biografia a partir de uma perspectiva de “história-problema”, buscando com isso problematizar a vida dos sujeitos históricos a fim de compreender o contexto em que estavam inseridos, assim como o protagonismo de suas lutas, conflitos sociais, redes de atuação e mobilizações de grupos, entre outros. No que tange à historiografia francesa, o retorno da biografia significou novos tipos de narrativas e experimentações.¹⁰⁹

Biografias e trajetórias de vida são métodos de análise que estão diluídos um no outro. Por vezes há uma tentativa de dar um caráter totalizante às biografias, enquanto as trajetórias seriam compreendidas enquanto uma parte da história do indivíduo. Todavia, não há como precisar, narrar e problematizar de modo integral a vida de um personagem histórico. Logo, embora pareça que a biografia narrou a

¹⁰⁸Trabalhos como: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Tradução: Cintya Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução: Maria Betânia Amoroso. 1ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2006; DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

¹⁰⁹LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: **Jogos de escala**: a experiência da microanálise. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 225-226; COSTA, Arrisete C. L. **Biografias históricas e práxis historiográfica**. SAECULUM – Revista de História, n.23, João Pessoa, 2010, p.24.

existência de um sujeito de modo completo, ela terá apenas contado partes de um todo.¹¹⁰

Pierre Bourdieu faz críticas às ciências sociais por se prenderem a uma ilusão própria de senso comum, que reflete sobre a vida de forma linear, ou seja, com trajetos, caminhos a serem percorridos, etapas e um fim.¹¹¹ Do mesmo modo, Giovanni Levi se questiona sobre a possibilidade de se produzir escritas da vida de um indivíduo, e como a retórica cronológica própria da disciplina História influencia no modo como observamos os sujeitos.

Pode-se escrever a vida de um indivíduo? Essa questão, que levanta pontos importantes para a historiografia, geralmente se esvazia em meio a certas simplificações que tornam como pretexto a falta de fontes. Meu intento é mostrar que essa não é a única e nem mesmo a principal dificuldade. Em muitos casos, as distorções mais gritantes se devem ao fato de que nós, como historiadores, imaginamos que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado. Seguindo uma tradição biográfica estabelecida e a própria retórica de nossa disciplina, contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas.¹¹²

A perspectiva linear corrobora com a ideia de uma análise e escrita da história do sujeito de modo sequencial, cronológico e até mesmo totalizante. Ou seja, como se fosse possível e preciso descrever de modo completo o possível início, meio e fim da história de um

¹¹⁰ PEREIRA, Lúgia Maria leite. **Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias.** História Oral, n.3, Mariana, 2000, p.120.

¹¹¹ BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (Orgs). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 183-185.

¹¹² LEVI, Giovanni. **Os usos da biografia.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (Orgs). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 169.

personagem. Esse fator pode ocorrer devido a vários outros fatores, sendo um deles a existência de uma tradição literária e retórica que tenta estabelecer um padrão específico ao se tecer a narrativa de uma vida.

Nos últimos anos, observa-se que a historiografia brasileira tem se voltado para o estudo das trajetórias de vida de diferentes indivíduos. Todavia, o olhar e o estudo voltados para a trajetória de mulheres negras ainda não são realizados de forma plena. A invisibilidade se faz presente nos currículos e cursos dentro da academia, o que já configura o distanciamento de discentes em relação à temática de “[...]mulheres negras do Brasil, donas de riquíssimas trajetórias; no entanto, a despeito de alguns trabalhos, suas biografias estão ausentes na história acadêmica e nos conteúdos da história escolar, simbolizando as culturas negadas e silenciadas no currículo”.¹¹³ Todavia, nota-se o esforço do movimento negro em resgatar as histórias de vida de lideranças políticas negras, intelectuais, assim como a vida de pessoas comuns do pós-abolição. Vale salientar que a entrada de mais pessoas negras nos espaços acadêmicos tem possibilitado a mudança de perspectiva, novos objetos de estudo, assim como epistemologias que deem conta dessas demandas. Com isso, novas pautas foram colocadas para as universidades, como a oferta de disciplinas que utilizassem autores africanistas ou negros, por exemplo, e discussões e eventos com temáticas correlatas à intelectualidade negra. Todo o engajamento resultou na produção de uma série de trabalhos que se debruçam sobre a trajetória de vida de homens e mulheres negras do passado. Logo, conseguem trazer à tona as experiências, as lutas, a resistência e o

¹¹³ XAVIER, Giovana. A hora da estrela: Maria de Lourdes Vale Nascimento e as “amigas leitoras” do jornal *O Quilombo* (Rio de Janeiro, 1948-1950). In: PINTO, Ana Flávia Guimarães; CHALHOUB, Sidney. **Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX**; Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, (Coleção UNIAFRO), p.262.

cotidiano de diferentes indivíduos que foram silenciados e invisibilizados ao longo do tempo.¹¹⁴

No que tange a esta dissertação, vale destacar os estudos desenvolvidos sobre a trajetória de mulheres negras do pós-abolição, sobretudo aquelas que viveram na mesma temporalidade utilizada nesta pesquisa. Janaína Damasceno, em “*Os segredos de Virgínia: estudo de atitudes e preconceito de cor na São Paulo dos anos 1940-1950*”, explora a trajetória de vida da intelectual negra Virgínia Bicudo, a precursora da psicanálise no Brasil. A personagem também cursou mestrado em Sociologia, tendo defendido a sua tese em 1945, voltada para as relações raciais. Intitulado “*Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*”, o seu trabalho demonstrava tanto as suas sensibilidades para a sua condição enquanto uma mulher considerada de cor, quanto para as questões raciais presentes na cidade. Virgínia Bicudo afirmava não existir uma harmonia racial em São Paulo, e para comprovar a sua hipótese visitou escolas e as famílias dos alunos, analisou a Frente Negra Brasileira, do mesmo modo que seu periódico “*A voz da raça*”. A partir disso, conseguiu perceber a existência do preconceito racial e também comprovou que não havia o embranquecimento dos negros que estavam em processo de ascensão social. Assim, com o estudo desta trajetória, Janaína Damasceno conseguiu compreender o que era ser uma intelectual negra dentro de um

¹¹⁴ SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da história. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre, 2011, p.75-77.

espaço acadêmico majoritariamente branco, assim como se davam as relações raciais e de gênero naqueles tempos.¹¹⁵

Outra pesquisa relevante sobre a trajetória de mulheres negras foi desenvolvida por Giovanna Xavier em “*A hora da estrela: Maria de Lourdes Vale Nascimento e as amigas leitoras do jornal O Quilombo (Rio de Janeiro, 1948-1950)*”. Maria Lourdes Vale Nascimento era jornalista, assistente social, professora, também trabalhava como ativista contra o preconceito racial e organizava a coluna “fala mulher”, do periódico “*O Quilombo*”. Esta intelectual também atuou de modo preponderante na defesa da regulamentação do trabalho doméstico, e ressaltava que aquele meio era composto por mulheres negras que eram massacradas, lembrando-a da escravidão de outrora. Além de rejeitar os estereótipos – irracionalidade, falta de caráter e sexualização – atribuídos à mulher negra, também defendia a sua integração na sociedade de forma plena. Desse modo, ao analisar esta trajetória, Giovana Xavier conseguiu observar a luta desta e de outras mulheres negras por reconhecimento enquanto “brasileiras”, assim como o clamor por respeito, dignidade e direitos.¹¹⁶

Petrônio Domingues, em “*Zizinha Guimarães: entre a história e a memória*”, traz a trajetória de vida de Eufrozina Amélia Guimarães (1872-1964). A sergipana nasceu em finais da escravidão no Brasil, sendo a sua mãe uma negra livre e seu pai um alfaiate branco. Ela

¹¹⁵ DAMACENO, Janaína. **Os segredos de Virgínia: estudo de atitudes e preconceito de cor na São Paulo dos anos 1940-1950**. In: PINTO, Ana Flávia Guimarães; CHALHOUB, Sidney. **Pensadores negros – pensadoras negras**: Brasil, séculos XIX e XX; Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, (Coleção UNIAFRO).

¹¹⁶ Cf. nota 113.

enfrentou uma série de dificuldades durante a infância devido à pobreza e também por sua condição racial. Todavia, conseguiu estudar inicialmente de forma autodidata e depois chegou a ingressar na escola. Com o tempo, passou a se dedicar de forma integral ao magistério, e em 1904 chegou a ser diretora de uma escola em Sergipe. A partir de uma série de documentos pessoais como certidões de batismo, a imprensa da época e da região, registros escolares das instituições em que ela atuou, assim como a entrevista com os seus alunos, por exemplo, foi possível que o historiador conseguisse descobrir um pouco da vida de Eufrozina e seus extraordinários feitos. A partir das experiências dela com o magistério, conseguiu observar o quanto sofreu preconceito racial e de gênero por ocupar um lugar de prestígio dentro de um espaço escolar. Ao mesmo tempo, a imprensa local ovacionava os seus feitos enquanto professora. Nota-se que ela incorporava em suas práticas os hábitos e costumes morais da época, bem como se dedicava à arte e à cultura de modo geral, pois acreditava que essa seria a forma de adquirir respeitabilidade e minimizar os efeitos dos preconceitos que sofria. Assim, ao se acompanhar a sua história, é interessante observar os mecanismos que ela utilizou para obter aceitabilidade dentro de um meio social mais elitizado, do mesmo modo, que a metodologia utilizada por Petrônio Domingues para seguir os rastros dessa trajetória de vida.¹¹⁷

Levando em consideração as singularidades de cada sujeito e os diferentes modos de vida, não há como buscar acontecimentos sequenciais e que sigam uma lógica determinada. No caso da

¹¹⁷DOMINGUES, Petrônio. Zizinha Guimarães: entre a história e a memória. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

personagem Evangelina Xavier de Carvalho, não há como seguir os rastros de todos os momentos de sua vida e até mesmo dentro da imprensa negra, em específico no “*O Clarim da Alvorada*”, as pistas deixadas sobre o passado dessas mulheres revelam alguns dados de um determinado momento de suas trajetórias. A partir de tais informações, é possível perceber como era o núcleo familiar, ou seja, a sua composição, a classe social, profissionalização, lugar a que se foi destinado socialmente, entre outros. Desse modo, são trajetórias que ajudam a responder algumas problemáticas acerca do passado, sobretudo das mulheres negras, uma vez que há comportamentos que saem da esfera individual e são percebidos em outras personagens dentro do grupo. Vale salientar, que não há a intenção de reduzir uma determinada conduta a comportamentos-tipos, mas de estabelecer uma análise que interprete a partir do contexto nos quais os sujeitos estão inseridos.

3.2 Evangelina Xavier de Carvalho

Na capa da primeira edição de 1927 do “*Clarim da Alvorada*”, na coluna principal, nota-se o texto escrito por Evangelina Xavier de Carvalho com o título “Ano velho e novo”. Ela discorre de modo quase que poético sobre as desgraças do ano anterior, como a perda de parentes, a fome e outras moléstias, por exemplo; mas, ao mesmo tempo, traz palavras de esperança e consolo para o novo ano que se iniciava. O que chama mais atenção em seu texto é quando se direciona às leitoras e contribuintes do periódico e exalta a importância do jornal para o “triunfo da raça preta”, como ela mesma escreve.

E vós, ó leitoras do Clarim d'Alvorada, ó amigas gentis, ó irmãs no sentir, juntae a vossa voz à minha e digamos: Se

própria, ó Anno Novo, a quem fundou esse querido jornal que espalha por todos os lados bellas páginas cheias de conselhos e instruções; fazei que Elle resoe por todo o nosso querido Brasil que encerre em si o triumpho da raça preta o amor santo da Patria e de Deus. ¹¹⁸

Por vezes chamada de leitora ou colaboradora, Evangelina era retratada com muito apreço pelos redatores, assim como a sua família. Quem seria esta mulher? Para buscar maiores informações sobre ela foi preciso estabelecer uma busca primeiramente dentro do próprio periódico, a partir da única informação que se tinha, que era o seu nome. Esse tipo de metodologia possibilitou o encontro de personagens da sua família e de dados biográficos sobre Evangelina.

O primeiro dado foi referente à sua data de aniversário, sem o ano de nascimento, a escola que estudava e o nome do seu pai. Após busca minuciosa dentro do “*O Clarim da Alvorada*”, foi preciso buscar outras fontes para completar o quebra-cabeça acerca da trajetória desta mulher. Embora não aparecesse nenhuma informação dentro dos demais jornais da imprensa negra sobre a personagem e sua família, uma série de dados foi encontrada nos periódicos “*Correio Paulistano*”, “*Correio de São Paulo*” e “*Gazeta*”, sobretudo em relação a seus familiares. Por vezes, para encontrar maiores informações sobre um sujeito histórico, se faz necessário ampliar a busca para as pessoas que estavam ao redor do personagem, que estabeleceu contatos, bem como para locais por onde se movimentou. Esse método também é eficaz até mesmo para descobrir os vínculos e possíveis redes de sociabilidade e ajuda mútua entre os indivíduos.¹¹⁹ Assim, foi possível saber que Evangelina Xavier de

¹¹⁸“*O Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 15 jan, 1927, p.1.

¹¹⁹ LEVI, *Op.cit.*, p. 176.

Carvalho nasceu em 29/09¹²⁰, era solteira, filha de Eduardo Xavier de Carvalho e Maria Ruth Xavier de Carvalho, residentes em São Paulo, Capital. Evangelina possuía quatro irmãos, sendo eles Maria da Conceição Xavier de Carvalho (solteira, estudante da Escola Profissional Feminina de São Paulo e falecida em 1930 com apenas 25 anos), Beatriz Xavier de Carvalho (casada com Oscar Cesar, em 1931), Eduardo Xavier de Carvalho (sendo caracterizado como “jovem moço”) e Jorge Xavier de Carvalho (indícios no periódico “*O Clarim da Alvorada*” de que era uma criança).¹²¹

Quanto a sua profissão, Evangelina era professora, formada pela Escola normal do Brás, que o jornal costumava salientar. É interessante perceber que ela e a sua irmã, Maria da Conceição Xavier de Carvalho, conseguiram estudar em escolas femininas na cidade de São Paulo, em um contexto em que o analfabetismo era forte entre os grupos mais pobres da sociedade, sobretudo negros e principalmente mulheres. *“Festejou mais alguns anos, nossa prezada colaboradora, aluna da Escola Normal do Bras.” “A 29 do mês passado, colheu também, mais uma flor no jardim de sua existência risonha, a senhorinha Evangelina Xavier de Carvalho, nossa colaboradora e um dos mais belos adornos*

¹²⁰ Até o presente momento não há informações quanto ao ano de nascimento da personagem, sendo este fator fundamental para que se busque a sua certidão de nascimento e demais documentos. Também não consegui localizar dados sobre ela e sua família no site familysearch.org, assim como no Dicionário Histórico Biográfico (FGV).

¹²¹ Seguem as fontes das informações prestadas. Nascimento da personagem: “*O Clarim da Alvorada*”, 1926, edição: 22, p. 4; Estudante da escola Normal do Brás: “*O Clarim da Alvorada*”, 1926, edição: 22, p. 4; Associados ao Centro Cívico Palmares: “*O Clarim da Alvorada*”, 1929, edição: 21, p. 4; Profissão: “*Correio Paulistano*”, 1930, p. 4, edição: 23861; Estado Civil: “*Correio Paulistano*”, 1930, edição: 24140; Maria da Conceição Xavier de Carvalho (“*Correio Paulistano*” edição: 23860, 1930, p.6; Certidão de óbito: Cemitério do Araçá, vol. 101, p.129, 11.05.1930), Beatriz Xavier de Carvalho (edição: 36, 1931), Eduardo e Jorge Xavier de Carvalho (edição: 06, 1928 – p. 4).

*do nosso meio social.*¹²²” A presença feminina no “*Clarim da Alvorada*” é destacada como honrosa e singular; ser uma mulher negra leitora, em tempos de forte analfabetismo, demonstrava o seu grau de instrução em relação às outras. Vale salientar que, com os indícios investigados até o momento, não há como afirmar a existência de uma elite feminina negra e letrada. Evangelina é a única escritora da folha que, quando mencionada, tem a sua formação escolar ressaltada pelos redatores. Já as demais por vezes eram ressaltadas como inteligentes ou distintas. Esse fator demonstra os requisitos necessários para fazer parte daquele meio. Ademais, ao salientar os atributos das colaboradoras, revela-se uma possível estratégia a fim de dar maior credibilidade ao periódico e talvez à escrita das próprias mulheres. Isto porque, como já exposto, o machismo também era presente entre os homens de cor.

Em finais do século XIX e início do XX, São Paulo havia se tornado o centro cafeeiro e passou por um forte processo de urbanização, devido ao seu crescimento econômico. Juntamente com esse processo estavam os ideais de progresso, racionalidade e higienização. Para que a organização acontecesse de forma efetiva, era preciso estruturar o sistema educacional e, com isso, a educação escolar passava a ser valorizada pela alta sociedade paulista como um meio de adquirir o progresso da nação, assim como nas demais potências europeias.

Desse modo, no decorrer da Primeira República e dentro dos centros urbanos, houve a criação de espaços escolares educacionais, seguindo o modelo de grupo escolar¹²³, ou seja, na prática, era o agrupamento de algumas escolas dentro de um mesmo prédio. Inclusive,

¹²² “*O Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 1926, edição 22.

¹²³ CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança paulista: EDUSF, 2003.

Eduardo Xavier de Carvalho – pai de Evangelina – foi contratado em 1908 para trabalhar como porteiro do Grupo Escolar Santo Antônio¹²⁴, no qual permaneceu trabalhando até o seu falecimento em 1927. “Faleceu no dia 28 de julho, nesta Capital, a rua Canuto do Val 14, sr. Eduardo Xavier de Carvalho, prezado leitor desta folha, pai da senhorita Evangelina Xavier de Carvalho, estudante da Escola Normal do Braz, nossa colaboradora. O extinto morto exerceu por muitos anos o cargo de porteiro do Grupo Escolar Santo Antonio.”¹²⁵ Talvez o fato de pertencer a um determinado grupo escolar, sabendo-se da relação entre eles no círculo educacional, pode ter colaborado com a entrada de suas filhas em escolas frequentadas por membros da classe média paulista. É bom assinalar que os espaços escolares foram criados pensando na educação dos filhos de membros da elite brasileira. No que tange à educação feminina, a escola passou a ter a responsabilidade de exercer o controle sobre elas e de reforçar papéis sociais e hierarquias pautadas no gênero. Isso acontecia, por exemplo, quando se diferenciava os conteúdos curriculares que deveriam ser ensinados para meninas e meninos. A educação tinha o papel de condicionar as mulheres, preparando-as para o casamento e para a maternidade.¹²⁶ O meio educacional tinha uma função que visava ser mais socializadora, no sentido de domesticar e criar corpos femininos dóceis, do que ser libertadora.

¹²⁴ Informações quanto à contratação: “*Correio Paulistano*”, São Paulo, 30 Abr, 1908, p.1.

¹²⁵ “*O Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 1927.

¹²⁶ AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. **Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940.** Cadernos Pagu, n.27, julho-dezembro de 2006, p. 216.

De acordo com o “*Clarim da Alvorada*”¹²⁷, Evangelina estudou na Escola Normal do Brás, como já mencionado anteriormente. A personagem residia em Santa Cecília, bairro em São Paulo relativamente próximo à localização da escola. No século XX, a cidade passava por forte industrialização, como observado no capítulo 2, e, com isso, alguns bairros eram formados por operários. Este era o caso do Brás, que contava com uma classe operária e muitos imigrantes. E nesta localidade foi instalada a instituição escolar voltada para o ensino normal de meninas. Seguindo os padrões de urbanização da cidade, a Escola Normal do Brás¹²⁸ foi criada em 1912 e possuía como um de seus objetivos proporcionar oportunidade educacional para a população do próprio bairro, que normalmente era de membros do operariado. Segue abaixo uma fotografia do edifício, feita ainda em 1912.

¹²⁷ “*Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 20 Jun, 1926, p.4.

¹²⁸ A escola é tombada (25.591/87) pelo Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado e se encontra em funcionamento; após o tombamento, uma série de ações foram promovidas visando a guarda e a manutenção da documentação. Com isso, entre os anos de 2007 e 2009 foi criado o Centro de memória escolar; no entanto, ao entrar em contato com a Escola, a direção informou que este local se encontra fechado, sem a possibilidade de visita e pesquisa aos documentos, por falta de funcionários para conduzir a ação. Vale salientar que a escola possui dados cadastrais de seus alunos até a década de 1940, período que abarca o momento em que Evangelina Xavier foi aluna do colégio.

Figura 5: Edifício da Escola Normal do Brás, São Paulo, 1912



Fonte: Acervo do Centro de Memória Escolar da EE Padre Anchieta

Todavia, a partir de pesquisas acadêmicas¹²⁹ feitas sobre essas escolas, foi possível perceber que as alunas normalistas eram de famílias de classe média, em detrimento das camadas mais pobres da sociedade. Esse fator também era comum nas demais escolas paulistas, o que dificultava a alfabetização de determinados grupos, como a população negra, por exemplo, sobretudo as mulheres.

A escola primária brasileira atingia uma parcela ainda muito reduzida da sociedade. Forçoso é lembrar que, afinal, ainda em 1888 o Brasil possuía 750 mil escravos, cujo acesso à escolarização havia sido negado historicamente. Em 1872, entre os escravos, o índice de analfabetismo atingia 99,9% e entre a população livre, aproximadamente 80%. Em 1888, apenas 2% da população total estava matriculada no ensino elementar. Vinte anos depois, em 1907, a matrícula na escola primária não chegava a atingir 3% da população brasileira [...] Nos

¹²⁹ LOPES, Fernanda; VIVIANI, Luciana Maria. **A escola normal “Padre Anchieta”: configurações institucionais no início do século XX.** 64ª Reunião Anual da SBPC. UFMA: São Luís, MA; 22 – 27 de julho, 2012.

anos 1920, o Brasil exibira índices de analfabetismo ainda em torno de 80%.¹³⁰

Mesmo após a abolição, suas vidas eram voltadas para o trabalho árduo a fim de manter a estrutura familiar, não sobrando tempo e recursos financeiros para a entrada em ambientes formais de ensino. Observa-se que, no decorrer da escravidão, a escolarização enquanto um serviço público oferecido pelo Estado era praticamente negada¹³¹, e, após a abolição, os índices de analfabetismo eram alarmantes. Embora a população negra fosse amplamente afetada por não estar inserida em meios formais de ensino, o letramento não deixava de acontecer para alguns. O próprio José Correia Leite, redator d'“*O Clarim da Alvorada*”, se alfabetizou de modo autodidata e obteve o auxílio de seu amigo e também redator da folha, Jayme de Aguiar.¹³² Inclusive, a quantidade de negros e mulatos que liam o periódico é de fato considerável para a época. Essa estimativa é baseada na tiragem, que era de aproximadamente entre 1000 e 2000 exemplares. Na década de 1920, a população negra na capital de São Paulo era de 52.112 pessoas e esse número representava 9% da população total paulista.¹³³ A partir dessas

¹³⁰XAVIER, Libânia Nacif. **Escola, Culturas e saberes**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 102.

¹³¹ Algumas legislações foram criadas sobre o acesso de escravizados, libertos e seus descendentes à educação formal. Como por exemplo: Decreto N.1331-A, 17 de fevereiro de 1854, que no artigo 68, parágrafo 3º, proibia a entrada de escravos em ambientes de ensino. Em 6 de setembro de 1878, foi publicado o decreto 7031-A, que permitia a matrícula, em cursos noturnos, de negros do sexo masculino e libertos, desde que maiores de 14 anos. Em 1911 ocorreu a Reforma Ridávia Correia, que entre diversas determinações para os grupos escolares, exigia exames admissionais e o pagamento de taxas, para que a matrícula fosse efetivada. Tal fator, dificultava a entrada das camadas mais pobres da sociedade. Para maiores informações: ALMEIDA, Marco; SANCHEZ, Livia. **Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil**. Revista Eletrônica de Educação, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.

¹³²LEITE, José Correia; CUTI [Luiz Silva]; ... **E disse o velho militante**. São Paulo: Noovha América, 2007.

¹³³FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978, p.108.

estimativas, o historiador Petrônio Domingues acredita que de 4% a 8% da população negra e mulata era leitora d'“*O Clarim da Alvorada*”.¹³⁴

É latente a preocupação do periódico com a educação da população negra como um todo, independente da questão do gênero; mas cabe salientar que o jornal não deixou de frisar o papel social a ser desempenhado pelas mulheres. Por vezes, os redatores falavam que o desenvolvimento social e econômico do negro seria conquistado a partir da educação.

Instrução é a cultura do nosso espírito quando intellectual e material quando procuramos aprender uma disciplina que nos auxilie, materialmente como sejam as várias profissões [...] Também o adulto vae a escola. A escola é o recinto sagrado onde vamos em comunhão buscar as sciencias, artes, musica, etc [...] Oh Paes! Mandae vossos filhos ao templo da instrucção intellectual – a escola – não os deixais analphabetos como dantes! Hoje temos tudo, aproveitae as horas nocturnas si os trabalhos vos impedem. Ides a escola! Aproveitae o precioso tempo para engrandecer a nossa raça e o nosso querido Brasil!¹³⁵

Neste fragmento, José Correia Leite reforçou a importância de os pais estimularem os seus filhos a frequentarem a escola, local esse considerado pelo redator como um templo para a instrução intelectual. Convidou a população negra, inclusive se reportando aos adultos, a usarem o tempo que possuíam para estudar. Para ele, esta seria uma forma de diminuir o analfabetismo, enaltecer a raça e também o Brasil.

Enquanto em São Paulo a população negra lutava pela formação de grupos escolares e cursos noturnos para que pudessem estudar, nota-

¹³⁴ DOMINGUES, Op.Cit., p. 38;

¹³⁵ “*Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 3 fev,1924, p. 2.

se que dentro daquele mesmo contexto houve um aumento de escolas estrangeiras devido à imigração, como pode-se observar na tabela abaixo. Cabe salientar que aquele era o momento de entrada expressiva de imigrantes no país, por isso a formação de tantas escolas, sendo algumas financiadas por seus governos estrangeiros.¹³⁶ Assim, através dos dados apresentados podemos perceber que, enquanto a população imigrante conseguia se instruir através de meios formais de ensino, a população negra do próprio país já crescia na margem daquela sociedade, aumentando assim a desigualdade social. Por isso, foi muito comum o aumento de clubes e associações voltados não apenas para o divertimento, mas sobretudo à educação da população negra.

Tabela 6: Nacionalidade das Escolas de São Paulo – 1917

Nacionalidade	Nºde Estabelecimentos	Percentual de escolas	Nº de Alunos
Escolas italianas	49	48,51%	6882
Escolas alemãs	37	36,63%	3887
Escolas suíças	2	1,98%	62
Escolas portuguesas	4	3,96%	304
Escolas francesas	2	1,98%	399
Escolas norte-americanas	6	5,94%	1676
Escolas inglesas	1	0,99%	185
Total	101	100,00%	13925

Fonte: Anuário do Ensino, 1917. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. A escolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século. Revista da Associação Nacional de Educação – ANDE n14, p. 51-60, 1989.

¹ ³⁶MACHADO, Carlos Eduardo Dias. **População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930.** Dissertação (Mestrado em História Social), USP, São Paulo, 2009, p.70.

Vale salientar que a busca por socialização com os iguais ocorreu desde os tempos coloniais, com a formação das irmandades negras que possuíam estratégias de solidariedade e resistência. Durante o período Imperial, em diferentes localidades do Brasil, além da formação de espaços de sociabilidade, criaram a sua própria imprensa, a fim de conservar garantias individuais e construir uma voz coletiva para fortalecer o grupo. Em finais do Império, com seu enfraquecimento e desestruturação do sistema escravista, há o aumento significativo desses espaços entre libertos e cativos.¹³⁷ Os objetivos por vezes eram distintos, mas a unidade estava presente no que tange ao esforço de abolir a escravidão. Ao seu fim, abria-se um novo campo de possibilidades, assim como foi possível identificar o inimigo a ser combatido, nesse caso a discriminação racial. Como a população branca não conseguia conviver com os recém libertos e posteriormente com seus descendentes, construíram hierarquias sociais pautadas na cor, buscando estigmatizar os negros. Assim, o pós-abolição é marcado pela tentativa dessa população estigmatizada em viver plenamente a cidadania e construir a liberdade.¹³⁸

De acordo com Andrews:

[...] foi justamente por causa dessa discriminação e desse preconceito – juntamente com a auto percepção dos afro-

¹³⁷ SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços:** associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). Dissertação (Mestrado em História), PUCRS, Porto Alegre, 2011, p. 34-36; PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta:** a imprensa negra no século XIX (1833-1899). Dissertação (Mestrado em História), UNB, Brasília, 2006, p.14.

¹³⁸ MATTOS, Hebe Maria. RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; SILVA, Op.Cit., p.41.

descendentes prósperos como um grupo separado tanto da classe média branca quanto do proletariado negro – que este período testemunhou um florescimento das instituições culturais e sociais da classe média negra. De Havana a Buenos Aires, negros e mulatos excluídos das organizações sociais e cívicas brancas se juntaram para criar um universo paralelo dessas entidades. Estas incluíam clubes sociais de elite, [...] e outras, menos prestigiosas, porém mais numerosas, as “sociedades recreativas” (Cuba, Uruguai) e os “clubes de dança” (Brasil); associações atléticas [...] que patrocinavam times de futebol, competições de corrida e outros eventos; e organizações cívicas [...]. No limite entre os níveis inferiores da classe média negra e os níveis superiores do proletariado negro estavam as sociedades de ajuda mútua [...]; e na Argentina, no Brasil, em Cuba e no Uruguai (e talvez também em outros países, onde a pesquisa extensiva sobre as organizações negras da virada do século ainda está por ser feita); uma ativa imprensa negra registrava as atividades desses grupos.¹³⁹

Com isso, há o aumento de associações culturais, de auxílio-mútuo, beneficentes, de assistência, entre tantas outras, que por vezes estavam atreladas às antigas Irmandades, ou então eram recém-criadas a fim de atender às demandas daquele grupo, assim como novos espaços de reunião. É interessante perceber que há alguns aspectos em comum no que tange à discriminação sofrida por negros latinos americanos no contexto escravista e pós-abolição. George Reid Andrews observa justamente o crescimento das associações e clubes negros a partir do preconceito racial, em diferentes localidades nas Américas. Algumas eram formadas por clubes de dança, outros eram sociedades recreativas e que desenvolviam diferentes eventos e ações sociais para a comunidade negra.

¹³⁹ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina – 1800-2000**. São Carlos (SP): EdUFSCar, 2007, p.160-161.

Ao se analisar as páginas d’*“O Clarim da Alvorada”*, é notória a articulação que era estabelecida com os clubes. Inclusive, os trabalhos acerca das associações negras utilizam uma série de jornais da imprensa negra como fonte documental, devido às informações contidas sobre esses espaços. Observa-se que alguns periódicos nasceram como fruto das associações, por isso alguns possuíam caráter noticioso em relação a aniversários, batizados, falecimentos, nomeações, entre tantos outros eventos que faziam parte do cotidiano das pessoas que eram associadas aos clubes. Com isso, Petrônio Domingues organizou uma tabela explicitando a ligação direta entre alguns clubes paulistas e seus jornais.

Tabela 7: Jornais da Imprensa Negra integrados aos Clubes Negros, São Paulo, 1900-1940

Associação	Jornal
Centro Literário dos Homens de Cor	<i>“O Baluarte”</i>
Sociedade Propugnadora 13 de maio	<i>“O Propugnador”</i>
Sociedade Recreativa XV de Novembro	<i>“A Pérola”</i>
Grêmio Bandeirantes	<i>“O Bandeirante”</i>
Grêmio Dramático, Recreativo e Literário “Elite da Liberdade”	<i>“Elite”</i>
Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos	<i>“O Kosmos”</i>
Club dos Zuavos	<i>“Zuavos”</i>
Centro Cultural Henrique Dias	<i>“Quilombo”</i>
Associação Protetora dos Brasileiros Pretos	<i>“A Protetora”</i>

Fonte: DOMINGUES, Op.Cit., p.42

O *“Clarim da Alvorada”* não nasceu como fruto de uma determinada associação negra, mas mantinha relações com diversas

organizações¹⁴⁰, e trazia em suas páginas informações acerca dos bailes, dos associados, das principais lideranças e algumas demandas. Em 1924, na segunda edição do periódico, há uma coluna de agradecimentos a diversos clubes, a mulheres e também a clubes negros femininos, sendo eles: “Sociedade Recreativo Brinco das Princesas” e “As Margaridas”¹⁴¹. Até o momento, há poucas pesquisas acerca dessas associações em específico, e que por vezes são citadas dentro da imprensa negra. Em 22 de Junho de 1917, estiveram reunidas um grupo de senhoras e senhoritas para fundarem o “Grêmio Recreativo Brinco das Princesas”, em São Paulo, na Capital, como consta em seu estatuto.¹⁴² O objetivo do clube era reunir damas para divertimento. Observa-se que a cor delas não é ressaltada e o clube também admitia homens em sua organização, porém a preponderância era feminina. Embora não apareçam os nomes das lideranças, menciona-se um quadro de responsáveis sempre no gênero feminino. Outra fonte que revela mais algumas informações sobre o clube, é a menção feita pelo redator em sua biografia.

A sociedade brinco das princesas – mantida por cozinheiras – deu uma festa. Os membros da imprensa, diretores dos pequenos jornais, eram recebidos na porta por uma comissão de damas que os levava aos lugares já destinados. [...] nessa festa do “brinco das princesas” eu percebi que na mesa dos convidados especiais havia só talheres de cristófer e louças de porcelana. Eram utensílios que as diretoras da sociedade emprestavam das famílias para quem trabalhavam. Depois de terminada aquela primeira

¹⁴⁰XV de Novembro, XIII de Maio, Paulistano, Primavera, Bandeirantes, Flor da Mocidade, União Brasil e Militar, Rio Branco, Princesa do Sul, entre outras.

¹⁴¹De acordo com a edição 14 do “Clarim da Alvorada” de 1925, o Clube das margaridas conseguiu fundar o seu estatuto no mês de agosto daquele ano. Porém, ao percorrer a documentação no Arquivo Público de São Paulo, não há outros documentos existentes quanto a este clube.

¹⁴² Pode ser consultado no Arquivo Público de São Paulo.

mesa, tudo foi recolhido com o maior cuidado. A festa era financiada pelas próprias cozinheiras. Eu estava lá como representante d'O Clarim.¹⁴³

Observa-se que o redator salienta que o grupo era composto por cozinheiras, que cuidadosamente organizavam bailes e festas e no decorrer do jantar utilizavam as louças das casas dos seus patrões, fazendo a devolução após o evento. Além disso, as senhoras financiavam e organizavam aquelas festas. Vale salientar que alguns bailes eram cobrados, e por vezes contavam com o leilão de prendas. Logo, todos esses esforços contribuía tanto para angariar mais alguns recursos como para o fortalecimento da própria comunidade negra.

Algumas lideranças femininas são mencionadas n'“*O Clarim da Alvorada*”, como a Dona Banta de Oliveira (leitora da folha e presidente do Clube Brinco das princesas) e Lavínia Horta (responsável pelo Grupo das margaridas e leitora do periódico), por exemplo. Não há maiores informações sobre essas mulheres dentro do jornal, assim como seus nomes não são mencionados, pelo menos dos modos como aqui foram escritos, em outras páginas da imprensa negra e até mesmo na imprensa comum. Seguem abaixo as fotografias dessas duas personagens:

¹⁴³CUTI [Luiz Silva]; *Op. Cit*, p. 45-46.

*Figura 6: D. Banta de Oliveira, líder do Clube negro
"Brinco das princesas"*



Fonte: “*O Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 24 Jan, 1926, p.3.

*Figura 7: Lavinia Horta, presidente do “Grupo das
Margaridas”.*



Fonte: “O Clarim da Alvorada”, São Paulo, 24 Jan, 1926, p.3.

Embora as fotografias estejam um pouco danificadas, há alguns elementos que podem ser observados. Ambas as senhoras eram negras e utilizavam trajes impecáveis. Lavínia Horta aparentava ser um pouco mais jovem quando comparada à Banta de Oliveira. Outro fator relevante e digno de observação se refere aos nomes. Em seus estudos, Marc Bloch destacava a relação presente entre os nomes dos indivíduos e as questões sociais. *“A escolha dos nomes de batismo, sua natureza, sua frequência relativa [...] revelam correntes de pensamento ou de sentimento aos quais o historiador não pode permanecer indiferente”*.¹⁴⁴ A partir disso, não há como deixar de observar o nome da presidente do clube “Brinco das princesas”, que conservava a nomenclatura “Banta”; esta mulher poderia possuir as suas raízes de fato nos grupos Bantos¹⁴⁵, ou talvez buscasse criar e fortalecer a sua identidade a partir de elementos africanos. Vale salientar que aquele era um contexto em que a África era estigmatizada como inferior e seu povo e meios culturais não eram considerados bons elementos para fazerem parte do projeto de nação que estava sendo construído no Brasil. Logo, uma mulher negra que mantinha a sua identidade atrelada à cultura africana não seria bem vista pela sociedade, e, de certo modo, estava agindo de forma a transgredir as regras sociais que foram estabelecidas.

De acordo com Petrônio Domingues, essas mulheres atuavam de

¹⁴⁴ BLOCH, Marc. Noms de personne et histoire sociale. *Annales d'histoire économique et sociale*, [s.l.], v. 4, n. 13, p. 67, 1932, Apud, CAMILO, Natan. **De “o nome e o como” para “o nome além do como”**: estudo de trajetórias e práticas de nomeação. *História Unicap*, v. 3, n. 6, jul./dez. de 2016.

¹⁴⁵ Grupo africano que habitava o sul do Deserto do Saara, na África. Durante o período Colonial e Imperial, milhões de Bantos foram trazidos como cativos para trabalharem no Brasil.

diferentes formas, sendo por vezes relegadas a desempenharem papéis que os homens consideravam de pouca relevância, como atividades recreativas e de assistência social, por exemplo. Todavia, “*O Clarim da Alvorada*” costumava ovacionar as mulheres que desenvolviam este tipo de atividade, como podemos observar abaixo:¹⁴⁶

Natal das crianças negras!
Graças aos esforços da senhorita Adalgisa Correa Lobo este anno, a petizada do bairro Bela Vista, tiveram a sua hora de alegria. A promotora desta bela tarde infantil realizou no dia primeiro a distribuição de brinquedos ao elevado número de crianças que afluíram aquella [...] Nós que a convite da senhora Adalgisa, lá comparecemos com os garotos que formam a alegria desta tenda, presenciamos com satisfação, a boa ordem e justeza, com que fora organizado este belo acto de sociabilidade. O Clarim da Alvorada envia os seus parabéns a bela atitude louvável.¹⁴⁷

Ressalta-se neste artigo a ação realizada pela escritora Adalgisa Correa Lobo durante o natal, ao presentear as crianças negras do bairro da Boa Vista. O ato de sociabilidade promovido foi visto como uma atitude louvável, e os próprios membros do *Clarim* afirmavam ter participado da festa. Assim, as ações daquelas mulheres, por vezes beneficentes, contribuía com a construção da unidade negra, e em alguns momentos conseguiam angariar recursos para a existência de veículos de resistência negra, como os periódicos e clubes.

Em 1929, na 21ª edição do periódico, há uma coluna com os nomes das associadas na Fundação Centro Cívico Palmares. Para a historiografia do pós-abolição, este clube foi um dos mais importantes da época devido às suas propostas de elevação cultural, política, sua

¹⁴⁶ DOMINGUES, Petrônio. “**Frentenegrinas:** notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil”, *Cadernos Pagu*, v. 1, n. 28 (2007), p. 371.

¹⁴⁷ “*O Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 25 jan.1930, p. 2.

capacidade de organização e forte penetração na comunidade de cor.¹⁴⁸ Entre tantas mulheres listadas, constava a presença de Evangelina Xavier de Carvalho, sua mãe Maria Ruth Xavier de Carvalho e suas irmãs Maria da Conceição Xavier de Carvalho e Beatriz Xavier de Carvalho.

O rol de sócios e associadas que abaixo publicamos mostra que o Centro Cívico Palmares será poderosíssimo quando meus irmãos e irmãs cada um cumprindo o seu dever, pugnar pelos interesses fazendo dele casa de amor e de protecção aos desvalidos e as crianças negras [...]
Associadas: Maria Ruth Xavier de Carvalho, Maria da Conceição Xavier de Carvalho, Evangelina Xavier de Carvalho, Beatriz de Carvalho [...]¹⁴⁹

Ou seja, uma geração familiar de mulheres negras, assim como os demais membros daquela família, atuava de algum modo dentro do movimento negro. O periódico apenas informava que faziam parte dessa associação, mas não traz informações acerca das atividades que aquelas e outras mulheres desempenhavam. A fim de descobrir se Evangelina ou demais membros de sua família faziam parte da diretoria daquele clube, foi preciso buscar o estatuto do Clube. Em setembro de 1926, em São Paulo e na Capital, foi fundado o Clube Centro Cívico Palmares. De acordo com o estatuto, que se encontra no Arquivo Público de São Paulo, o seu objetivo era zelar pelo interesse dos homens pretos, facilitar a instrução física, moral e intelectual, manter uma biblioteca, realizar reuniões semanais para tratar de assuntos sociais, manter escolas de educação física e aperfeiçoamento para analfabetos. Há também a formação do quadro de funções que cada liderança iria desempenhar. Observa-se que, embora as mulheres fizessem parte da associação, não

¹⁴⁸ DOMINGUES, Petrônio. “**Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil**”, Cadernos Pagu, v. 1, n. 28 (2007)

¹⁴⁹ “*O Clarim da Alvorada*”, São Paulo, 1929, edição 21, p.4.

integravam a diretoria. Vale destacar a presença de Isaltino Veiga dos Santos e Manoel Antonio dos Santos, ambos redatores do periódico, e que também contribuíram para a fundação do clube. Desse modo, é interessante perceber que há um sentimento dentro do jornal de familiaridade com a comunidade negra que estava além das páginas daquele periódico. De fato, existia uma ampla rede de ajuda mútua e luta por demandas em comum, que contava com a colaboração de famílias negras inteiras.¹⁵⁰

Ao buscar a atuação de Evangelina dentro de outros periódicos da imprensa comum, foi possível observar a sua participação no “Clube Negro de Cultura Social”. De acordo com o “*Correio de São Paulo*”, em 13 de maio de 1933, o clube juntamente com a Liga suburbana organizaram provas de atletismo especificamente com os negros suburbanos.

Tudo concorreu para que a Prova “13 de maio” organizada pelo Clube Negro de Cultura Social com a coadjuvação da Liga Suburbana de Athletismo tivesse o êxito esperado. Prova inédita a que ontem se realizou, reuniu os melhores atletas negros suburbanos numa disputa leal e entusiasta. O Clube negro de Cultura Social lavrou tanto pelo brilhantismo da prova, tendo demonstrado claramente, que é mais um valioso clube suburbano que virá emprestar o seu concurso para a difusão do atletismo em São Paulo. A prova teve além do escopo de comemorar a gloriosa data de 13 de maio, o de homenagear os atletas negros [...] Terminada a prova, a srta Evangelina Xavier de Carvalho em nome do departamento feminino do Clube Negro de Cultura Social, entregou ao vencedor para que ele despuzesse na herma de Luiz Gama, uma bela “corbeille” como homenagem ao grande trabalhador negro.[...] Falou nessa ocasião o conhecido orador negro Gervásio de Moraes, cuja oração repassada de entusiasmo foi um hymno a pujança da mocidade negra que acabava de dar uma demonstração de fé, coragem e valor.¹⁵¹

¹⁵⁰ DOMINGUES (2007), *Op.Cit.*, p.349.

¹⁵¹ “*Correio de São Paulo*”, São Paulo, 13. Maio 1933, edição 284, p.5.

Segundo o periódico, o objetivo principal era comemorar o 13 de maio e homenagear os atletas negros. Ao final da competição, Evangelina foi convidada para entregar a premiação ao vencedor representando o departamento feminino do clube. Observa-se também a presença de Gervásio de Moraes, que além de ter sido escritor d’*“O Clarim da Alvorada”* foi membro ativo da Frente Negra brasileira. O que de fato cabe destacar aqui é a presença da personagem em mais um Clube negro e a sua atuação dentro do departamento feminino. De acordo com a fonte, a sua participação se deu apenas na entrega de uma premiação, porém não se podem esquecer as atuações nos bastidores, que nem sempre são contempladas. Além disso, estar em um ambiente marcadamente composto por homens, como na competição de atletismo, deve ter gerado uma série de embates de gêneros.

A escrita poética de Evangelina não ficou apenas confinada n’*“O Clarim da Alvorada”*, mas também foi repercutida na *“Rádio Telephonia”*, que publicava no periódico *“Gazeta”* a programação diária. Ao percorrer tal fonte, foi possível encontrar, no dia 13 de maio de 1930, uma série de homenagens ao líder abolicionista negro Luis Gama, e a participação de Evangelina juntamente com outras lideranças do movimento negro na rádio, como Lino Guedes¹⁵², por exemplo.

Das três horas em diante – Programa do Festival que a Comissão pró-Herma “Luis Gama” oferece aos sócios da Rádio Educadora Paulista. 1º Parte: Marcílio Campos: Luiz Gama – marcha do grupo negro de revistas; No cemitério de S. Benedito: poesia declamada pela srta. Prof.

¹⁵²Filho de ex-escravizados, foi jornalista de diversos jornais e em 1923 fundou o periódico da Imprensa Negra *“Getulino”*. Membro ativo do Centro Cívico Palmares e conseguiu escrever algumas vezes para o *“Clarim da Alvorada”*.

Evangelina Xavier de Carvalho. [...] Samba realizado pela senhorita Virgínia Campos; [...] 2ª Parte: Episódios da vida atribulada de Luiz Gama; Palestra pelo Sr. Lino Guedes.¹⁵³

Observa-se que Evangelina declarou poesias sobre Luis Gama no cemitério em que ele foi sepultado. Infelizmente a fonte não revela a poesia escrita, já que se trata de uma programação da rádio. Visitar os túmulos de lideranças abolicionistas negras e prestar homenagens era uma prática comum da comunidade negra, e em alguns momentos “*O Clarim da Alvorada*” chegou a mencionar tais feitos. Ao se analisarem algumas edições do dia 13 de maio, observa-se que geralmente eram mais longas e cheias de imagens de Luis Gama, José do Patrocínio, André Rebouças, entre tantos outros abolicionistas negros. Também comentavam sobre as festas nos clubes e associações, nos quais não apenas celebravam a libertação, mas também aproveitavam as ocasiões para tecerem algumas críticas ao movimento negro, ou ao governo que não proporcionava melhores condições de vida.

Em cada olhar nota-se a expressão de gratidão, em cada lábio a expressão do júbilo, e em cada peito percebe-se o ardor forte, dando-nos demonstração de orgulho. Este grandioso feito devemos a Antonio Bento, José do Patrocínio, Luis Gama e muitos outros que tudo fizeram para o engrandecimento da raça negra no Brasil. Esses foram os nossos homens de ontem, foram os que não mediram sacrifícios, não pouparam esforços para a realização do seu ideal, que é o nosso. Lutaram com entripidez, com bravura, a fim de ver um dia a liberdade do negro cativo. A esses heroicos devemos render no dia de hoje, os nossos dignos aplausos. Aplaudamos pois as homenagens, honrando os seus nomes e feitos abolicionistas que coadjuvaram para a evolução da nossa raça. Irmãos! Imitemo-los, a nossa classe necessita de homens. Unamo-nos, esforcemo-nos, estudemos para a

¹⁵³“*Gazeta*”, São Paulo, 13.Mai, 1930, p. 2.

melhoria da raça negra. Ela necessita de um hospital para o amparo dos nossos patrícios inválidos, necessitamos de jornais. [...] Não se pejam de ver a classe desprovida do elemento mais precioso? – A União – se unirmos, dentro de poucos anos seremos outros, teremos tudo quanto almejamos, como sejam: hospitais, jornais, caixas beneficentes e etc.¹⁵⁴

Após 39 anos de extinta a escravidão, os escritores do *Clarim* reforçavam com orgulho a luta empreendida pelos referidos abolicionistas e, ao mesmo tempo, convocavam homens e mulheres negras a se esforçarem na busca por melhores condições, na construção de caixas beneficentes, hospitais, jornais, entre outros. Colocavam que a união da raça era algo urgente, para que conseguissem construir uma vida mais digna. Assim, observa-se uma preocupação dos redatores, juntamente com Evangelina, em trazerem à memória as personalidades negras, e convocar a classe para continuar a luta que foi empreendida por esses homens do passado. Essa também era uma maneira de criar uma memória positiva na população negra, sentimento de identidade e pertencimento.

Era muito comum que clubes, em conjunto com os periódicos da imprensa negra, desenvolvessem concursos de beleza, que geralmente eram femininos. Para contrapor os estereótipos de feiura, sexualidade e animalização que foram construídos no decorrer da escravidão e também posteriormente acerca do corpo negro, era comum que dentro da comunidade de cor a beleza negra fosse enaltecida. Ou seja, a estética era utilizada como um meio de resistência e transgressão a todo o tipo de preconceito racial construído.¹⁵⁵ A partir disso, observa-se a participação

¹⁵⁴ “*O Clarim da alvorada*”, São Paulo, 13. maio 1927, p.13.

¹⁵⁵ CÔRTEZ, Giovana Xavier da Conceição. “**Leitoras**”: Gênero, raça, imagem e discurso em *O Menelik* (São Paulo, 1915-1916). *Afro-Ásia*, n: 46, 2012, p.175.

de Evangelina no concurso de beleza e jogos atléticos promovidos pelo Clube Negro de Cultura Social, que a elegeu como rainha. “*O Clube Negro de Cultura Social promoveu a poucos, um interessante concurso para a eleição de sua “rainha”, de que saiu grandemente votada a gentil srta. Evangelina Xavier de Carvalho. [...]*¹⁵⁶ Ao final do concurso, com a consequente vitória de Evangelina, a Liga Suburbana de Atletismo utilizou o seu nome na taça que foi dada durante o campeonato. “*1º turma do camões, taça Evangelina Xavier de Carvalho, com 38 pontos;*”¹⁵⁷ Não há menções dos quesitos que foram necessários para a personagem ter sido escolhida pelo clube, apenas a retratam como uma senhorita gentil. Todavia, vale lembrar que, no ano anterior, como já mencionado, ela havia representado o departamento feminino do clube e feito a premiação do mesmo grupo de atletismo. Logo, havia muito envolvimento de Evangelina com aquele Clube Negro, juntamente com os atletas.

Evangelina, dentro do campo de possibilidades que possuía, encontrou brechas dentro de um sistema patriarcal e racista para fazer ecoar a sua voz através do rádio, ter a sua escrita e suas ações nas páginas de diferentes jornais, conseguir vencer um concurso de beleza, entre tantos outros feitos que não conseguiram ser desvendados e postos neste trabalho. Todavia, vale ressaltar que este foi um pontapé inicial para que novas pesquisas sobre as intelectuais negras e escritoras d’*“O Clarim da Alvorada”* possam prosseguir.

¹⁵⁶“*Correio Paulistano*”, São Paulo, 4 Dez, 1934, p.7.

¹⁵⁷“*Correio Paulistano*”, São Paulo, 4 Dez, 1934, p.7.

Considerações Finais

O objetivo central deste trabalho foi apresentar a participação ativa, assim como a produção intelectual, de mulheres negras no periódico “*O Clarim da Alvorada*”, e as estratégias construídas por essas personagens dentro de um sistema patriarcal e racista. Vale salientar que priorizamos nessa dissertação utilizar pesquisas de diferentes estudantes do tema, sobretudo a contribuição dada por intelectuais negras de dentro da academia. Assim, do mesmo modo que as mulheres negras do passado merecem receber o protagonismo de suas lutas, as pesquisadoras negras também devem ter os seus trabalhos visibilizados.

Ao recuar no tempo para compreender as lutas desenvolvidas por africanas, libertas e escravizadas, foi possível observar que tiveram resistência frente à opressão que sofriam. Ou seja, não foram passivas e criaram diferentes modos de mobilização e ação dentro de um contexto escravocrata. A partir disso, foi notório que, após a abolição da escravatura, as libertas e suas descendentes deram diferentes significados à liberdade que possuíam, mas, sobretudo, ressignificaram hábitos culturais e costumes antigos das africanas do passado. Através da oralidade, muitas memórias foram preservadas, o que possibilitou o contato das gerações do pós-abolição com diferentes elementos da cultura africana, assim como as formas de resistência.

Esta pesquisa também refletiu sobre os motivos do silenciamento da historiografia, durante muitos anos, para o protagonismo negro, sobretudo das mulheres negras do pós-abolição. Após longa discussão sobre as pesquisas que foram produzidas sob uma perspectiva interseccional, foi notório que a utilização dessa metodologia de análise é relativamente recente, tendo crescido nos últimos anos entre os historiadores brasileiros. A partir dela, foi possível observar algumas

tensões e relações entre homens e mulheres dentro do periódico, além das questões relacionadas à raça e à classe.

Percorrer a trajetória do movimento negro foi fundamental, para compreender que as lutas estabelecidas por eles resultaram, por exemplo, na conquista de alguns direitos. Ademais, se hoje as questões acerca do protagonismo negro, sobretudo feminino, são discutidas, isso se deve às lutas empreendidas pelo movimento negro e feminista para que tais temáticas estivessem no cerne das discussões. Lélia González, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Jurema Werneck, entre tantas outras intelectuais e ativistas da causa negra, apresentaram diferentes modos de se pensar os sujeitos históricos de forma interseccional, colaborando diretamente com a construção desta pesquisa.

Além desse fator, ao se olhar para as escritas de Maria de Lourdes Souza, Maria de Lourdes Silva, Ruth de A'bril, Benedita Correia Leite e Evangelina Xavier de Carvalho, foi possível observar os seus anseios dentro da comunidade negra, assim como as tensões existentes por conta do gênero naquele espaço. A partir disso, observamos como aquelas mulheres encontraram margens de agência, conseguindo assim articular as suas ideias na folha e mobilizar demais mulheres.

Mesmo com pouca documentação biográfica sobre as mulheres pesquisadas, a partir do desenvolvimento de metodologias utilizadas para rastrear sujeitos históricos, foi possível encontrar maiores informações sobre as personagens, possibilitando maior aproximação e entendimento de suas demandas. A partir disso, uma série de problematizações acerca da beleza, racialização, educação, entre tantos outros temas, foram analisadas a partir da trajetória de suas vidas. Com isso, percorrer tais histórias nos mostrou as dificuldades que eram enfrentadas por aquelas que eram mulheres e carregavam a cor.

Ademais, ao examinar a documentação e cruzar alguns dados, foi possível observar a rede de relações construídas entre os periódicos e os clubes negros, mais além, a participação ativa de famílias negras inteiras dentro daquele cenário. Era o caso da família de Evangelina Xavier, em que até mesmo o irmão mais moço já fazia parte das reuniões dos clubes negros. Ou seja, era o envolvimento total pelas causas negras e que se apresentavam de diferentes formas. No caso das mulheres, se mobilizavam nas vendas dos periódicos, na construção de clubes para tratar de festas beneficentes para angariar recursos, nos escritos dos jornais, nas campanhas para ajudar no desenvolvimento daquela comunidade, entre tantos outros feitos que se deram nas relações cotidianas, mas que não foram documentados. Mais uma vez, mesmo com fontes escassas, com uma série de fragmentos a serem encontrados sobre essas mulheres, ainda assim foi possível descortinar este passado e trazer à luz a existência de negras escritoras que colaboraram com a formação do movimento negro.

No decorrer da análise, também foi notório o esforço do Estado brasileiro em enquadrar mulheres e homens dentro da sua lógica de trabalho. Aqui, foi preciso analisar as relações entre os gêneros, refletir também em como o homem negro também era afetado dentro daquela lógica burguesa, que o classificava como desordeiro e por fim o negava emprego. Esse fator mereceu análise, já que influenciava diretamente na vida das próprias mulheres negras, que acabavam gerenciando, sozinhas, a vida familiar. O convívio com a população imigrante também trazia uma série de problemas, já que eles eram os favoritos para ingressar nos trabalhos, além de tratarem negros e negras com desdém nas relações cotidianas. Todos esses fatores fizeram com que alguns hábitos e costumes considerados mais modernos, e aceitos

pelos donos do poder, fossem incorporados pela comunidade negra. Ou seja, o periódico se preocupava em alertar homens e mulheres sobre como deveriam se vestir, que jogos e bebidas deveriam ser evitados, como a mulher negra deveria prezar pela moral e se voltar para o âmbito do lar e da maternidade, entre tantos outros fatores. Para o jornal, a comunidade negra precisava ascender socialmente, e para que isso acontecesse as famílias deveriam estar bem estruturadas, seguindo a lógica moral branca e burguesa. Caberia às nossas personagens se adequarem a essa realidade, como muitas de fato defendiam e escreviam sobre. Todavia, o próprio ato de falar e se mobilizar já demonstra uma brecha nesse sistema. Tal atitude, embora pareça mínima, já demonstra que as personagens, dentro do campo de possibilidades que possuíam, transgrediam o sistema ao se colocarem como mulheres que também escreviam, que portavam conhecimentos e se mobilizavam de diferentes modos e formas pela causa negra.

Referências Bibliográficas

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Trad. Magda Lopes. Bauru: EDUSC, 1998.

_____. *América Afro-Latina – 1800-2000*. São Carlos (SP): EdUFSCar, 2007

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. *Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940*. Cadernos Pagu, n.27, julho-dezembro de 2006

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do XX*. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). História da educação do negro e outras histórias. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 79-92.

BASTIDE, Roger. *A Imprensa Negra de São Paulo*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1972.

_____. FERNANDES, Florestan. **Branco e negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos de formação, manifestações e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulista**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. (Brasiliana, v. 305.)

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o Ofício do Historiador**. tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. Noms de personne et histoire sociale. Annales d'histoire économique et sociale, [s.l.], v. 4, n. 13, p. 67, 1932, Apud, CAMILO, Natan. **De “o nome e o como” para “o nome além do como”**: estudo de trajetórias e práticas de nomeação. História Unicap, v. 3, n. 6, jul./dez. de 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (Orgs). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996

BURKE, Peter (Org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza. **Mulher negra**. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

CASADEI, Eliza Bachega. **A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX**. Revista ALTERJOR:USP, Ano 2, Volume 1, edição 03, jan-jun de 2011, p.5.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança paulista: EDUSF, 2003.

CASADEI, Eliza Bachega. **A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX**. Revista ALTERJOR:USP, Ano 2, Volume 1, edição 03, jan-jun de 2011;

CAULFIELD, Sueann. **Em Defesa da Honra - Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. UNICAMP:2000.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____; **Classes perigosas**. Trabalhadores, Campinas, v.6, n.1, p.2-22, 1990.

_____; **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. **Diferenças entre os Sexos e Dominação Simbólica (nota crítica)**. In Cadernos Pagu. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995

COLLINS, Patrícia Hill. **Epistemologia feminista negra**. In: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p.140.

COSTA, Arrisete C. L. **Biografias históricas e práxis historiográfica**. SAECULUM – Revista de História, n.23, João Pessoa, 2010, p.24.

DAMACENO, Janaína. **Os segredos de Virgínia: estudo de atitudes e preconceito de cor na São Paulo dos anos 1940-1950**. In: PINTO, Ana Flávia Guimarães; CHALHOUB, Sidney. Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX; Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, (Coleção UNIAFRO)

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. **A escolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século**. ANDE, Revista da Associação Nacional de Educação, São Paulo, v. 8, n. 14, p. 51-60, 1989.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. Editora brasiliense, 1984 .

DOMINGUES, Petrônio; **A nova abolição**. São Paulo: Selo NEGRO, 2008

_____. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: SENAC, 2004.

_____. **Zizinha Guimarães: entre a história e a memória**. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

_____; GOMES, Flávio. **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2012

_____. **Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1990-1980)**. São Paulo: Selo Negro, 2011, p: 7 – 225

_____. “**Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil**”, Cadernos Pagu, v. 1, n. 28 (2007)

DUARTE, Paulo. **História da Imprensa em São Paulo**. São Paulo: ECA/USP, 1972. (Série Jornalismo, 27).

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana (Orgs). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 10.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963)**. São Paulo, Ed. FFLCH-USP, Coleção Antropologia, no 13,1986.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. **O novo negro em perspectiva transnacional. Representações afro-americanas sobre o Brasil e a França no jornal Chicago Defender (1916-1940)**. 2014. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)**. Tese (doutorado) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. Rio de Janeiro, 2006;

FREIRE, Américo; MARTINHO, Francisco; VANNUCCHI, Marco. (Orgs). **O que há de novo sobre o Estado Novo? Autoritarismos e democracia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. Cap. 1 e 2.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. Rio de Janeiro:Universidade Cândido Mendes, 2002.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. **O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico**. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1989.

GRAHAM, Sandra L. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro**. Tradução de Viviana Bosi. São Paulo, Companhia das Letras, 1992. p.237

GOMES, Ângela de Castro. **Questão social e historiografia no Brasil do pós1980: notas para um debate.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n:34, julho de 2004, p. 157-186.

_____. **A Invenção do trabalhismo.** 3. ed. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2005;

GOMES, Flávio; GOMES, Olívia M. **Quase-cidadão: histórias e antropologias do pós-abolição no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1983;

_____; **A mulher negra na sociedade brasileira.** In: LUZ, M. (Org.) O lugar da mulher. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Tradução: Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. P, 166.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1;

HOOKS, bell. **Vivendo de amor.** In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maria; WHITE, Evelyn (Orgs). O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006,

HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. **Além da Escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 13-38, 39-88.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Tradução: Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. P, 166.

JABARDO, Mercedes(org.). **Introducción. Construyendo puentes: en diálogo desde / con el feminismo negro**. In: Feminismos negros: Una antología. Madri: Traficantes de Sueños, 2012. p. 27;

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LARA, Silvia H; MENDONÇA, Joseli. **Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social**.Campinas, Sp: Editora da UNICAMP, 2006. p. 9-23

LEITE, José Correia; MOREIRA, Renato Jardim. **Movimentos sociais no meio negro**. São Paulo, mimeo., s/d. LUCRÉCIO, Francisco. Memória histórica: a Frente Negra Brasileira. Revista de Cultura Vozes (83), Petrópolis-RJ, 1989.

_____ e Cuti; ... **E disse o velho militante**. São Paulo: Noovha América, 2007

LEMOS, Rosália de Oliveira. **A face negra do feminismo: problemas e perspectivas**. In: O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006, 2^a ed

LEVI, Giovanni. **Os usos da biografia**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (Orgs). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 176.

_____ **Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LORIGA, Sabina. **A biografia como problema**. In: Jogos de escala: a experiência da microanálise. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LOPES, Fernanda; VIVIANI, Luciana Maria. **A escola normal “Padre Anchieta”:** configurações institucionais no início do século XX. 64^a

Reunião Anual da SBPC. UFMA: São Luís, MA; 22 – 27 de julho, 2012;

LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. **Beleza e ascensão social na imprensa negra paulistana (1920-1940)**. São Paulo: PUC, 2001. Dissertação (Mestrado em História)

MACHADO, Carlos Eduardo Dias. **População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930**. Dissertação (Mestrado em História Social), USP, São Paulo, 2009, p.70.

MATTOS, Hebe Maria. RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativoiro : família, trabalho e cidadania no pós abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MONSMA, Karl. **O pós-abolição na América e no interior paulista**. In: A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

_____. **Imigração e Violência Racial: italianos e negros no oeste paulista, 1888-1914**. Impulso, n 15(37), 2004.

MOTTA, Ubirajara Damaceno da. **Jornegro: um projeto de comunicação afro-brasileira**. 1986. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo.

MOURA, Clóvis. **“A Imprensa Negra em São Paulo”**. In: Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática. 1988, p. 204-217. (Série Fundamentos, 34).

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Trabalhadores negros e o paradigma da ausência: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v.29, 2016;

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2003.

ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João. (Orgs). **História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista**. 1º ed – São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010. (volume 2);

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica; GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 119.

ORTNER, Sherry. **Poder e projetos: reflexões sobre a agência**. Anais da 25a. Reunião Brasileira de Antropologia - Conferências e diálogos: saber e práticas antropológicas. Goiânia: Ed. Nova Letra, 2006b

PAIXAO, Marcelo; GOMES, Flávio. **Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação**. Estudos Feministas, Florianópolis, SC, v. 16, n. 3, p. 949-964, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/14.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, 2007, p.284.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas; FAPERJ, 2013.

PEREIRA, Lígia Maria leite. **Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias**. História Oral, n.3, Mariana, 2000.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes Laços em linhas rotas**. Campinas, Tese (Doutorado História), UNICAMP, 2014.

_____. **De pele escura e tinta preta: A imprensa negra do século XIX (1833-1899)**. Brasília: UnB, 2006. (dissertação de mestrado)

_____; CHALHOUB, Sidney. **Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX**; Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. (Coleção UNIAFRO)

PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.** Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008;

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe. **O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas.** Revista Topoi: Rio de Janeiro, 2004, vol.5, n.8, p.170-198.

RIOS, Flávia; RATTI, Alex; **A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez.** In: PINTO, Ana Flávia Guimarães; CHALHOUB, Sidney. **Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX;** Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, (Coleção UNIAFRO);

ROCHA, Fábio Dantas. **Entre embates e contendias: um balanço historiográfico sobre a cidadania no pós-Abolição.** Revista Latino-Americana de História, Vol. 2, no. 9, Dezembro de 2013 © by PPGH-UNISINOS

SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos Santos. **Abolicionismo e visões de liberdade.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Ano 168, n. 436, 2007, p. 319-334.

SANTOS, José Antônio dos. **Raiou a Alvorada: Intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957).** Pelotas-RS, Ed. Universitária, 2003.

_____. **Prisioneiros da história. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre, 2011

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Tradução: Christine Rufino Dabat. Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989

SILVA, Fernanda Oliveira da. **“As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)”**. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Tese (Doutorado em História).

_____. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)**. Dissertação (Mestrado em História), PUCRS, Porto Alegre, 2011

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. (Retratos do Brasil, 51);

THOMPSON, E.P. Prefácio. **Formação da Classe Operária – I: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Lélia Gonzalez: fragmentos**. In: DOMINGUES, Petronio; GOMES, Flávio.(Orgs) **Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1990-1980)**. São Paulo: Selo Negro, 2011

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

XAVIER, Giovana. **Branças de almas negras? Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890- 1930)**. Tese (Doutorado em História) –IFCH, Unicamp, Campinas, 2012.

_____. **“Leitoras”**: Gênero, raça, imagem e discurso em *O Menelik* (São Paulo, 1915-1916). *Afro-Ásia*, n: 46, 2012, p.175;

_____. **A hora da estrela: Maria de Lourdes Vale Nascimento e as “amigas leitoras” do jornal *O Quilombo* (Rio de Janeiro, 1948-1950)**. In: PINTO, Ana Flávia Guimarães; CHALHOUB, Sidney. **Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX**; Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, (Coleção UNIAFRO)

XAVIER, Libânia Nacif. **Escola, Culturas e saberes**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

YOUNG, Robert J.C. **Desejo Colonial – hibridismo em teoria, cultura e raça**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005, p.143-172;